

Denise Telles Leme Palmiere

A Inacusatividade na Aquisição da Linguagem

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Estudos da Linguagem

2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL



Denise Telles Leme Palmiere

A Inacusatividade na Aquisição da Linguagem

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília Perroni

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem**

2002

200306622

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	P185i
V	EX
TOMBO BC/	52500
PROC.	124103
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	13/03/02
Nº CPD	

CM00180269-9

BIB ID 283913

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

P185i

Palmiere, Denise Telles Leme

A inacusatividade na aquisição da linguagem / Denise Telles Leme
Palmiere. - - Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientadores: Maria Cecília Perroni

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Aquisição da linguagem. 2. Verbos (Inacusativos). 3. Princípios e
parâmetros . I. Perroni, Maria Cecília. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Cecília Perroni (IEL/UNICAMP)
Orientadora

Prof. Dr. Angel Mori (IEL/UNICAMP)

Profa. Dra. Charlotte C. Galves (IEL/UNICAMP)

Profa. Dra. Ilza Ribeiro (UFBA)

Profa. Dra. Ruth E. V. Lopes (UFSC)

Prof. Dr. Edson Françoso (IEL/UNICAMP)
(suplente)

Prof. Dr. Wilmar D'Angelis (IEL/UNICAMP)
(suplente)

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Denise Keller

Leny Calmiera

e aprovada pela Comissão Julgadora em

19/12/2002.

P/ Denise Keller

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FÍSICA
PROFESSORA MARIA CECÍLIA PERRONI
ORIENTADORA

ao Wagner,
companheiro de sempre,
pela cumplicidade e afeto destes doze anos.

à Débora,
por sua sensibilidade.

à Alice,
pelo sorriso gostoso.

Agradecimentos

A Deus, meu sustentador e “o princípio do saber” (Prov. 1:7).

À Cecília, minha orientadora, por estar sempre pronta a ouvir, a ler, a dizer e, muitas vezes, a esperar. Pelo estímulo e confiança que sempre depositou em mim.

Aos membros de minha banca de qualificação: Profa. Dra. Rosa A. Figueira e Profa. Dra. Charlotte C. Galves, pelos valiosos comentários e orientações.

À Profa. Maria Aparecida de Campos, professora nunca esquecida, que me despertou para a beleza e a riqueza dos fatos da linguagem. Espero um dia reencontrá-la para dizer-lhe isso pessoalmente.

Aos meus pais, Ivo e Ruth, pelo constante estímulo e apoio, pelo orgulho que sei que sentem. Pelas incontáveis horas em que estiveram sempre prontos a se dedicarem às minhas meninas.

À Débora e à Alice, de quem muito tempo foi roubado.

Ao Wagner, com quem minha vida se confunde. Sem ele eu não teria conseguido.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

Resumo

Esta tese investiga a emergência dos verbos inacusativos nos dados de duas crianças adquirindo o Português Brasileiro como língua materna, dos 2;0 aos 4;0 de idade, utilizando como quadro teórico o modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981 e obras posteriores). Os dados são de natureza observacional, longitudinal, totalizando 43 horas de gravação em áudio-tape.

Inicialmente, faço o levantamento das muitas abordagens da inacusatividade na Linguística, mostrando que, em geral, as mesmas normalmente privilegiam ora o aspecto semântico ora o aspecto sintático do fenômeno. A seguir, proponho uma caracterização possível dos verbos inacusativos no PB, que se coloca na interface sintaxe-semântica, a qual é utilizada na análise dos dados de nossas crianças-sujeito.

A inacusatividade, então, é estudada no âmbito da aquisição da linguagem, constatando-se: a) os verbos inacusativos são fortemente presentes entre os primeiros da criança, normalmente flexionados no *pretérito perfeito*, expressando o *resultado* de um evento, ou seja, uma *mudança*, apresentando a situação como *acabada* e *completa* - o que é perceptualmente bastante saliente para a criança; b) a sistemática manutenção do argumento dos inacusativos internamente ao VP, diferentemente do que ocorre com os inergativos, mostra que nossas crianças já distinguem desde cedo entre verbos inergativos e inacusativos, o que favorece uma abordagem continuísta da aquisição da linguagem; c) há uma estreita relação entre os diferentes traços semânticos de inacusativos e inergativos e as formas flexionais em que tais verbos aparecem na fala dessas crianças, e disso decorre uma relação importante entre inacusativos e *aspecto perfectivo* e *acabado*; d) a noção de parâmetro como um complexo de propriedades inter-relacionadas mostra-se adequada para a descrição de nossos dados.

A inacusatividade na aquisição da linguagem, pelo menos no que diz respeito aos dados do PB, é um tema até então inexplorado - daí o interesse por seu estudo. Some-se a isso a possibilidade de que, ao explorar este fenômeno específico, bem como suas relações com outros subsistemas linguísticos na gramática da criança, os resultados são julgados úteis não só para a área de Aquisição da Linguagem, como também para retroalimentar a própria teoria adotada, como admitido por diversos linguistas, inclusive Chomsky (1997).

Palavras-chave: Aquisição da Linguagem; Verbos inacusativos; Princípios e Parâmetros.

Abstract

This work investigates the acquisition of unaccusative verbs by two children acquiring Brazilian Portuguese as their mother tongue, during the period between 2;0 to 4;0 of age. The data collection was naturalistic, observational, adding 43 hours of tape recording. The discussion is based on the theory of generative grammar, making use of the Principles and Parameters model (Chomsky, 1981 and subsequent work).

After discussing the existing approaches to unaccusativity, I propose a possible characterization of unaccusative verbs in BP, at the syntax-semantics interface.

Unaccusativity is here explored in the area of Language Acquisition, where it can be demonstrated that: a) unaccusative verbs are highly frequent among the first verbs of the subjects, inflected in the perfect tense, expressing the result of an event, a change of state, presenting the situation as completed; b) the internal argument of the unaccusative verbs is systematically kept inside VP, much to the contrary of what happens with other verbs (inergatives). This shows that our subjects at an early stage can already distinguish between unaccusative and inergative verbs, which favours a continuist approach to language acquisition; c) the close relationship between the semantic traces of unaccusative and inergative verbs and the inflected forms in which they appear in the data, point to an important link between unaccusativity and perfective *aspect*; d) the generative grammar concept of parameter as a complex of interrelated properties is considered adequate in the description and interpretation of the data.

Unaccusativity in language acquisition is still an unexplored subject, as far as the acquisition of Brazilian Portuguese is concerned. With this study I hope to contribute not only to fill this gap in the area, by relating it to other linguistic sub-systems in the child's grammar, but also to contribute to the studies in the Language Acquisition area, which can feed the theory of grammar, as recently admitted by several linguists, including Chomsky (1997).

KEY-WORDS: Language Acquisition, Unaccusative Verbs, Principles and Parameters.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO

I.1. Interesse e objetivos do estudo	1
I.2. Metodologia	7
1.3. A aquisição da linguagem no modelo de Princípios e Parâmetros	9

II – ESTUDOS SOBRE O FENÔMENO DA INACUSATIVIDADE

II.1. Verbos intransitivos X verbos inacusativos	16
II.2. A Hipótese Inacusativa	20
II.3. As diferentes abordagens da inacusatividade	27
II.3.1. A abordagem semântica	30
II.3.2. A abordagem sintática	39
II.3.3. A abordagem sintático-semântica	57

III – A CARACTERIZAÇÃO DOS VERBOS INACUSATIVOS DO PB

III.1. Uma abordagem dos verbos inacusativos do PB	77
III.2. Caracterização dos verbos inacusativos do PB	85
III.2.1. Inacusatividade Lexical	100
III.2.2. Inacusatividade Estrutural	104

IV – A INACUSATIVIDADE NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

IV.1. Os primeiros verbos	109
IV.2. Inacusativos e inergativos	124
IV.2.1. Frequência de ocorrência de verbos inacusativos e inergativos....	126
IV.2.2. Ordem dos constituintes nos enunciados com verbos Monoargumentais	129
IV.2.3. A realização do NP argumento-único	142
IV.3. Inacusatividade e aspecto	151
IV.4. Considerações finais	174

CONCLUSÃO	184
-----------------	-----

BIBLIOGRAFIA	190
--------------------	-----

I - INTRODUÇÃO

I.1. Interesse e objetivos do estudo

Três ou quatro décadas de intensos e cada vez mais freqüentes estudos em Aquisição da Linguagem revelam o quanto a questão de como as crianças adquirem a linguagem tem ocupado lugar de destaque no interior da teoria Lingüística. Chomsky (1986) chega mesmo a afirmar que o principal objetivo teórico da Lingüística deveria ser explicar o que ele identifica como o “problema de Platão”, ou seja, explicar como os seres humanos são capazes de saberem tanto quanto sabem a partir de um breve, pessoal e limitado contato com o mundo. Ou, em outras palavras, explicar como podem as crianças aprender uma língua de maneira tão rápida diante de um “input” imperfeito e limitado.

Atualmente, para o programa de investigação da Gramática Gerativa, as questões fundamentais que se colocam são (cf. Chomsky, 1988):

- a. O que constitui o conhecimento lingüístico?
- b. Como o conhecimento lingüístico é adquirido?
- c. Como o conhecimento adquirido é utilizado pelo falante em situações discursivas concretas?
- d. Quais os sistemas físicos no cérebro do falante que servem de base ao sistema de conhecimentos lingüísticos?

A profunda interdependência das duas primeiras questões aponta para a importância que os estudos sobre a aquisição da linguagem exercem no próprio desenvolvimento dos estudos lingüísticos - especialmente no interior da teoria gerativa: as considerações a respeito dos fatos relacionados ao processo de

aquisição da linguagem podem beneficiar a formulação de uma teoria que descreva o estágio adulto de conhecimento lingüístico, especialmente se tais fatos puderem ser usados para restringir as hipóteses a respeito da gramática do adulto.

Segundo Raposo (1992), a questão central do programa de investigação da gramática gerativa é o problema de saber como é que a gramática se desenvolve na mente do sujeito falante e em que base. Assim, uma das questões primordiais para a teoria gerativa é a aquisição da linguagem: é necessário pressupor quais tipos de conhecimentos a criança traz *a priori* para o processo de aquisição de uma língua particular para explicar o desenvolvimento dessa língua na sua mente. Para ele, as propostas relativas ao tipo de conhecimentos iniciais da criança devem explicar adequadamente o caráter dos conhecimentos adquiridos relativamente a uma língua particular. Do mesmo modo, qualquer proposta quanto ao caráter dos conhecimentos sobre uma língua particular tem de ser compatível com os conhecimentos iniciais da criança e com o fato de a aquisição e o desenvolvimento dessa língua serem feitos a partir dos conhecimentos iniciais.

Este trabalho insere-se na área de Aquisição da Linguagem: pretendo descrever a emergência dos verbos inacusativos nos dados de duas crianças adquirindo o Português Brasileiro como língua materna, explorando, assim, questões relativas à aquisição da sintaxe. Vale ressaltar que inexistem, até o presente momento, estudos sobre a inacusatividade na aquisição da linguagem, pelo menos no que diz respeito aos dados do Português Brasileiro.

Desenvolvendo um trabalho em Aquisição da Linguagem, espero poder contribuir não só para o enriquecimento dessa sub-área como também dos próprios estudos dentro da Lingüística Teórica, uma vez que, como já anteriormente ressaltado, os resultados dos estudos de Aquisição da Linguagem podem alimentar a própria teoria.

Dado que meu principal interesse é descrever aspectos sintáticos do processo de aquisição da linguagem, vejo-me naturalmente obrigada a não ignorar a teoria que, desde sua versão original, elege a sintaxe como seu objeto de estudo - a saber, a teoria inatista. Nem o sócio-interacionismo, nem o cognitivismo-construtivista¹ têm proposto explicações que dêem conta da aquisição de aspectos ou fenômenos sintáticos de línguas particulares. Para a teoria gerativa, diferentemente, o estudo da sintaxe tem sido empreendido exaustivamente, desde a década de 60. Os aspectos centrais dessa teoria, especialmente no que diz respeito às questões relativas à aquisição da linguagem, serão tratados no capítulo seguinte deste trabalho.

Neste momento, vale ressaltar que, na perspectiva gerativa - de acordo com o Princípio de Projeção do atual modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981, 1986 e 1995) - a estrutura sintática da frase já é projetada a partir das informações lexicais de seus elementos, ou seja, o léxico determina a sintaxe. A estrutura argumental dos itens lexicais já estipula quantos argumentos um item exige e o tipo de relação que se estabelece entre eles. Tal perspectiva, como também salienta Raposo (1992: 301), é bastante significativa para a aquisição da linguagem, visto que a aprendizagem do léxico da língua - em particular, das propriedades temáticas e de subcategorização dos itens - é fundamental para a aquisição das estruturas sintáticas pela criança. Segundo o autor, “a interação entre este conhecimento, o Princípio de Projeção e os princípios da teoria X-barra (ambos pertencentes ao mecanismo inato de aquisição), parece de fato constituir aquilo que é necessário para a aquisição das representações sintáticas”.

¹ São poucos os cognitivistas que se aventuraram no campo da sintaxe. Um exemplo é o trabalho de Johnston (1985) sobre o uso de estruturas passivas, que se configura como uma versão dita “mais fraca” da teoria cognitivista, em que a autora conclui que, para a criança adquirir a estrutura passiva, é necessário que ela primeiramente atinja o estágio cognitivo da reversibilidade operatória. Esse e outros estudos de perspectiva cognitivista-piagetiana, apesar de tratarem de alguns aspectos da aquisição da sintaxe, fazem-no a partir do pressuposto de que a linguagem - e, portanto a sintaxe - é uma subparte de um aparato cognitivo maior, uma subparte de um sistema central multi-funcional para a aprendizagem. Não será esta a postura teórica adotada em meu trabalho.

Considerando, nessa perspectiva, que a entrada lexical de um verbo já especifica sua estrutura argumental, analisar os primeiros verbos da criança parece ser de grande interesse não somente no que diz respeito à investigação sobre a aquisição do léxico mas – e principalmente – sobre a aquisição da sintaxe. Em outras palavras, investigar a aquisição dos primeiros verbos parece ser fundamental para compreender melhor como se dá a aquisição da sintaxe da língua materna.

A partir de tal perspectiva, dediquei-me à investigação dos primeiros verbos presentes na fala de algumas crianças brasileiras (cf. seção IV.1 deste trabalho) adquirindo o Português Brasileiro (doravante PB) como língua materna, com especial atenção a questões relativas à subcategorização verbal e a funções temáticas de argumentos. Tal análise revelou, entre outros aspectos, que os *verbos inacusativos* estão abundantemente presentes entre os primeiros verbos da criança e que os únicos casos de ordem VS observados nos dados correspondem a construções com verbos desse tipo.

Diante dessas descobertas, algumas das questões que norteiam este trabalho são: por que os verbos inacusativos estão entre os primeiros na fala da criança? Teria a criança, logo de início, acesso à distinção entre verbos inacusativos e inergativos ou seria essa uma aquisição mais tardia? Que contribuições os dados de aquisição dos verbos inacusativos poderiam trazer para: a) as diferentes abordagens do fenômeno da inacusatividade encontradas na literatura sobre o tema? b) o debate entre hipóteses continuístas X maturacionais da aquisição da linguagem? c) a própria teoria sintática?

A partir de tais indagações, colocam-se como objetivos deste trabalho:

- a) Descrever a emergência dos verbos inacusativos nos dados das crianças-sujeito deste estudo, focalizando os seguintes aspectos:
 - em que tipos de frases esses verbos fazem-se presentes?
 - qual a ordem dos constituintes priorizada?
 - que tipos de NP esses verbos subcategorizam?
 - a que outros aspectos da gramática da criança estão os verbos inacusativos relacionados?
- b) Comparar as gramáticas das crianças-sujeito entre si, bem como com a gramática do PB adulto;
- c) Explicar a aquisição dos verbos inacusativos através de princípios da Gramática Universal, segundo o modelo de Princípios e Parâmetros, incorporando alguns conceitos mais atuais do Programa Minimalista;
- d) Com base nos resultados dessa pesquisa, oferecer uma contribuição para:
 - a caracterização do fenômeno da inacusatividade, especialmente no PB;
 - as hipóteses continuístas do desenvolvimento da linguagem pela criança;
 - a teoria da gramática.

Este trabalho organiza-se da seguinte forma: ainda neste primeiro capítulo, apresentarei a metodologia utilizada nesta investigação e também os pressupostos básicos do modelo teórico aqui adotado, Princípios e Parâmetros, no quadro teórico da Teoria Gerativa. No capítulo II, farei um levantamento das muitas abordagens da inacusatividade na Lingüística, mostrando que, em

geral, tais abordagens normalmente privilegiam ora o aspecto semântico ora o aspecto sintático do fenômeno. No terceiro capítulo, mostrarei uma possível caracterização dos verbos inacusativos no PB, que será utilizada na análise dos dados de nossas crianças-sujeito. No capítulo IV, a inacusatividade é estudada no âmbito da aquisição da linguagem, à luz dos dados de crianças adquirindo o PB como língua materna, ressaltando-se: a) a ordem dos constituintes nos enunciados com verbos monoargumentais; b) a realização do NP argumento-único; c) a forte relação entre inacusatividade e aspecto; d) a adequação na noção de parâmetro como um complexo de propriedades inter-relacionadas e e) a necessidade de uma abordagem tanto sintática quanto semântica do fenômeno. No quinto capítulo encontram-se minhas conclusões finais.

1.2. Metodologia

Os dados utilizados para a análise neste estudo são os dados longitudinais de Natália (doravante N.), entre 2;0 e 4;0 de idade e os de Tiago (T.), entre 2;0 e 3;0. Os dados de N. utilizados nesta investigação constam de 54 sessões em áudio-tape, somando 27 horas de gravação; os de T. totalizam 32 sessões e 16 horas de gravação.

Dados longitudinais de outras crianças brasileiras, cuja análise compreende um menor período de tempo ou que foram analisados por outros pesquisadores², são também trazidos a título de comparação e maior abrangência dos resultados. No primeiro caso, apresentam-se os dados de Débora (D.; por mim analisada de 1;4 a 1;9). No segundo caso, far-se-á uso dos dados de Anamaria (A.; entre 2;8 e 5;0), criança-sujeito dos estudos de Figueira (1985), e também dos dados de Luciano (L.; entre 1;6 e 2;3) e Fernando (F., entre 1;9 e 2;4), ambos analisados por de Lemos (1975).

Os dados dessas crianças (excetuando-se os de D.) encontram-se no Banco de Dados do CEDAE³, e fazem parte do Projeto de Aquisição da Linguagem do Departamento de Linguística - IEL - Unicamp. Em todos os casos, o método de coleta dos dados adotado foi o chamado observacional, longitudinal ou naturalista, em que não se procurou dirigir o comportamento lingüístico das crianças para temas ou assuntos específicos.

Não é meu objetivo, aqui, discutir as vantagens ou desvantagens dos diferentes métodos de coleta de dados em Aquisição da Linguagem. Reconheço que esta é uma questão importante nesta área de investigação, que já vem sendo discutida por diversos autores, entre os quais Correa (1996) e Perroni (1996), a quem remeto o leitor para um maior detalhamento sobre o tema. De toda forma, a opção pelo dado longitudinal aqui feita justifica-se pela

² Embora estes pesquisadores não tivessem como objeto de estudo específico a aquisição da inacusatividade.

crença em sua utilidade, eficácia e adequação frente aos objetivos deste trabalho.

A escolha das crianças-sujeito deste estudo norteou-se particularmente por dois fatores. Em primeiro lugar, optou-se pelo trabalho com dados de um menino e uma menina, dados esses pertencentes ao Banco de Dados anteriormente mencionado, por sua acessibilidade. Em segundo lugar, diferenças individuais quanto ao ritmo do desenvolvimento lingüístico das crianças selecionadas também tiveram peso na escolha dos sujeitos. Outros autores, estudando a aquisição de outros sub-sistemas lingüísticos por essas mesmas crianças (cf. Scarpa, 1984; Perroni, 1997), já ressaltaram o ritmo diferenciado de desenvolvimento de cada uma delas.

A opção original e consciente por dados de crianças com estilos diferentes foi norteada pelo interesse em testar seu possível papel na natureza do sub-sistema em aquisição. Em outras palavras, tais diferenças seriam um desafio ao poder explicativo da teoria adotada?

Como será visto no decorrer deste trabalho, as diferenças individuais de ritmo de desenvolvimento dessas duas crianças não interferem na aquisição do fenômeno sintático aqui analisado, o que se configura como forte evidência em favor de uma teoria inatista da aquisição da linguagem. Assim, pode-se afirmar que os resultados do trabalho com tais dados puderam de fato trazer uma contribuição importante.

A perspectiva teórica adotada neste estudo é o modelo de Princípios e Parâmetros, inserido na Teoria Gerativa do estudo da linguagem (Chomsky, 1981 e obras posteriores), cujos principais pressupostos são apresentados a seguir, na seção I.3. deste trabalho.

³ Centro de Documentação Alexandre Eulálio, Unicamp.

I.3 – A aquisição da linguagem no modelo de Princípios e Parâmetros

O objeto de estudo da teoria gerativa, segundo Chomsky (1986, 1988, 1995), é a língua definida como algo *interno* à mente, ou seja, a capacidade mental que subjaz ao conhecimento e uso lingüístico - a chamada língua-I.⁴ Vista como o estado final do processo de desenvolvimento da faculdade da linguagem - o estado adulto do conhecimento lingüístico, o autor considera que muito desse estado final é determinado pelo estado inicial (inato e comum a todas as crianças) e a tarefa da teoria lingüística é descrever as propriedades da língua- I e do estado inicial.

A hipótese principal da teoria gerativa é que as propriedades centrais da linguagem são determinadas por princípios e estruturas mentais de conteúdo especificamente lingüístico, que são geneticamente definidas. Para Chomsky (1986, 1988), todas as línguas partilham de princípios comuns e universais que são inconscientemente utilizados por quem as adquire, e tais princípios fazem parte da faculdade inata da linguagem, um componente específico da mente/cérebro, sendo essa faculdade única à espécie humana e comum a todos os membros da mesma. A este conjunto de princípios e estruturas mentais especificamente lingüísticos Chomsky chama *Mecanismo de Aquisição da Linguagem*, ou mais recentemente “Gramática Universal” (cf. Chomsky, 1988). Assim, para o autor, adquirir uma língua é uma questão de maturação e de desenvolvimento de um “órgão” mental e biológico, sendo mais algo que *acontece* à criança - quando esta encontra-se num ambiente adequado - do que alguma coisa que ela efetivamente *faz*.

⁴ Em oposição ao conceito de língua- I está o de língua- E, a língua definida como um objeto *externo*, um conjunto de objetos lingüísticos reais ou potenciais associados ao uso dos falantes.

Tal hipótese surge como uma tentativa de responder-se ao já referido “problema de Platão”, a partir do argumento da “pobreza dos estímulos”. Segundo Chomsky (1988), os dados lingüísticos primários a que a criança tem acesso durante a fase da aquisição da linguagem (o seu meio ambiente lingüístico) são “pobres”, isto é, não contêm as informações necessárias para o desenvolvimento do rico e complexo sistema de conhecimentos finais. Para o autor, a solução para tal questão deve basear-se no fato de atribuir-se os princípios fixos da faculdade da linguagem ao organismo humano como parte de seu aparato biológico. Assim, a aquisição e o desenvolvimento da linguagem são vistos como predeterminados pelo conjunto inato de tais princípios, a Gramática Universal, entendida como a soma dos princípios lingüísticos geneticamente determinados, específicos à espécie humana e uniformes através da espécie.

Lightfoot (1982, 1991), retomando o conceito chomskyano, salienta que a Gramática Universal representa o equipamento genético que possibilita o desenvolvimento da linguagem e delimita o conhecimento lingüístico que pode eventualmente ser alcançado. Em outras palavras, a GU delimita a forma e o funcionamento da linguagem, mesmo estando a criança exposta a dados “deficientes” como sentenças incompletas, muitas vezes artificialmente simplificadas pelo adulto e em número finito. Assim, partindo dessas sentenças incompletas, a criança é capaz de produzir e compreender um número infinito de sentenças (aspecto conhecido como criatividade).

A teoria da gramática gerativa vem sofrendo modificações e refinamentos substanciais desde os primeiros trabalhos de Chomsky (1965) até hoje, no Programa Minimalista (Chomsky, 1995), embora os pressupostos básicos da teoria mantenham-se os mesmos⁵. No modelo-padrão (Chomsky, 1965), o conhecimento sintático do falante era visto como um conjunto de

⁵ Para um maior esclarecimento sobre as características típicas de cada uma das fases pelas quais a teoria passou, confira Kato (1995), Galves (1995) e Lopes (1999).

regras de boa-formação e a criança vista como um “pequeno lingüista”, construindo e reformulando hipóteses sobre as regras da língua em aquisição, regras essas que deveriam ser compatíveis com os dados aos quais era exposta. Mas tal modelo explicava muito pouco com relação aos fenômenos relacionados à aquisição da linguagem. Posteriormente, no modelo-padrão estendido, também denominado Teoria X-barras, os princípios efetivamente inatos e gerais da linguagem começaram a ser postulados. Nessa perspectiva, a criança ainda era vista como um “pequeno lingüista”, mas o número de hipóteses acessíveis à criança foi drasticamente reduzido pelos princípios da Gramática Universal.

Já no modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981 e obras posteriores), surge uma nova concepção da natureza dos princípios universais da Gramática Universal. Além dos princípios rígidos, invariantes, universais a todas as línguas, são postulados *parâmetros*, que são princípios abertos, variáveis de língua para língua, e que deverão ser fixados pela criança através de evidências simples e positivas⁶. Dessa forma, a teoria procura dar conta da complexa tarefa de relacionar a universalidade dos princípios gerais que toda a gramática deve satisfazer com a diversidade existente entre as línguas.

Nessa perspectiva (Chomsky, 1988), o processo de Aquisição da Linguagem consiste, então, em determinar o valor dos parâmetros não especificados pela Gramática Universal, com base nos dados aos quais a criança é exposta em sua experiência. Conseqüentemente, responder à questão “como o conhecimento lingüístico é adquirido pela criança?” significa, para o autor, construir uma teoria da Gramática Universal, uma teoria dos princípios fixos e invariantes que constituem a faculdade humana da linguagem bem como dos parâmetros de variação a eles associados⁷.

⁶ No final do capítulo IV, o conceito de parâmetro será melhor explorado.

⁷ Atualmente, a teoria passa por novas revisões e reformulações que têm resultado no Programa Minimalista; contudo, as hipóteses e pressupostos centrais com relação à Aquisição da Linguagem mantiveram-se as mesmas apresentadas pelo modelo de Princípios e Parâmetros.

No modelo de Princípios e Parâmetros, a aquisição é completamente identificada com o crescimento e a maturação da Gramática Universal, que passa de um estado apenas parcialmente especificado (com parâmetros a fixar) a um estado completamente especificado (com parâmetros fixados), funcionando como um sistema computacional.

Ao retomarem os pressupostos básicos da teoria de Princípios e Parâmetros, autores como Radford (1990), Hyams (1986), Lightfoot (1991) e, no Brasil, Galves (1995) e Kato (1995), ressaltam o fato de que, no interior desse modelo, a Gramática Universal é definida como o conjunto dos princípios invariantes, comuns a todas as línguas naturais, e dos parâmetros de variação interlingüística permitidos, concebidos como opções presentes [+ ou 1] ou ausentes [- ou 0]. Tanto princípios quanto parâmetros são inatos, sendo que os parâmetros, apesar de previstos, não têm um valor já fixado, precisam ser definidos quanto ao seu valor [+1 ou -0], através da exposição da criança a determinadas experiências desencadeadoras.

Assim, a tarefa da criança em seu processo de aquisição da linguagem, em tal perspectiva, passa a ser bastante simples: pode agora ser definida como a fixação dos parâmetros. Esta nova visão opõe-se à anterior, que postulava uma árdua tarefa para a criança, de formulação e reformulação de hipóteses sobre as regras da língua. A criança, então, deixa de ser vista como um “pequeno lingüista”.

Como aponta também Hyams (1986), o desenvolvimento gramatical da criança é visto como um processo “interativo”, uma vez que os princípios da Gramática Universal que constituem o conhecimento inato da criança interagem com os dados do ambiente lingüístico no qual a criança está inserida para determinar uma gramática particular. Para a autora, a questão fundamental que surge é saber quais aspectos da estrutura lingüística já são “dados” para a criança e quais devem ser “aprendidos” com base na exposição à uma língua em particular.

Como aponta Kato (1995), nos estudos sobre Aquisição da Linguagem que se inserem no modelo de Princípios e Parâmetros, podem ser identificadas duas tendências principais que refletem diferentes hipóteses quanto ao tempo gasto para se ir da Gramática Universal para a língua do adulto: a) a que defende a existência de uma fase pré-sintática no desenvolvimento da linguagem pela criança e b) aquela que postula apresentar a criança, desde o início, uma estrutura sintática que se conforma com os princípios e/ou categorias que regem a gramática do adulto.

A primeira dessas tendências apontadas acima equivale a uma hipótese maturacional (ou “descontínua”) da aquisição da linguagem, que admite ser a gramática (ou a “não gramática”) da criança diferente da do adulto. Segundo os maturacionistas, os parâmetros são programados geneticamente para serem fixados, de maneira gradual, em diferentes momentos de maturação (Lightfoot, 1982, 1989; Radford, 1990). De acordo com Lightfoot (1989), os dados desencadeadores (“triggering data”) do processo maturacional provocariam a passagem da Gramática Universal (que contém todos os princípios, virtualmente operantes, e os parâmetros, ainda não fixados) para a gramática da língua que está sendo adquirida. Na visão dos maturacionistas, a linguagem da criança na chamada “fase pré-sintática” é uma forma de comunicação que pode envolver o módulo pragmático da linguagem mas não o conhecimento gramatical. A gramática inicial da criança é vista como uma gramática “truncada”, no sentido de que só existiriam as projeções lexicais.

A segunda tendência apontada acima equivale a uma hipótese continuísta da aquisição da linguagem, segundo a qual todos os parâmetros estão, desde o início, disponíveis para serem fixados imediatamente, sendo a linguagem primitiva da criança constrangida por princípios da Gramática Universal e pelo valor não-marcado dos parâmetros. Hyams (1986) propõe que desde o início a gramática da criança apresenta um esqueleto sintático com todos os princípios da GU e categorias da gramática do adulto. A forma

truncada dos enunciados infantis refletiria, portanto, não a ausência de categorias, como as funcionais, mas a necessidade de acesso ao léxico e morfologia da língua que está sendo adquirida, para que os parâmetros sejam devidamente marcados. No Brasil, Kato (1995) também defende uma versão continuísta da aquisição.

Apesar dessas diferentes perspectivas, Kato (*op. cit.*) ressalta que há um consenso entre os autores no que diz respeito ao que varia entre as línguas e, conseqüentemente, ao que a criança precisa adquirir. Segundo a hipótese de que a sintaxe particular de cada língua é determinada pela sua morfologia e léxico funcional, a variação paramétrica possível seria uma função da variação no vocabulário funcional entre as línguas.

A teoria gerativa prevê o processo de aquisição da linguagem como instantâneo, mas os estudos da aquisição de diversas línguas nos últimos vinte anos, aproximadamente, têm demonstrado que as crianças passam por diferentes etapas desde o estado inicial até à língua- I (gramática do adulto ou “steady state”). Um exemplo é o trabalho de Hyams (*op. cit.*), que mostra que a gramática inicial da criança pode diferir da gramática do adulto no que diz respeito ao valor fixado para um determinado parâmetro (em seu trabalho, o parâmetro do sujeito nulo). Assim, poder-se-ia falar em “gramáticas intermediárias” da criança em processo de aquisição da linguagem, gramáticas que se aproximam, mas que diferem da gramática do adulto. A autora procura mostrar que os princípios da Gramática Universal são relevantes na análise dessas gramáticas intermediárias, assim como a investigação destas pode proporcionar suporte empírico para os princípios particulares da GU.

Espero que os dados de aquisição da linguagem levantados e analisados neste trabalho possam, de alguma forma, contribuir para o debate dentro da teoria da gramática, particularmente no que diz respeito aos seguintes aspectos: a natureza da gramática das crianças-sujeito em relação à do adulto; a natureza do(s) princípio(s) da GU que estão em jogo na aquisição do fenômeno em

estudo e o debate entre as hipóteses continuísta e maturacional da aquisição da linguagem .

II. ESTUDOS SOBRE O FENÔMENO DA INACUSATIVIDADE

II.1. Verbos intransitivos X verbos inacusativos

Como já apontado por inúmeros trabalhos, alguns dos quais aqui discutidos, a classificação tradicional dos verbos em transitivos e intransitivos não é suficiente para descrever todos os verbos existentes do Português, nem das outras línguas. Com relação aos chamados verbos de um só argumento, o diferente comportamento de seu argumento único relativamente a certos processos e construções permite que tais itens lexicais sejam distribuídos em duas classes distintas: a dos verbos intransitivos (ou inergativos) e a dos inacusativos (ou ergativos).

A distinção intransitivos / inacusativos foi primeiramente proposta por Perlmutter (1978, *apud* Pontes, 1986), no âmbito da Gramática Relacional, o que ficou conhecido como “Hipótese Inacusativa”. Para este autor, a inacusatividade ou inergatividade de uma construção é um fenômeno representado sintaticamente, mas determinado por aspectos semânticos, sendo o critério da volição - como posteriormente apontado - o critério considerado essencial nesta distinção. Além disso, segundo tal perspectiva, a inacusatividade parece ser um fenômeno semântico que é definido estruturalmente, visto que o que define um verbo como inacusativo é, de acordo com o autor, a “semântica da oração”.

No âmbito da Gramática Gerativa, Burzio (1981, 1986), foi o primeiro a considerar a distinção intransitivos / inacusativos. Inspirado nos trabalhos anteriores de Perlmutter, Burzio (1981) faz uma abordagem essencialmente sintática do fenômeno, postulando que os verbos inacusativos¹ caracterizam-se por:

¹ Burzio (1981) não restringe sua análise somente aos verbos inacusativos (por ele denominados “ergativos”). De fato, suas considerações são sobre as construções inacusativas, que incluem, por

- (i) conterem apenas um argumento, que é interno ao VP;
- (ii) não atribuírem caso Acusativo a esse argumento.

Nesse momento, vale ressaltar uma questão terminológica: “ergativo” e “inacusativo” são os termos usados na literatura para caracterizar o tipo de verbo aqui em questão. O primeiro deles advém da similaridade existente entre *algumas* construções com este tipo de verbo e as línguas ergativas, a saber, o fato presente também no PB de que o Sujeito de alguns verbos intransitivos em PB corresponde, em termos de papel temático, ao Objeto do verbo causativo, como ilustram (1) e (2), abaixo:

(1) Pedro abriu *a porta*.

(2) *A porta* abriu.

As línguas ergativas² prototípicas, como apontado por Dixon (1994), usam o mesmo caso para o objeto do verbo transitivo e o sujeito do verbo intransitivo (caso absolutivo), diferenciando-os do caso do sujeito do verbo transitivo (caso ergativo). Já as línguas nominativas marcam de forma idêntica o sujeito do verbo transitivo e do intransitivo (com o nominativo), enquanto o objeto é marcado com acusativo.³

exemplo, as passivas e as construções com verbos de alçamento e existenciais. Aqui, limitar-me-ei aos verbos inacusativos.

² O uso da expressão “língua ergativa” é feito, aqui, de modo informal e genérico, uma vez que a classificação das línguas em “ergativas” está longe de ser um assunto resolvido. Este fato já foi especificamente apontado por Kibrik (1990:16):

“As línguas que têm sido classificadas como ergativas são extremamente diversificadas. Qualquer tentativa de tornar mais preciso o termo ‘ergatividade’ leva a uma redução significativa do número de línguas propriamente ergativas, sendo que as línguas consideradas como ergativas por alguns estudiosos são excluídas por outros e vice-versa.”

³ Dixon (op. cit.: 6) sustenta que todas as línguas funcionam em termos de três “relações primitivas”: S – sujeito intransitivo; A – sujeito transitivo e O – objeto transitivo. Nas línguas que apresentam um gramática nominativo-acusativa, S e A são agrupados; já as de tipo absolutivo-ergativo, agrupam S e O. O autor ressalta que muitas línguas apresentam não só algumas características acusativas mas também ergativas, ligando S e A em alguns casos e S e O em outros.

Sendo assim, o termo “ergativo” mostra-se mais “restrito” para caracterizar o fenômeno em questão no PB, pois dá conta apenas dos verbos monoargumentais que ocorrem nos pares inacusativo/causativo⁴. Para verbos como *chegar*, por exemplo, que é considerado um verbo inacusativo, mas que não entra na correlação com um causativo, soa um pouco estranho usar tal termo, visto que não se pode recuperar a similaridade com as línguas ergativas. Vejam-se (3) e (4):

(3) *O avião chegou o João.

(4) João chegou (de avião).

A partir dessas considerações, optarei por utilizar o termo “inacusativo” para referir-me ao tipo de verbo em questão, por considerá-lo mais abrangente e, conseqüentemente, mais adequado⁵. Por uma questão de uniformização da terminologia aqui adotada, isso será feito também ao analisar trabalhos de outros autores sobre o tema, mesmo quando estes utilizam o termo “ergativo”.

Neste capítulo, procuro explorar alguns aspectos sintáticos e semânticos relativos à caracterização dos verbos inacusativos, a saber: a) quais os critérios necessários e/ou suficientes para a caracterização de um verbo como inacusativo, dado que diferentes critérios são apontados por diferentes

⁴ Além disso, Dixon (op. cit.: 20) chama a atenção para o fato de que o uso do termo “ergativo” em contextos como estes do PB deve ser evitado, para que não haja confusão entre esse tipo de fenômeno e aquele relativo às línguas de padrão ergativo. A esse respeito, o autor afirma que:

“If the term ‘ergative’ is used in this way then every language would show ‘ergativity’ (surely every language has some sort of causative construction). In contrast, only about a quarter of the world’s languages (...) show morphological or intra-clausal ergativity (...) and only a handful of these show syntactic or inter-clausal ergativity.”

⁵ Por outro lado, este também é um termo problemático, visto que carrega o sentido de “não atribuição de caso Acusativo”, aspecto que nem sempre é característico dos verbos inacusativos em português, como será posteriormente apontado. Vale ressaltar que Perlmutter (1978), o primeiro autor a abordar o fenômeno, empregou inicialmente o termo “inacusativo”, enquanto Burzio (1981, 1986), o primeiro a tratar de tais verbos no quadro teórico da Gramática Gerativa, usou o termo “ergativos”. Belletti (1988) retorna à nomenclatura originalmente usada por Perlmutter, sendo que esta parece ser a que atualmente predomina. Observa-se, ainda, que alguns autores fazem distinção entre verbos “inacusativos” e “ergativos” (veja-se, por exemplo, Haegeman, 1994, para quem estes últimos

autores? b) uma abordagem que se proponha estritamente semântica ou estritamente sintática da inacusatividade mostra-se adequada e suficiente para caracterizar esse fenômeno linguístico? c) como explicar que determinados verbos, que em geral apresentam-se como não-inacusativos, comportam-se como tais em estruturas específicas? d) seria a inacusatividade uma propriedade estritamente léxico-semântica de alguns verbos, ou fatores estruturais (ainda que sob certas “restrições semânticas”) também mostram-se relevantes?

Procurando responder a tais indagações, inicialmente analiso a abordagem realizada por Perlmutter (1978, 1989), que foi o primeiro tratamento dado ao fenômeno da inacusatividade. A seguir, apresento um levantamento de alguns dos principais trabalhos que exploram o tema da inacusatividade, que se configuram como abordagens distintas desse fenômeno, a saber: a) abordagens prioritariamente semânticas da inacusatividade; b) abordagens prioritariamente sintáticas da inacusatividade; c) abordagens que se colocam na interface Sintaxe/Semântica.

correspondem apenas àqueles que entram em correlação com os causativos, como *abrir*, *fechar*, *quebrar*, etc.). Tal distinção não será adotada neste trabalho.

II.2. A Hipótese Inacusativa

Como já apontado anteriormente, o primeiro autor a propor a distinção intransitivos / inacusativos foi Perlmutter (1978, *apud* Pontes, 1986), no âmbito da Gramática Relacional, hipótese que ficou conhecida como “Hipótese Inacusativa”. Nessa perspectiva teórica, as relações gramaticais de *sujeito* e *objeto direto* “não são definidas em termos de outras noções, mas são incluídas na classe de primitivos teóricos” (Perlmutter, 1989), sendo tais relações redefinidas em termos da noção de ‘stratum’, por ele definido como

“the set of all arcs with the same tail sharing some coordinate.”

(Perlmutter, 1989:65)

A estrutura da oração é representada, nessa teoria, em termos de redes de relações (“*relational networks*”), o que, para o autor, torna as noções relevantes mais precisas. Assim, um Nome é, por exemplo, o sujeito de uma oração em um ‘stratum’ S_i

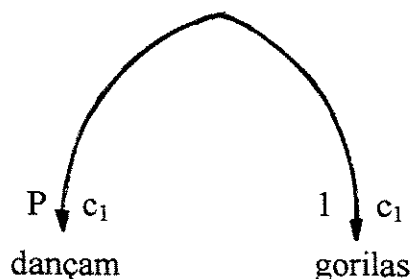
“if and only if it heads a 1-arc with coordinate c_i ”.

(Perlmutter, *id.,ib.*)

Exemplificando, para a oração (1a), a seguir, tem-se a seguinte representação (em 1b), onde “gorilas” é sujeito:

(1) a. Gorilas dançam.

b.



Sendo que a relação de sujeito corresponde, nessa perspectiva, à noção de “arco-1” e a de objeto à noção de “arco-2”⁶, o autor assim diferencia *stratum* transitivo, intransitivo e inacusativo⁷:

a. um *stratum* é transitivo se e somente se ele contém um arco-1 e um arco-2;

b. um *stratum* é intransitivo se e somente se ele não é transitivo;

c. um *stratum* é inergativo se e somente se ele contém um arco-1 mas nenhum arco-2;

d. um *stratum* é inacusativo se e somente se ele contém um arco-2 mas nenhum arco-1.

Assim, vê-se que, para esse autor, o que diferencia os verbos inacusativos dos intransitivos (ou inergativos) é o fato de que os primeiros, no “nível inicial”⁸, só têm objeto e não têm sujeito, enquanto os últimos têm apenas sujeito e não objeto.

⁶ Vale ressaltar que não se apresenta, no referido trabalho, nenhuma definição do conceito de ‘arco’. Seria apenas uma noção que se constrói “graficamente”, nas representações das orações? O que faz com que tal noção seja “perfeitamente formal e precisa”, como afirma o autor (ao lado de Postal, 1978, *apud* Pontes, 1986)? Conseqüentemente, os conceitos de sujeito e objeto, nessa perspectiva, também ficam vagos, uma vez que são definidos em termos das noções de “arco-1” e “arco-2”, respectivamente.

⁷ Veja-se que Perlmutter (*op. cit.*) não restringe sua análise somente aos verbos inacusativos. De fato, suas considerações são sobre as *orações* inacusativas, que incluem, por exemplo, as passivas e as construções com verbos de alçamento e existenciais. Aqui, limitar-me-ei aos *verbos* inacusativos.

⁸ Uma noção um tanto vaga é o que o autor chama de “nível inicial” ao diferenciar os verbos inacusativos dos intransitivos. Embora isso não fique claro na argumentação do autor, parece ser esse “nível inicial” correspondente à estrutura-D do modelo chomskiano *standard*.

Exemplificando, temos:

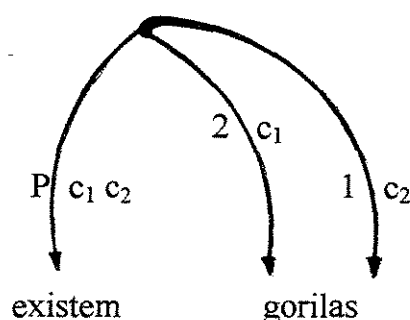
(2) *Gorilas dançam.*

- “gorilas” é arco-1(cf. representação em (1b)); essa é uma construção inergativa.

(3) a. *Gorilas existem.*

- “gorilas” é arco-2 inicial e arco-1 final; essa é uma construção inacusativa.

b.



Como se pode observar, para Perlmutter, a inacusatividade de uma construção é um fenômeno representado sintaticamente, sendo que os verbos inacusativos caracterizam-se pelo fato de que, no “nível inicial”, só têm objeto e não têm sujeito. Por outro lado, mesmo fazendo tal abordagem sintática dessa classe verbal, o autor defende também a hipótese de que a inacusatividade é um fenômeno determinado por aspectos semânticos:

“a idéia básica é que a inergatividade inicial versus inacusatividade inicial é predizível pela semântica da oração”;

“predicados com significados equivalentes em outras línguas se comportarão da mesma maneira com relação à determinação da inergatividade versus inacusatividade.”

Perlmutter (1978: p.5, *apud* Pontes, 1986:79, 80)

O autor arrola predicadores que determinariam orações inicialmente inergativas ou inacusativas, alguns dos quais estão abaixo indicados:

a) *predicadores que determinariam orações inicialmente inergativas são aqueles que descrevem:*

- atos volicionais ou desejados: *trabalhar, jogar, falar, sorrir*, etc.;

b) *predicadores que determinariam orações inicialmente inacusativas são aqueles que descrevem:*

- predicadores cujo termo nuclear inicial é “semanticamente paciente”: *queimar, cair, tombar, afundar, flutuar, deslizar, dormir, tremer, ferver, derreter, crescer*, etc.;
- emissão não-voluntária de estímulos que atingem os sentidos (luz, barulho, cheiro, etc.): *brilhar, cintilar*, etc.;
- “predicadores aspectuais”: *começar, parar, continuar, acabar*, etc.;
- “durativos”: *durar, permanecer, ficar, sobreviver*, etc.

Perlmutter (1978, *apud* Pontes, 1986:80)

Como salienta Pontes (*op. cit.*), Perlmutter chama a atenção para o fato de ser essa uma lista de “predicadores semânticos” e não de itens lexicais. Assim sendo, o verbo correspondente fonologicamente a *deslizar*, por exemplo, numa dada língua, pode ser usado tanto em orações inacusativas quanto em outros tipos de orações. Vejam-se os exemplos:

(4) The wheels slid on the ice.

(As rodas deslizaram no gelo.)

(5) Joe slid on the ice.

(João deslizou no gelo.)

Apenas a primeira oração, segundo o autor, é inacusativa, pois descreve uma ação involuntária. A segunda oração é ambígua, visto que a ação pode ser involuntária (caso em que será inacusativa) ou não. Assim, vê-se que o critério considerado essencial na distinção entre a inacusatividade ou inergatividade de um verbo, segundo este autor, é o critério da *volição*. Desse ponto de vista, se a ação é *voluntária*, trata-se de um verbo inergativo (como também ilustrado em (6), abaixo); se é um verbo que “*não descreve uma ação desejada*” (Perlmutter, 1978:15,16, *apud* Pontes, 1986), trata-se, então, de um verbo inacusativo (como em (7) e (8), abaixo):

(6) *Henry saltou por cima da cerca.*

(7) *A agulha saltou seis graus no marcador.*

(8) *A taxa de desemprego saltou subitamente em julho.*

Ora, pode-se questionar se seria tal critério - o da *volição* - de fato *essencial* para a caracterização dos verbos inacusativos, como propõe o autor. É importante ressaltar que, para alguns verbos - como por exemplo aqueles que descrevem certos processos corporais, tais como *tossir, espirrar, dormir* - a definição da ação como voluntária ou involuntária não é tão facilmente estabelecida. Diante dessa dificuldade, assumir que a *volição* é o critério essencial para caracterizarem-se os verbos inacusativos pode significar, muitas vezes, uma impossibilidade em se definir um verbo como inacusativo.

Além disso, não seria esse critério uma limitação na abordagem do fenômeno? Pensemos num verbo como *chegar*, por exemplo, consensualmente classificado como inacusativo. É possível que este verbo descreva uma ação

voluntária e, ainda assim, seja caracterizado como inacusativo, o que iria contra o que postula a Gramática Relacional:

(9) *Eu cheguei perto da parede*⁹.

Por outro lado, parece-me bastante razoável afirmar que o critério da volição mostra-se extremamente relevante para caracterizar os verbos que *não são* inacusativos, uma vez que, quando se tem uma ação voluntária, faz-se presente (ou, pelo menos, fica implícito) um argumento com papel temático de agente, o que se coloca em oposição a uma das características fundamentais dos verbos inacusativos, a saber, a total detematização do agentivo. Parece-me que o traço [$\pm$ agente] do argumento único de um verbo mostra-se mais relevante para a caracterização desse verbo como inacusativo ou não. Não se pode negar que o traço [$\pm$ volição] está muitas vezes intimamente relacionado com uma leitura agentiva ou não de um evento, mas este não parece ser o critério *essencial* para a caracterização dos verbos inacusativos.

Outro aspecto também questionável no trabalho de Perlmutter, já apontado por Pontes (1986), é o fato de que o mesmo se baseia em noções e conceitos semânticos – além de sintáticos, como já vimos – não definidos. É o que se observa, por exemplo, no texto desenvolvido por Perlmutter e Postal (1978, *apud* Pontes, 1986):

“ *Nossa afirmação é que aqueles predicados intransitivos que ocorrem com os assim chamados Agentes, Experienciadores ou Conhecedores, determinam estratos iniciais inergativos.* ”

“(…) *predicados intransitivos representando estados que não envolvem cognição, ações sem agentes, etc., determinam estratos inacusativos.* ”

Perlmutter e Postal (1978, *apud* Pontes, 1986:91)

De qualquer forma, vale salientar, aqui, que a abordagem do fenômeno da inacusatividade feita por Perlmutter – além de seu valor histórico - revela-se bastante interessante uma vez que – como já foi dito - mesmo defendendo a hipótese de que este seja um fenômeno representado sintaticamente, não nega que também é determinado por aspectos semânticos, diferenciando-se das abordagens tradicionalmente encontradas na literatura da área, que se colocam prioritariamente ou no âmbito da Sintaxe ou no da Semântica.

Vale ressaltar, ainda, a grande contribuição de Perlmutter para a área, uma vez que : (i) foi ele o primeiro a apontar a distinção existente entre os verbos inergativos e inacusativos, dividindo a classe dos intransitivos em duas subclasses verbais distintas; (ii) este autor teceu uma primeira descrição das propriedades semânticas dos verbos inacusativos que se provou extremamente útil (pelo menos como uma primeira aproximação) no estudo das mais diversas línguas.

A abordagem de Perlmutter com relação ao fenômeno da inacusatividade foi recentemente retomada, embora sofrendo algumas reformulações, por Levin & Hovav (1995), em seu extenso trabalho sobre o tema. Tal trabalho será posteriormente analisado, na seção III.3.3.2, uma vez que julgo ser este o estudo mais abrangente e até certo ponto mais adequado sobre o fenômeno. Por ora, passo a analisar as diferentes abordagens que tradicionalmente têm sido feitas sobre o tema da inacusatividade.

⁹ Tal exemplo foi-me sugerido pelo Prof. Dr. Jairo Nunes, a quem agradeço.

II.3. As diferentes abordagens da inacusatividade

A inacusatividade tem sido tradicionalmente analisada a partir de duas abordagens distintas, ora priorizando-se aspectos sintáticos, ora semânticos do fenômeno. Trabalhos como os de Van Valin (1990), Zaenen (1993, *apud* Levin & Hovav, 1995) e Napoli (1988) fazem uma *abordagem puramente semântica* desse fenômeno lingüístico: defendem que a inacusatividade é totalmente determinada semanticamente, e negam que ela seja sintaticamente codificada. Por outro lado, autores como Burzio (1986), Belletti (1988), Eliseu (1984), entre outros¹⁰, sustentam uma *abordagem sintática* da inacusatividade, negando que seja um fenômeno completamente determinado pelas propriedades semânticas dos verbos.

Os autores que adotam a abordagem sintática do fenômeno, embora reconheçam que parece haver certas correspondências entre o significado dos verbos e sua caracterização como inacusativos ou inergativos, ressaltam especialmente o fato de que todos os verbos inacusativos apresentam uma mesma configuração sintática particular, tendo as seguintes propriedades: a) selecionam argumento interno; b) não selecionam argumento externo e c) não atribuem caso Acusativo. Assim, nessa perspectiva, a inacusatividade é vista como um fenômeno unificado, de forma que, não importando a quais classes semânticas pertençam os verbos inacusativos, todos eles compartilham as mesmas propriedades sintáticas.

Os autores que defendem tal abordagem, segundo Levin & Hovav (*op. cit.*), apoiam-se especialmente na não existência de uma propriedade semântica comum a todos os verbos inacusativos. Com relação a tal aspecto, os defensores da abordagem semântica contra-argumentam defendendo que a

¹⁰ Tais como Rosen (1984) e Baker (1983), apontados por Levin & Hovav (1995), que não serão aqui analisados.

hipótese de que a inacusatividade seja determinada com base no significado do verbo não implica que todos os verbos inacusativos representem um classe semântica unificada. Para esses últimos, uma vez que o mapeamento da semântica lexical para a sintaxe dá-se com base no processo denominado ‘muitos-para-um’, não há razão para assumir que todos os verbos que compartilham das propriedades sintáticas atribuídas aos verbos inacusativos formarão uma classe semanticamente homogênea. Ao contrário, o próprio trabalho de Levin & Hovav (*op. cit.*) mostra a existência de subclasses de verbos inacusativos, sendo esta uma classe verbal não unificada semanticamente.

Ainda segundo Levin & Hovav (*op. cit.*), os defensores da abordagem sintática da inacusatividade apoiam-se também no fato de que verbos com similaridades semânticas muitas vezes comportam-se diferentemente com respeito à inacusatividade. Entretanto, para as autoras, tal aspecto também não invalida a hipótese semântica, uma vez que apenas *alguns* aspectos do significado de um verbo são *relevantes para a sintaxe*, enquanto outros não o são¹¹. Assim, mesmo verbos semanticamente similares podem ser diferentemente classificados se se tomar por base os componentes de significado que são relevantes para a determinação da inacusatividade¹².

De acordo com Levin & Hovav (*op. cit.*), a abordagem semântica desse fenômeno, por outro lado, defende que: a) as duas classes de verbos intransitivos – inergativos e inacusativos - podem ser diferenciadas a partir de aspectos semânticos, sendo a inacusatividade semanticamente determinada e b) a caracterização semântica dessas classes verbais remove a necessidade de se

¹¹ O trabalho de Pinker (1989) também defende esse mesmo aspecto.

¹² Segundo as autoras, este é o caso, por exemplo, dos verbos italianos *russare* ('roncar') e *arrossire* ('enrubescer'), que, apesar de serem ambos verbos que descrevem processos corporais (portanto, com alguma similaridade semântica) apresentam, respectivamente, propriedades inergativas e inacusativas, visto ser o primeiro um verbo de atividade e o segundo, de mudança de estado. Levin & Hovav (1995) ressaltam que muitos estudos recentes (tais como Dowty 1991; Pinker, 1989; Pustejovsky, 1991; Tenny, 1987; Van Valin, 1990, entre outros) igualmente concluem que "atividade" e "mudança de estado" são aspectos do significado relevantes para a classificação dos verbos.

atribuírem representações sintáticas diferentes a esses verbos, negando que a inacusatividade seja sintaticamente codificada. Nessa visão, a inacusatividade não é um fenômeno unificado, sendo que um verbo pode ser classificado como inacusativo ou inergativo de acordo com o “diagnóstico” adotado.

A hipótese de Levin & Hovav (1995)¹³, que retoma a hipótese inicial de Perlmutter, diferencia-se de ambas as abordagens tradicionais, embora não negue completamente alguns dos aspectos apontados por uma ou outra das abordagens. Para as autoras, a inacusatividade é, de fato, semanticamente determinada, mas é também sintaticamente representada. Elas defendem que as propriedades sintáticas dos verbos são determinadas por seu significado, sendo tal determinação realizada através do mapeamento existente entre a semântica-lexical e a sintaxe, via as chamadas “*linking rules*”, ou regras de ligação. Tal hipótese será avaliada na seção III.3.3 deste trabalho. A seguir, faço um levantamento das abordagens que tradicionalmente têm sido apresentadas sobre o tema, focalizando, inicialmente os principais autores que se dedicam à abordagem semântica da inacusatividade (na seção III.3.1), e, a seguir, os que defendem a abordagem sintática da inacusatividade (em III.3.2).

¹³ Essa hipótese será mais detalhadamente analisada na seção seguinte deste trabalho.

II.3.1. A abordagem semântica

- Van Valin (1990)

Como já anteriormente salientado, a abordagem semântica do fenômeno da inacusatividade defende que a mesma é determinada semanticamente, sendo que a caracterização semântica das duas classes de verbos intransitivos – inergativos e inacusativos – remove a necessidade de se atribuírem representações sintáticas diferentes a esses verbos, negando que a inacusatividade seja sintaticamente codificada. Assim, procura-se explicar o comportamento diferenciado de inergativos e inacusativos sem se atribuírem diferentes representações sintáticas a esses dois tipos de verbos.

Essa abordagem semântica é defendida, por exemplo, por Van Valin (1990). Neste trabalho, em que o autor analisa fenômenos como cliticização com *ne-* e seleção de auxiliar (em italiano), marcação de Caso e concordância (em georgiano), o objetivo de Van Valin é demonstrar que

“ (...) the phenomena which the Unaccusative Hypothesis strives to explain in syntactic terms are better explained in semantic terms. (...) a semantic analysis in Role and Reference Grammar (RRG) provides an explanatory account of unaccusative phenomena (...).”

Van Valin (1990:221)

A análise de Van Valin (1990) insere-se na perspectiva teórica da *Role and Reference Grammar* (doravante, RRG). Tal teoria difere tanto da teoria gerativa chomskiana quanto da Gramática Relacional de Perlmutter principalmente pelo fato de postular apenas um único nível de representação

sintática, rejeitado a existência de níveis iniciais (tais como estrutura-D e ‘*stratum* inicial’ postulados tradicionalmente pelas outras duas perspectivas, respectivamente). Segundo Van Valin (*op. cit.*), existe ligação ou mapeamento direto entre a representação semântica e a sintática, inexistindo representações sintáticas abstratas.

A representação semântica na RRG baseia-se na teoria semântico-lexical de classificação verbal apresentada por Dowty (1979, *apud* Van Valin, 1990), que, por sua vez, está baseada nas quatro classes verbais apresentadas por Vendler (1967), a saber: a) a classe dos *states*, constituída por verbos que indicam estado; b) a classe dos *achievements*¹⁴, verbos que indicam mudança de estado sem implicação de um agente; c) a classe dos *accomplishments*, que indicam mudança de estado com implicação de um agente e d) a classe dos *activities*, verbos que indicam atividade. Exemplos dessas quatro classes verbais em PB são apresentados a seguir:

- a) STATES: *saber, acreditar, ter, amar, estar quebrado*;
- b) ACHIEVEMENTS: *chegar, morrer, quebrar* (intransitivo);
- c) ACCOMPLISHMENTS: *matar, construir uma cadeira, lavar a roupa; quebrar* (transitivo);
- d) ACTIVITIES: *correr, dançar, nadar, lavar roupa*.

Nessa perspectiva, a cada uma dessas classes verbais é dada uma representação formal chamada “estrutura lógica”. Postula-se uma classe homogênea de predicadores (*‘stative predicates’*) e mais alguns operadores e conectivos, a saber, BECOME, que indica incoatividade; DO, que codifica agentividade e CAUSE, que indica uma relação de causa entre dois eventos. A partir disso, as representações formais para as quatro classes mencionadas são:

¹⁴ Opto, aqui, por manter a nomenclatura em inglês, tal qual apresentada pelo autor. Traduções possíveis para tais classes verbais poderiam ser: *estados, completamentos, realizações e atividades*, respectivamente.

CLASSE VERBAL	ESTRUTURA LÓGICA
STATE	predicador ³ (x) ou (x,y)
ACHIEVEMENT	BECOME predicador ³ (x) ou (x,y)
ACCOMPLISHMENT	(DO (x)) [predicador ³ (x) ou (x,y)]
ACTIVITY	ϕ CAUSE ψ , onde ϕ normalmente é um predicador ' <i>activity</i> ' e ψ um predicador ' <i>achievement</i> '

Van Valin (*op. cit.*:p. 223)

Vejam-se alguns exemplos apontados por Van Valin (*op. cit.*: p.224) da estrutura lógica de alguns ACHIEVEMENTS, classe na qual encontram-se os verbos inacusativos:

- i) *The watch broke.* BECOME **broken**³ (watch)
- ii) *Susan arrived at the house.* BECOME **be-at**³ (house, Susan)
- iii) *The lamp fell on the floor.* BECOME **be-on**³ (floor, lamp)
- iv) *John noticed the magazine.* BECOME **see**³ (John, magazine)

Van Valin (*op. cit.*: p.224)

Segundo o autor, estruturas lógicas como as exemplificadas acima são o núcleo da entrada lexical de um verbo. Tais representações são a base para a teoria dos papéis semânticos da RRG, que postula duas camadas de papéis semânticos: uma, correspondente às relações temáticas também adotadas por outras teorias; outra, que se diferencia totalmente das demais perspectivas teóricas.

No primeiro caso, encontra-se a noção de relações temáticas tais como definidas por Jackendoff (1976, *apud* Van Valin, *op. cit.*, p. 226), em termos de posições argumentais nas representações decompostas dos predicadores. No

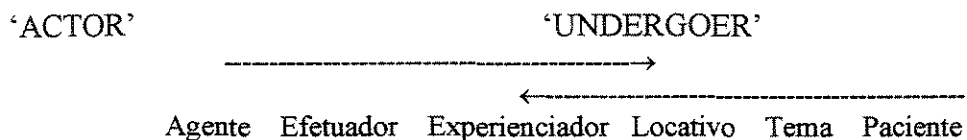
caso, por exemplo, de um verbo de estado, com estrutura lógica: **predicador'** (x) , tem-se x = paciente.

Para Van Valin (*op. cit.*), a derivação das relações temáticas a partir de posições na estrutura lógica traz uma consequência importante:

“because there are syntactic and semantic criteria for determining the class of a verb, and because a verb’s thematic relations are to a large extent attributable to its class and hence to its logical structure, the assignment of thematic relations to verbs in RRG is independently motivated.”

Van Valin (*op. cit.*: p. 226)

No segundo caso, nessa perspectiva teórica, o mapeamento entre a representação semântica de um predicador (ou, em outras palavras, sua “estrutura lógica”) e a expressão morfossintática de seus argumentos é mediado pela atribuição de dois “*macropapéis*” (“*macroroles*”) aos seus argumentos, a saber, ‘actor’ e ‘undergoer’¹⁵. Esses são os dois argumentos primários de uma predicação transitiva, cada um podendo ser o argumento único de um verbo intransitivo. São chamados de “*macropapéis*”¹⁶ pois cada um agrupa várias relações temáticas específicas, sendo que a relação entre os dois obedece à seguinte hierarquia:



¹⁵ Aqui, também, opto por manter os termos em inglês.

¹⁶ O autor chama a atenção para o fato de que a noção de ‘macroroles’, embora similar, não é idêntica à noção de ‘protoroles’ proposta por Dowty (1987, *apud* Van Valin, *op. cit.*), uma vez que, para Dowty, estes são os únicos papéis semânticos, desconsiderando-se as relações temáticas tal como aparecem na RRG.

O ‘actor’ prototípico é um agente e o ‘undergoer’ prototípico é um paciente, mas no caso de verbos de cognição ou percepção, efetadores e experienciadores também podem ser ‘actor’; locativos e temas também podem ser ‘undergoer’, dependendo da estrutura lógica do verbo em particular.

No caso dos verbos inacusativos, de acordo com Van Valin (*op. cit.*), estes tomam um argumento com o *macropapel* ‘undergoer’ e não ‘actor’. Segundo tal perspectiva, seria essa a propriedade semântica compartilhada pelos argumentos de todos os verbos inacusativos.

Levin & Hovav (1995) questionam tal abordagem semântica desenvolvida por Van Valin (*op. cit.*), argumentando que as noções de ‘undergoer’ e ‘actor’ – noções centrais na teoria deste autor – não parecem constituir de fato noções semânticas, visto que cada uma delas não pode ser reduzida a uma noção semântica única. De fato, podemos notar que tais noções podem ser caracterizadas como uma *generalização* sobre vários papéis semânticos específicos, como mostra a figura acima, representativa da ‘Hierarquia actor-undergoer’. Nessa teoria, os *macropapéis* ‘undergoer’ e ‘actor’ são escolhidos baseados num algoritmo que faz referência a esses papéis semânticos específicos (cf. Van Valin, *op. cit.*: p. 230), sendo que o mapeamento entre as relações temáticas e os *macropapéis* é governado pela “hierarquia universal” – nas palavras do autor – representada na figura acima.

O próprio Van Valin ressalta o fato de que ‘actor’ e ‘undergoer’ não podem ser reduzidos ou equiparados a noções semânticas como as de agente ou paciente. Chega mesmo a afirmar que as mesmas não são noções *puramente* semânticas:

“Actor and undergoer act as the interface between thematic and grammatical relations. In a ‘monostratal’ theory like RRG, they play both

semantic and syntactic roles: they are a function of the lexical semantic property of verbs, and they are what formulations of syntactic constructions make reference to."

Van Valin (*op. cit.*: p. 229, grifo meu)

Outra crítica que também poderia ser levantada em relação à abordagem desse autor é o fato de que, ao optar por um modelo de representação de estrutura semântica em que a **posição** dos argumentos é fundamental para a derivação das relações temáticas, Van Valin acaba por, de certa forma, aproximar estrutura semântica de estrutura sintática. Ao propor um modelo em que **posições e lugares** são tão importantes numa estrutura que se julga puramente semântica de um verbo, qual seria o limite entre o semântico e o sintático? Como separar esses dois domínios?

- Napoli (1988)

A abordagem semântica do fenômeno da inacusatividade é também defendida por Napoli (1988), em sua resenha sobre o trabalho de Burzio (1986). Segundo Napoli, embora a hipótese de Burzio mostre-se até certo ponto adequada para a análise do italiano, muitas de suas considerações não podem ser estendidas para outras línguas.

Analizando dados do inglês¹⁷, a autora argumenta contrariamente à abordagem sintática do fenômeno tal qual propota por Burzio (1986), segundo a qual os verbos inacusativos, apesar de sintaticamente intransitivos, são originalmente transitivos no léxico, (subcategorizando um complemento objeto em sua estrutura lexical, realizado como objeto direto em estrutura-D), e

¹⁷ Particularmente fenômenos como alternância causativa, sufixação com *-er*, bem como frases com *there*.

passam por uma regra de movimento no léxico para produzir um intransitivo. Para Napoli, diferentemente, os verbos inacusativos, no inglês, são intransitivos tanto no léxico quanto na sintaxe.

Diferentemente de autores como Kayser e Roeper (1984 *apud* Napoli, *op. cit.*), a autora defende que os verbos inacusativos, pelo menos em algumas línguas – como é o caso do inglês, não formam uma classe sintática, mas sim uma classe semântica, uma vez que, segundo ela, tais verbos não são transitivos em nenhum ponto de sua análise lexical ou sintática¹⁸. A autora conclui que é desnecessário que se postule uma distinção sintaticamente codificada entre verbos inacusativos e inergativos, uma vez que a distinção entre eles é de ordem semântica e não sintática.

Ao analisar, por exemplo, a alternância causativa¹⁹, pelo fato de nem todos os verbos transitivos apresentarem uma contraparte intransitiva, a autora refuta a hipótese de produtividade da “Regra Ergativa” tal qual apresentada por Kayser e Roeper:

“the intransitive member of an ergative pair must be generated by rule for each new lexical entry.”

Kayser e Roeper (1984 *apud* Napoli, *op. cit.*, p. 132)

Segundo a autora, se esta é uma regra que se aplica a apenas algumas entradas lexicais e não a outras, não se pode falar, então, em produtividade. Para ela, a possibilidade ou não da existência da contraparte inacusativa de um verbo transitivo é determinada pelo significado da entrada lexical, ou, seja, por fatores semânticos:

¹⁸ Observe-se que esta autora parece equacionar totalmente léxico a semântica, o que pode ser apontado como uma limitação em sua análise.

¹⁹ A autora não se utiliza dessa nomenclatura, mas sim “alternância de ergatividade” ou “verbos que apresentam um par ergativo” (Napoli, 1988 : p. 132)

*“(...) the possibility of the ergativity alternation results from the Primitive Conceptual Structure (PCS; as developed in Guerssel 1986) of the lexical entries. That is, the PCS represents information which is **prelexical, perhaps even prelinguistic**, about the real-life relationships of the entities that eventually get spelled out as the arguments of the lexical entries. Thus claim that the meaning of a lexical entry is quite simply the determining factor as to whether the speaker will use it in an ergative alternation.”*

Napoli (1988: p. 132; grifo meu)

Com relação à abordagem defendida por essa autora, duas questões podem ser levantadas. Em primeiro lugar, embora a autora argumente em favor de que os verbos inacusativos, pelo menos no inglês, não formam uma classe sintática, mas sim semântica, em nenhum momento ela deixa claro quais seriam, então, as características semânticas que definem tais verbos e que os diferenciam, por exemplo, dos inergativos. Aliás, ao defender que os verbos inacusativos são tanto lexical quanto sintaticamente intransitivos, ela acaba por aproximá-los dos inergativos, que assim também se caracterizam. Quais seriam, então, as diferenças entre essas duas classes verbais? E quais seriam as propriedades semânticas compartilhadas por todos os verbos inacusativos? Em que consiste, afinal, a abordagem semântica do fenômeno da inacusatividade defendida por Napoli?

Em segundo lugar, com relação à sua análise da alternância causativa, observe-se que a autora remete-se a instâncias extra-lingüísticas ao lançar mão da noção de “estrutura conceitual” das entradas lexicais. Ela mesma ressalta que tal estrutura representa a informação “*pré-lexical, talvez até mesmo pré-lingüística*”, em suas próprias palavras. Assim, a abordagem ‘semântica’ do fenômeno da inacusatividade defendido por essa autora – embora tal abordagem não se faça muito clara, como já apontado – baseia-se num arcabouço não mais estritamente lingüístico, mas utiliza-se de

noções/conceitos extra-lingüísticos, remetendo-se a instâncias exteriores à própria linguagem. Assim, vê-se que, na abordagem dessa autora, os limites entre representação semântica e representação conceitual não são claros; a autora acaba por fazer uma indesejável aproximação entre o semântico e o conceitual.

II.3.2. A abordagem sintática

- Burzio (1981, 1986)

No âmbito da Gramática Gerativa, Burzio (1981, 1986), foi o primeiro a considerar a distinção intransitivos / inacusativos. Inspirado nos trabalhos anteriores de Perlmutter, Burzio (1981) faz uma abordagem essencialmente sintática do fenômeno, postulando que os verbos inacusativos²⁰ caracterizam-se por:

- (i) conterem apenas um argumento, que é interno;
- (ii) não atribuírem caso Acusativo a esse argumento.

A partir da análise de sentenças do italiano, focalizando especialmente os fenômenos da cliticização com *ne* e da seleção do verbo auxiliar (*essere* / *avere*), Burzio (1986) formula uma generalização que descreve as propriedades dos verbos inacusativos:

- (i) um verbo que não apresenta argumento externo não atribui caso Acusativo;
- (ii) um verbo que não atribui caso Acusativo não marca tematicamente um argumento externo.

Com relação a essa chamada “Generalização de Burzio”, que postula a existência de uma necessária correlação entre o papel temático do Sujeito e o

²⁰ Burzio (1981) não restringe sua análise somente aos verbos inacusativos (por ele denominados “ergativos”, como já apontado anteriormente). De fato, suas considerações são sobre as construções inacusativas, que incluem, por exemplo, as passivas e as construções com verbos de alçamento e existenciais. Aqui, limitar-me-ei aos verbos inacusativos.

caso do Objeto, algumas críticas têm sido levantadas por diversos autores. No que diz respeito à análise de dados do português brasileiro, Figueiredo Silva (1996) chama a atenção para o fato de que pelo menos a primeira das direções da “afirmação bicondicional” de Burzio (1986) pode ser questionada por frases do tipo:

(12) a. *Sujou os vidros de novo.*

em que, mesmo não havendo sujeito temático, o argumento único recebe caso Acusativo, segundo a autora²¹.

Essa mesma observação foi também levantada por Eliseu (1984) com relação ao português europeu. O autor apresenta alguns contra-exemplos à Generalização de Burzio, em que o verbo atribui caso Acusativo ao argumento interno, independentemente da não atribuição temática ao Sujeito²²:

(13) a. *Há coisas espantosas em Marrocos.*

b. *Coisas destas, há-as aos montes em Marrocos.*

c. *Não acredito em Bruxas, mas que as há, há.*

(Eliseu, *op. cit.*: 81)

O autor chama a atenção para o fato de que a ausência de concordância em 13a, bem como a presença de um clítico acusativo em 13b e c demonstram que o verbo, nesses exemplos, atribui caso Acusativo, mesmo não marcando tematicamente a posição de Sujeito.

²¹ De acordo com Figueiredo Silva, o sintagma nominal definido desse exemplo não é interpretado como um objeto “único” nem como fazendo parte de uma lista, únicas interpretações possíveis para os sintagmas definidos portando caso Partitivo. Dada a ausência de concordância, que mostra a não existência de Nominativo, a autora analisa o NP pós-verbal como apresentando caso Acusativo.

²² Embora os exemplos apresentados pelo autor contemplem apenas verbos existenciais, que não estão no escopo deste trabalho, os mesmos mostram-se relevantes para o questionamento que pode ser feito à Generalização de Burzio, uma vez que este coloca as construções existenciais entre as construções inacusativas.

Também Duarte (1993), a partir da análise de dados do português brasileiro e de evidências translingüísticas, conclui que nem todos os verbos ditos inacusativos são incapazes de atribuir Acusativo a seus objetos, seja esse caso abstrato ou morfologicamente manifesto, quer atribuído estruturalmente, ou inerentemente.

Examinando construções com sujeito posposto, a autora demonstra que verbos inacusativos podem atribuir caso ao NP pós-verbal, uma vez que o caso Nominativo²³ não é atribuído a esse NP dada a ausência de concordância. Vejam-se os seguintes exemplos reunidos pela autora²⁴:

a. Português:

Chegou ontem as cartas que eu esperava.

b. Finlandês:

Helsingistä tulle kirjeitä

“de Helsinke” “chegar”-sg (algumas) “cartas”-partitivo pl.

“Chegaram algumas cartas de Helsinke.”

c. Francês:

Il est arrivé trois filles.

pro expl. aux.-sg “chegar”-particípio “três moças”

“Chegaram três moças.”

²³ De acordo com Burzio (1986), o NP pós-verbal dos verbos inacusativos é analisado, em estrutura-S, como sujeito posposto, sendo marcado Nominativo via co-indexação com um pronome expletivo na posição de sujeito. Essa hipótese de Burzio de uma “cadeia de caso” formada pelo expletivo e o NP pós-verbal tem sido contestada por diversos autores com base em dados empíricos de diversas línguas (Travis, 1984; Borer, 1986).

²⁴ Vejam-se, ainda, outros contra-exemplos à Generalização de Burzio em russo e islandês (Rothstein, 1983), em latim (Franchi, *apud* Whitaker-Franchi, 1989) e em português (Everett, 1986).

d. Polonês:

Buduje sie domy.

“construir”- pres. 1^a. p. sg “se” “casa”-pl

Constróem-se casas.

(Duarte, *op. cit.*: 35, 51, 52)

A partir de tais considerações, vê-se que as propriedades sintáticas definidoras dos verbos inacusativos apresentadas por Burzio (*op. cit.*) não se mostram totalmente adequadas para a caracterização dessa classe de verbos, pelo menos no que diz respeito à sua incapacidade de atribuição de caso Acusativo. Por outro lado, o fato desses verbos apresentarem somente argumento interno, como postula o autor, parece ser de fato uma característica intrínseca de tais verbos.

- Belletti (1988)

Outro trabalho que faz uma abordagem sintática dos verbos inacusativos é o de Belletti (1988), também no quadro da Gramática Gerativa. A partir da análise de dados de línguas que apresentam um sistema de caso morfológicamente rico, como o finlandês, a autora ressalta que não só o caso Acusativo pode ser atribuído ao NP²⁵, mas também o caso Partitivo, dependendo da leitura à qual o objeto está associado. Segundo a autora, quando um NP pós-verbal recebe uma leitura parcial ou indefinida, este é marcado caso Partitivo, mesmo nas línguas que não apresentam marcação morfológica de caso (estando, neste caso, a atribuição de Partitivo refletida na interpretação do NP). Belletti considera Acusativo como um caso estrutural, e

²⁵ A autora analisa especialmente construções com NP pós-verbal.

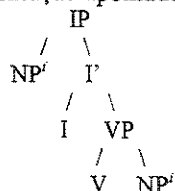
Partitivo como um caso inerente, atribuído pelo verbo ao NP em estrutura-D (e também realizado em estrutura-S).

A partir de tais considerações, a autora argumenta contrariamente à hipótese de Perlmutter (*op. cit.*) e Burzio (*op. cit.*) de que os verbos inacusativos são completamente desprovidos da capacidade de atribuição de caso. Para a autora, esses verbos são apenas incapazes de atribuir caso estrutural Acusativo, mas isso não os impede de atribuir caso Partitivo inerente.

Belletti também refuta a hipótese de Burzio (1986) de que o caso Nominativo seja transmitido ao NP pós-verbal em cadeia, via expletivo, uma vez que I não rege esse NP em estrutura-S, dada a presença do VP, que é uma barreira²⁶. Este aspecto da hipótese de Belletti mostra-se interessante para a análise de dados do PB, como os apontados em (12) e (14a), em que fica evidente que o caso Nominativo não foi transmitido ao NP pós-verbal, dada a ausência de concordância.

A conclusão da autora de que os verbos inacusativos não são completamente desprovidos da capacidade de atribuição de caso também se mostra adequada para a análise dos dados do PB. Por outro lado, sua hipótese de que existe estreita correlação entre a propriedade casual desses verbos e o chamado Efeito de Definitude²⁷, levando-a a concluir que os objetos dos verbos inacusativos são sempre NPs indefinidos, carece de comprovação empírica nos dados do PB. Veja-se, por exemplo, que são perfeitamente possíveis, em PB, sentenças como (15), abaixo, em que se tem um NP definido (*as cartas*):

²⁶ A representação apontada por Belletti dos verbos inacusativos é a seguinte:



(15) a. *Chegou ontem as cartas que eu esperava.*

Resumindo, até aqui, com base nos trabalhos já contemplados sobre o fenômeno, no que diz respeito a uma caracterização adequada dos verbos inacusativos do PB, pode-se assumir que esses verbos:

- (i) possuem um argumento único, que é interno;
- (ii) não são completamente desprovidos da propriedade de atribuição de caso²⁸.

- Eliseu (1984)

Na análise traçada por Eliseu (1984) de dados do português europeu, o autor propõe alguns “testes” sintáticos e morfológicos cujos resultados possibilitam uma interessante caracterização dos verbos inacusativos, em oposição, por um lado, aos intransitivos (inergativos) e, por outro, aos transitivos.

Segundo o autor, a evidência empírica da existência da classe verbal dos inacusativos no Português, diferenciando-os dos verbos intransitivos, também monoargumentais, diz respeito à possibilidade de²⁹:

²⁷ Para maiores detalhes sobre este aspecto, ver o trabalho de Duarte (1993).

²⁸ Não me aprofundarei, aqui, na análise do tipo de caso atribuído (se Acusativo ou Partitivo, se estrutural ou inerente) por não se tratar do interesse central deste trabalho.

²⁹ Eliseu ressalta que o emprego dessas construções (listadas a seguir) como teste para a determinação da classe dos verbos inacusativos do Português foi proposto pela primeira vez por Raposo (1981).

- a) os inacusativos aceitarem a formação da chamada construção do Particípio Absoluto³⁰ (como exemplificado em (16), a seguir);
- b) o Particípio Passado desses verbos poder ocorrer em posição predicativa³¹ (veja-se (17));
- c) o Particípio Passado desses verbos poder ocorrer em posição atributiva (como ilustrado em (18))³².

Observe-se que tal comportamento sintático dos verbos inacusativos aproxima-os, de certa forma, dos transitivos, que também admitem tais construções, o mesmo já não ocorrendo com os verbos intransitivos:

³⁰ Segundo o autor, a construção do Particípio Absoluto é uma forma reduzida de oração, dependente de uma oração principal que normalmente ocorre à sua direita. Internamente, é caracterizada pela ocorrência de uma forma de Particípio Passado seguido ou não de um constituinte nominal. Para uma caracterização mais detalhada do Particípio Absoluto, vide os trabalhos de Raposo (1981) e Mateus *et al.* (1983).

³¹ As construções predicativas, de acordo com Mateus *et al.* (1989:217), caracterizam-se por apresentarem um verbo predicativo como verbo principal seguido de uma expressão (NP ou PP) com a relação gramatical de predicativo de sujeito. Como exemplo de verbos predicativos encontram-se *ser*, *estar*, *ficar*, *permanecer*, etc., que não são encarados pelas autoras como meros verbos de ligação por haver distinções aspectuais entre eles (cf. p. 100-101). Quando o predicativo do sujeito é uma forma de particípio passado de um dado verbo, todos os exemplos apresentados pelas autoras trazem como verbo predicativo *estar* ou *ficar* (e nunca o verbo *ser*):

Esse artigo está traduzido em italiano.

A vítima do acidente esteve desmaiada por 2 horas.

As folhas ficaram caídas um pouco por toda a parte.

As construções com verbo *ser* seguido de uma forma participial (de um verbo transitivo) são consideradas pelas autoras como passivas (cf. p. 221-222):

O livro foi comprado (pelo Luís).

Segundo as autoras, os verbos predicativos como *estar*, *ficar*, embora de forma mais limitada e menos freqüente, também podem ocorrer em construções passivas:

A cidade ficou cercada pelos inimigos durante um mês.

A ilha está abandonada pela população por causa da seca.

³² Sobre a caracterização das construções atributivas, veja-se Raposo (*op. cit.*) e Mateus *et al.* (*op. cit.*).

(16) **Formação de um Particípio Absoluto:**

Inacusativos:

- a) Crescidos os filhos, o João e a Rita mudaram-se para o litoral.
- b) Falida a fábrica, os operários ficaram desempregados.

Transitivos:

- c) Encontrada a solução, o problema parece fácil.
- d) Reparado o automóvel, continuamos a viagem.

Intransitivos:

- e) * Corridos os atletas, o governo promoveu uma homenagem.
- f) * Soluçada a Joana, os pais telefonaram para o médico.

(17) **Ocorrência do Particípio Passado dos verbos inacusativos em posição predicativa:**

Inacusativos:

- a) A menina está crescida.
- b) A empresa está falida.

Transitivos:

- c) A solução está encontrada.
- d) O caso ficou reparado ontem à tarde³³.

Intransitivos:

- e) * Os atletas estão corridos.
- f) * A Joana está soluçada.

³³ Em PB, seria mais aceitável uma construção como:
O juízo está reparado.

(18) Ocorrência do Particípio Passado dos verbos inacusativos em posição atributiva:

Inacusativos:

- a) Meninas crescidas não choram.
- b) O número de empresas falidas aumentou assustadoramente.

Transitivos:

- c) As soluções encontradas não são satisfatórias.
- d) Os automóveis reparados estão no fundo da oficina.

Intransitivos:

- e) * Os atletas corridos foram homenageados pelo governo.
- f) * As pessoas soluçadas vão para o hospital.

Por outro lado, Eliseu mostra que os verbos inacusativos têm afinidades com os intransitivos, não possuindo algumas das propriedades que caracterizam os verbos transitivos. Entre tais propriedades, encontram-se: os inacusativos não admitem a passiva (como exemplificado em (19)); não admitem formação de adjetivos com o sufixo *-vel* (20) e nem nominalizações envolvendo o sufixo agentivo *-or*³⁴ (21).

³⁴ Mateus *et al.* (1989:172-174), concordando com Eliseu (*op. cit.*), também apontam as mesmas propriedades definidoras dos verbos inacusativos, ou seja: tais verbos não podem ser a entrada de nominalizações em *-or*, admitem a construção com Particípio Absoluto e podem ocorrer em posição predicativa ou atributiva.

(19) Formação da passiva:Inacusativos:

- a) * A menina foi crescida.
- b) * A empresa foi falida.

Intransitivos:

- c) * Os atletas foram corridos.³⁵
- d) * A menina foi soluçada.

Transitivos

- e) A solução foi encontrada.
- f) O automóvel foi reparado ontem.

(20) Formação de adjetivos com -vel:Inacusativos:

- a) * crescível
- b) * falível (do verbo *falir*)

Intransitivos:

- c) * corrível
- d) * soluçável

Transitivos:

- e) reparável
- f) encontrável

³⁵ Note-se que esta frase poderia ser a passiva de uma versão transitiva do verbo *correr*:
O diretor correu (com) os atletas da sala.

(21) Nominalização com -or:

Inacusativos:

- a) * crescedor
- b) * falidor

Intransitivos:

- c) corredor
- d) falador
- e) * soluçador
- f) * ridor

Transitivos:

- g) * encontrador
- h) reparador

Estes testes apontados por Eliseu (*op. cit.*) mostram-se interessantes e mesmo necessários para a definição e caracterização dos verbos inacusativos, mas ainda não parecem ser suficientes. O próprio autor reconhece tal insuficiência e aponta outra propriedade sintática de alguns verbos que permite que essa classe verbal seja ampliada, a saber, a possibilidade de ocorrência de alguns verbos em pares do tipo xVy / yV (onde V = verbo e x,y = nomes). Em outras palavras, verbos que admitem a alternância causativo/incoativo³⁶, como por exemplo:

(22) a) O governo aumentou *os impostos*.

b) *Os impostos* aumentaram.

(23) a) João fechou *a porta*.

b) *A porta* fechou.

³⁶ Faço-me valer, aqui, de uma terminologia não adotada por Eliseu.

Eliseu (*op. cit.*) ressalta que existe uma relação sintática e semântica entre os elementos destacados em *itálico* nas frases a. e b. de cada um dos exemplos acima, ou seja, entre o sujeito das frases de um só argumento e o objeto das frases transitivas correspondentes, sendo que tais elementos mantêm com o verbo a mesma relação semântica. Dada essa relação, o autor afirma que o argumento único dos verbos das frases em b. é um argumento interno, caracterizando-se esses verbos - ou seja, os que aceitam tais alternâncias - como inacusativos.

Mesmo considerando-se mais esta propriedade dos inacusativos apontada pelo autor, a caracterização de tais verbos ainda não é tarefa fácil. Com relação às propriedades consideradas pelo autor como a prova mais evidente da existência dessa classe verbal, ou seja, as ocorrências de tais verbos em construções atributivas e predicativas, várias exceções a tal comportamento sintático podem ser apontadas. Observe-se que tais exceções não correspondem a verbos que admitem a alternância causativo/incoativo, que, segundo o autor, poderia apresentar-se também como uma propriedade que permitiria a caracterização de tais verbos, independentemente das outras propriedades citadas.

No que diz respeito, por exemplo, à ocorrência dos inacusativos em construções predicativas³⁷, como o próprio autor deixa evidente (embora não explore o fato) no quadro em que aponta as propriedades dos verbos inacusativos em PE (Eliseu, 1984: 106-108), vários verbos considerados como inacusativos não apresentam tal comportamento em PB:

³⁷ Mantenho, aqui, a caracterização de Mateus *et al.* (1989) de construções predicativas com formas participiais como aquelas apresentando verbo predicativo *estar* ou *ficar* (e não o verbo *ser*, que caracterizaria uma construção passiva ao lado de participio de um verbo transitivo).

- (24) a) *acontecer* (**O fato está acontecido*);
 b) *aparecer* (**O cachorro está aparecido*; por outro lado, é aceitável com “*desaparecido*”);
 c) *chegar* (**O avião está chegado*);
 d) *decrecer* (**A inflação está decrescida*);
 e) *falecer* (**A vítima está falecida*);
 f) *nascer* (**Seu filho está nascido*);
 g) *ocorrer* (**O fato está ocorrido*);
 h) *sucedor* (**O fato está sucedido*);
 i) *surgir* (**O problema está surgido*);
 j) *decorrer* (**Duas horas estão decorridas desde que ele partiu*);
 l) *emagrecer* (**Joana está emagrecida*³⁸);

Parece-me que o fato de alguns verbos inacusativos não apresentarem formas participiais em construções predicativas pode ter explicações morfológicas ou semânticas. Voltarei a esta questão na seção III deste trabalho.

Da mesma forma, algumas exceções podem ser apontadas quanto à ocorrência dos verbos inacusativos em construções atributivas:

- (25) a) *chegar* (**Os passageiros chegados dirigiram-se para o balcão de informações.*);
 (mas: *Os passageiros recém chegados dirigiram-se para o balcão de informações.*)
 b) *emagrecer* (**A mulher emagrecida deixa a clínica sorridente*³⁹.);

Pela análise apresentada acima, a caracterização dos verbos *chegar* e *emagrecer* como inacusativos a partir da proposta de Eliseu seria difícil de ser sustentada, visto que estes verbos não apresentam - pelo menos em PB - as

³⁸ Por outro lado, a construção predicativa com *emagrecer* parece ser possível em outras estruturas como, por exemplo:

Joana está muito emagrecida.
Joana está emagrecida demais.
Ficando nesta clínica, você estará emagrecida em poucos dias.
Com este tratamento, você estará emagrecida em poucos dias.

características sintáticas que, para o autor, constituem-se como as mais importantes para a definição dessa classe verbal: a possibilidade de ocorrência em construções predicativas e atributivas. Além disso, também não admitem a alternância causativo/incoativo.

Como se vê, definir a classe dos verbos inacusativos não é tarefa fácil. Os critérios sintáticos e morfológicos adotados por Eliseu mostram-se relevantes e parecem ser necessários, mas não se mostram suficientes para definir tal classe verbal.

Um aspecto interessante do trabalho de Eliseu diz respeito à maneira como conduz sua defesa em favor da hipótese de que o argumento único selecionado pelos verbos inacusativos é um argumento **interno**⁴⁰. Segundo o autor, pode-se demonstrar isso de duas maneiras. A primeira delas é baseada no fato de que as propriedades de tal argumento são similares às do argumento interno dos verbos transitivos no que diz respeito à sua ocorrência em posições atributivas e predicativas, como se pode constatar nos exemplos listados em (26), (27) e (28), listados a seguir.

Segundo o autor, do ponto de vista da análise da estrutura argumental de construções do tipo

(26) a) *Os problemas resolvidos...*

b) *Os problemas estão resolvidos.*

o argumento sublinhado é necessariamente o correspondente ao argumento interno na estrutura argumental do verbo relacionado:

³⁹ Essa construção talvez seja possível com pausas, marcando “emagrecida” como predicativo.

⁴⁰ A argumentação do autor é construída tomando como base a distinção entre argumento interno e externo a VP, tal qual proposta por Williams (1981).

(27) a) *resolver* (o professor, o problema) - *resolvido* (o problema)

b) *O problema está resolvido.*

* *O professor está resolvido.*

c) *O problema resolvido...*

* *O professor resolvido...*

Para o autor, a possibilidade de obter construções deste tipo com verbos inacusativos não só aponta para o fato de que o argumento único de tais verbos é interno ao VP, como também constitui a prova mais evidente da existência deste tipo de verbos em Português (em oposição aos intransitivos), como já apontado anteriormente:

(28) a) *A menina está crescida...*

b) *A Joana está muito crescida.*

Uma segunda maneira de demonstrar que o argumento selecionado pelos verbos inacusativos é um argumento interno, segundo Eliseu, diz respeito ao caso das derivações dos nominais em *-or*. O autor demonstra que tal processo derivacional não afeta as propriedades temáticas dos itens sobre os quais opera: numa construção predicativa, o nome tem como argumento externo aquele com essa mesma caracterização na estrutura argumental do item base. Assim:

(29) a) *construir* (Pedro, barcos) / *construtor* (Pedro, barcos)

b) *Pedro constrói barcos.*

Pedro é construtor de barcos.

Em função disso, apenas o argumento externo pode ocorrer em posição de sujeito:

(30) a) **O barco é construtor.*

Pedro é construtor.

Dado que os verbos inacusativos não admitem a derivação deste tipo de nominais, diferentemente dos intransitivos, para o autor isso demonstra que o argumento dos inacusativos é interno ao VP. Sendo que a estrutura argumental desses verbos não contém nenhum argumento externo, a formação de nominais em *-or* a partir deste tipo de verbos é, segundo o autor, previsivelmente impossível⁴¹. O mesmo já não ocorre com os verbos intransitivos, visto que estes apresentam argumento externo em sua estrutura argumental.

Para o autor, o argumento único dos verbos inacusativos recebe sempre caso Nominativo, o que ele demonstra opondo, por exemplo, *Chegou ela* a **Chegou-a*. A partir disso, o autor considera que a propriedade sintática primária desses verbos é a não atribuição de caso Acusativo ao seu complemento. Neste ponto de sua argumentação, Eliseu admite que o que ele chama de verbos ergativos podem também ser denominados *inacusativos*, por motivos óbvios.

Segundo o autor, esta propriedade dos verbos inacusativos é uma propriedade lexical: o verbo na forma inacusativa é marcado no léxico como não atribuidor de Acusativo, tendo, portanto, o traço [-Ac]. Tal especificação constituiria, então, a característica básica destes verbos, definindo dessa forma uma classe verbal. Como já se viu, essa afirmação pode ser questionada pela

⁴¹ Outra possibilidade de explicação para o mesmo fato, segundo o autor, concerne à natureza temática do argumento selecionado pelos verbos inacusativos. Dado que o sujeito superficial das construções inacusativas apresenta papel temático tema e não agente, verbos dessa natureza não poderiam aceitar sufixo agentivo, formador de nomes que se referem sempre ao agente da ação (cantor, leitor, condutor, etc.).

análise de dados do português brasileiro que demonstram que nem todos os verbos ditos inacusativos são incapazes de atribuir Acusativo a seus objetos.

A partir da análise dos processos morfológicos e sintáticos apresentados e levando em conta seus efeitos sobre as estruturas argumentais dos verbos, Eliseu (*op. cit.*) conclui, então, que os verbos inacusativos apresentam as seguintes características:

- a) são predicadores de um lugar, cujo argumento único é um argumento interno;
- b) seu argumento interno não tem o papel temático de agente e sim de tema (daí não aceitar nominalização com a agentivo *-or*);
- c) por possuírem argumento interno, podem ser objetos de determinados processos que afetam igualmente o argumento interno dos verbos transitivos (a saber, formas participiais que podem ocorrer em posição atributiva e predicativa);
- d) sua propriedade sintática primária é a não atribuição de Caso acusativo ao seu complemento;
- e) alguns verbos inacusativos ocorrem em pares xVy / yV .

É importante ressaltar que, em toda a sua análise, Eliseu prioriza aspectos sintáticos e morfológicos concernentes às propriedades dos verbos inacusativos, procurando deixar de lado aspectos semânticos desses verbos. O autor chega mesmo a afirmar que

“A caracterização de um verbo como ergativo só pode ser atribuída caso a caso e é virtualmente independente de outras classificações gerais, por exemplo do tipo semântico.”

(Eliseu, *op. cit.*:85, grifo meu)

Não seriam as propriedades semânticas de um verbo também relevantes para a definição do fenômeno da inacusatividade - como postulam os autores que defendem a abordagem semântica do fenômeno - devendo, portanto, ser também consideradas? Neste sentido, propostas que defendam uma abordagem da inacusatividade que se diferencie das tradicionais, ou seja, que considerem este um fenômeno tanto sintático quanto semântico (e que, portanto, deve ser considerado a partir da interface Sintaxe/Semântica) me parecem mais adequadas para a caracterização da inacusatividade. Na seção seguinte, passo a analisar o trabalho de Levin & Hovav (1995), que se coloca neste último tipo de abordagem.

II.3.3 A abordagem sintático-semântica

O extenso trabalho de Levin e Hovav (1995) apresenta uma abordagem que se diferencia das anteriormente analisadas uma vez que defende ser a inacusatividade um fenômeno determinado semanticamente, mas representado sintaticamente. Essas autoras apresentam uma análise extremamente ampla, abrangente e, a meu ver, até certo ponto adequada da inacusatividade, embora alguns questionamentos também possam ser feitos, como se verá mais adiante.

Levin & Hovav (*op. cit.*) defendem uma hipótese que de certa forma – como as próprias autoras fazem questão de ressaltar – retoma a hipótese inicial de Perlmutter, a saber, que a inacusatividade é uma propriedade sintática dos verbos, mas semanticamente previsível. Observe-se que a abordagem das autoras diferencia-se das prioritariamente semânticas (tal como defendida por Van Valin, 1990 e Napoli, 1988) uma vez que, para elas, os verbos inacusativos – embora semanticamente determinados – formam uma classe sintática homogênea, todos eles apresentando a propriedade de selecionar apenas argumento interno (e não externo), além de sua incapacidade de atribuição de Caso Acusativo. Por outro lado, tais verbos não formam uma classe semântica homogênea, não havendo uma representação semântico-lexical única para todos os verbos inacusativos (o chamado mapeamento “muitos para um” da semântica para a sintaxe).

As autoras procuram mostrar que a possibilidade de um verbo ser encontrado numa configuração sintática inacusativa é uma condição necessária para que o verbo manifeste tal propriedade, mas não é condição suficiente para isto. Para defender tal posição, as autoras ressaltam o fato de que muitas construções estão também associadas a restrições semânticas próprias. Exemplificam tal aspecto com as construções resultativas do inglês: tais construções, embora selecionem verbos inacusativos, selecionam apenas um

subconjunto semanticamente definido desses verbos, bloqueando outros. Da mesma forma, as autoras ressaltam que as propriedades semânticas do verbo podem ser uma condição necessária - mas não suficiente - para que o mesmo seja classificado como inacusativo.

Assim, a abordagem defendida pelas autoras é que a inacusatividade é semanticamente determinada e sintaticamente representada, sendo as propriedades sintáticas dos verbos determinadas por seu significado. Para as autoras, isso é feito pelo mapeamento entre a semântica-lexical e a sintaxe, através das chamadas “regras de ligação” (“*linking rules*” - que serão posteriormente analisadas). Tais regras, segundo as autoras, seriam responsáveis por determinar – a partir da estrutura semântico-lexical do verbo - sua estrutura argumental e, conseqüentemente, a expressão sintática de seus argumentos

Antes de mais nada, é preciso que se deixe claro qual a natureza da representação lexical adotada pelas autoras. Levin & Hovav (*op. cit.*) assumem que cada verbo está associado a duas representações lexicais: uma representação semântico-lexical e uma representação sintático-lexical.

A primeira delas - representação semântico-lexical, corresponde à “estrutura conceitual lexical” de Hale & Keiser (1986, 1987, *apud* Levin & Hovav, *op. cit.*) e Jackendoff (1990) ou, ainda, à “estrutura conceitual” de Jackendoff (1983). Tal estrutura codifica os aspectos do significado do verbo que se mostram sintaticamente relevantes, sendo que o principal interesse das autoras concentra-se naqueles aspectos da representação semântico-lexical que são relevantes para o estabelecimento das chamadas *Regras de ligação* (que fariam o mapeamento Semântica/Sintaxe⁴²). Para as autoras, os significados dos verbos incluem certos elementos comuns que unificam esses verbos em classes semanticamente definidas, posição igualmente defendida por autores como Jackendoff (1987, *apud* Levin & Hovav, *op. cit.*) e Pinker (1989). A

representação semântico-lexical adotada pelas autoras apresenta-se na forma de decomposição de predicadores⁴³, envolvendo dois tipos de elementos primitivos: os “predicadores primitivos” e os “constantes”. Nessa perspectiva, o significado de um verbo é representado usando-se um conjunto fixo de predicadores primitivos ao lado dos constantes – tipicamente escolhidos dentre um conjunto limitado de tipos semânticos – que preenchem posições argumentais desses predicadores, ou então atuam como seus modificadores.

Assim, por exemplo, a representação semântico-lexical de verbos *de mudança de estado* seria:

- verbo não-causativo de mudança de estado: [*y* BECOME STATE]

em que BECOME representa um primitivo potencial e STATE é um constante que representa qual é o elemento de significado que diferencia o estado em questão de outros estados possíveis. São os constantes, na representação semântico-lexical, que diferenciam os membros de uma mesma classe semântica de verbos.

Exemplificando:

(22) *dry*: [*y* BECOME DRY]

(23) *empty*: [*y* BECOME EMPTY]

(24) *warm*: [*y* BECOME WARM]

Levin & Hovav (1995: 27)

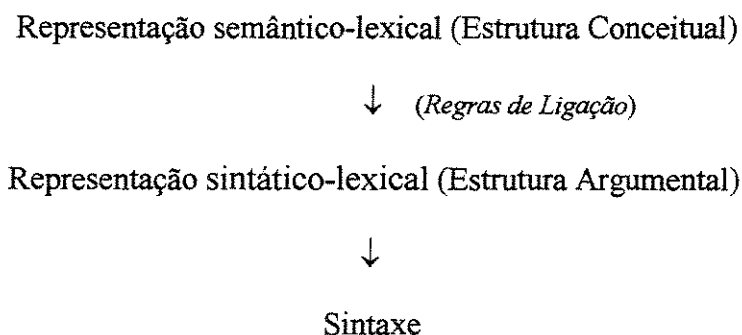
A segunda representação lexical à qual cada verbo está associado, segundo as autoras, é a representação sintático-lexical, também chamada “estrutura argumental” por inúmeros autores. Esta representação, para elas, codifica as propriedades sintaticamente relevantes de subcategorização (ou

⁴² Posteriormente, voltarei a esta questão.

⁴³ Tomando por base Jackendoff (1972, 1987, *apud* Levin & Hovav, *op. cit.*).

“tomada de argumento”) de um verbo, sendo que tal estrutura não corresponde, segundo as autoras, à representação do significado do verbo. Baseando-se em Williams (1980) e Marantz (1984, *apud* Levin & Hovav, *op. cit.*), as autoras assumem que a estrutura argumental permite distinções entre argumentos internos e externos, bem como entre argumentos internos diretos e indiretos. Para as autoras, as posições na estrutura argumental não se apresentam rotuladas com papéis- θ , uma vez que a estrutura argumental é uma representação **puramente sintática**. Segundo elas, a informação contida na estrutura argumental de um verbo, ao lado do Princípio de Projeção e do Critério- θ , determina a configuração sintática na qual um verbo é encontrado.

Poderíamos ilustrar a representação adotada por essas autoras da seguinte maneira:



Com o intuito de demonstrar que a inacusatividade é um fenômeno semanticamente determinado, Levin & Hovav (*op. cit*) procuram examinar as propriedades semântico-lexicais dos verbos inacusativos, analisando, para isso, o fenômeno da alternância inacusativo-causativa⁴⁴.

⁴⁴ Tal como se observa nos seguintes enunciados:

(25) *João quebrou a janela. / A janela quebrou.*

(26) *A menina abriu a porta. / A porta abriu.*

(27) *Ele afundou o navio. / O navio afundou.*

Muitos dos verbos apontados como inacusativos prototípicos – especificamente verbos de mudança de estado⁴⁵ – apresentam alternância causativa. Verbos inergativos, por outro lado, não participam regularmente desse tipo de alternância. Segundo as autoras, tal fato parece ser útil para uma abordagem adequada do fenômeno da inacusatividade. Se a possibilidade de um verbo participar ou não da alternância causativa estiver relacionada com sua classificação como inacusativo, como sugerem alguns estudos, uma forma de se investigar a caracterização semântica dessa classe verbal seria analisando-se qual elemento de significado diferencia verbos intransitivos alternantes (tais como *quebrar*) dos não alternantes (como *falar*). Tal elemento, segundo as autoras, parece desempenhar um papel importante na determinação semântica da inacusatividade.

Nesse sentido, alguns autores⁴⁶ têm apontado noções como “mudança de estado” e “agentividade” como componentes de significado relevantes para a determinação semântica da inacusatividade. As autoras, diferentemente, consideram essas noções ainda toscas demais, não se mostrando suficientemente adequadas para tal caracterização. As autoras mostram, por exemplo, que nem todos os *intransitivos* de mudança de estado apresentam a contraparte transitivo-causativa; nem todos os *transitivos* de mudança de estado apresentam a contraparte intransitiva e, ainda, alguns verbos *intransitivos* que não expressam mudança de estado têm usos transitivo-causativos.

Para elas, o aspecto semântico que se mostra de fato relevante para a caracterização de um verbo como basicamente diádico - embora se comporte superficialmente como intransitivo, é a distinção entre o que elas chamam de “eventualidades internamente causadas” e “eventualidades externamente causadas”. Assim, segundo elas, é esse o elemento de significado que prediz de

⁴⁵ Alguns autores chegam mesmo a apontar a alternância causativa como uma “marca registrada” dos verbos de mudança de estado (como Fillmore, 1970, *apud* Levin & Hovav, 1995).

forma mais acurada quais os verbos intransitivos que participam da alternância causativa e quais os que não participam e, conseqüentemente, deve constituir-se como noção semântico-lexical relevante na determinação da estrutura argumental de um verbo.

Segundo Levin & Hovav (*op. cit.*), no caso de um verbo intransitivo que descreve uma eventualidade causada internamente, alguma propriedade interna/inerente do argumento do verbo é “responsável” por concretizar a eventualidade. Para verbos agentivos do inglês tais como *play* e *speak*, essa propriedade equivale ao desejo ou volição do agente que desempenha a atividade. Observe-se que o conceito de “causação interna”, tal qual descrito pelas autoras, inclui a noção de agentividade. Entretanto, um “verbo internamente causado”⁴⁷ não é necessariamente agentivo. É o caso, por exemplo, dos verbos ingleses *blush* (“enrubescer”) e *tremble* (“tremar”), que subcategorizam argumentos animados, mas não agentivos, e que, contudo, podem descrever eventualidades internamente causadas, visto que tais eventualidades advêm de “propriedades internas de seus argumentos, tipicamente uma reação emocional”, segundo as autoras (p.91). Verbos como esses não participam da alternância causativa, e também exemplificam, segundo as autoras, por que a noção de controle não se mostra apropriada para descrever o fenômeno: os fatos descritos por “enrubescer” e “tremar” geralmente não estão sob o controle de quem os experiencia. O exemplo dado pelas autoras confirma tal fato:

(28) *Carla couldn't help blushing whenever her name was called.*

(Carla não conseguia evitar enrubescer sempre que seu nome era chamado.)

(Levin & Hovav, *op. cit.*: 91)

⁴⁶ Tais como Fillmore, 1970 e Perlmutter, 1978 (*apud* Levin & Hovav, 1995).

⁴⁷ Por questões de concisão, as autoras utilizam-se de tal expressão (assim como a expressão “verbo externamente causado”), embora reconhecendo que o mais apropriado seria referir-se a tais verbos como “verbos que descrevem uma eventualidade que pode ser conceitualizada como sendo internamente (ou externamente) causada.

Um ponto importante a ser ressaltado aqui é a argumentação das autoras no sentido de que esse aspecto semântico (a distinção entre “*eventualidades interna* ou *externamente causadas*”) é mais adequado para descrever o fenômeno da inacusatividade do que as noções de *controle*, *volição* e *agentividade* apontadas até então por diferentes autores ao descreverem o fenômeno (tais como Smith, 1970, in Levin & Hovav, *op. cit.*, Hale & Keiser, 1987, *id. ib.*; entre outros). Como já vimos anteriormente, para o próprio Perlmutter (1978, 1989) - o primeiro autor a propor a distinção intransitivos / inacusativos, o critério considerado essencial para a distinção entre a inacusatividade ou inergatividade de um verbo é a volição. Para este autor, como se viu, se um verbo “não descreve uma ação desejada”, trata-se de um verbo inacusativo. Ora, o exemplo anterior de fato põe à prova a adequação das noções de *agentividade*, *controle* e *volição* para a caracterização do fenômeno, uma vez que o verbo “enrubescer” subcategoriza argumento não-agentivo; descreve um fato que não está sob o controle de seu experienciador; não descreve uma ação desejada, e, mesmo assim, *blush* não é inacusativo.

Segundo as autoras, eventualidades internamente causadas também podem ser de igual modo descritas por verbos com argumento inanimado – portanto, claramente não agentivo – se tais eventualidades forem o resultado de características físicas internas ao argumento, ou seja, se advirem de propriedades inerentes ao argumento. É o caso dos chamados “verbos de emissão” (de som, luz, cheiro ou substância)⁴⁸ tais como: *buzz*, *flash*, *smell* e *bubble* (em português: *soar*, *brilhar*, *exalar*, *borbulhar*). Tais verbos, em geral, também não apresentam uma contraparte causativa.

Por outro lado, verbos intransitivos que descrevem uma eventualidade causada externamente implicam a existência de uma “causa externa” com

⁴⁸ Tais verbos foram descritos por Perlmutter como verbos de “[n]on-voluntary emission of stimuli that impinge on the senses” (Perlmutter, 1978, in Levin & Hovav, *op.cit.*: 91)

controle imediato sobre a ocorrência da eventualidade descrita pelo verbo: um agente, um instrumento, uma força natural ou uma circunstância. Para exemplificar, as autoras fazem algumas considerações em torno do verbo *break* (“quebrar”): alguma coisa quebra em função da existência de uma causa externa, e não simplesmente por causa de suas propriedades intrínsecas. Embora seja possível que algo se quebre espontaneamente, ainda assim, segundo as autoras, é “mais natural” que tal situação seja descrita por uma frase do tipo:

(29) *The vase broke by itself.*

(O vaso quebrou sozinho/por si mesmo.)

(Levin & Hovav, *op. cit.*: 92)

em que a causa externa é claramente identificada com o próprio tema.

Em contrapartida, verbos intransitivos que descrevem uma eventualidade causada internamente não podem aparecer ao lado de expressões como *by itself*, no sentido de “sem uma ajuda externa”, consistente com a ausência de uma causa externa (note-se que temos o mesmo em PB)⁴⁹:

(30) * *The diamond glowed by itself.*

(* O diamante brilhou sozinho/por si mesmo).

(31) * *Jane trembled by herself.*

(* Jane tremeu por si mesma).

(Levin & Hovav, *op. cit.*: 93)

⁴⁹ As autoras ressaltam que, uma frase como *Carrie ran by itself today*, com verbo de “causação interna”, só pode ser possível sob circunstâncias muito restritas, tal como se Carrie tivesse sofrido uma paralisia e, depois de muita terapia, finalmente conseguisse correr sem ajuda.

Alguns verbos “externamente causados” (como *break*) podem ser usados intransitivamente sem a expressão de sua causa externa. Mas, mesmo nesses casos, segundo as autoras, nosso “conhecimento de mundo” nos diz que a eventualidade que tais verbos descrevem não poderia ocorrer sem uma causa externa.

A partir dessas considerações, as autoras defendem que os verbos intransitivos que regularmente **apresentam** uma contraparte transitivo-causativa são verbos que descrevem uma **eventualidade causada externamente**. Tais verbos correspondem aos verbos inacusativos e, segundo as autoras, apresentam a seguinte representação semântico-lexical:

[[x DO-SOMETHING] CAUSE [y BECOME STATE]]

Por outro lado, verbos intransitivos que **não** apresentam a alternância causativa são aqueles que descrevem uma **eventualidade causada internamente**, apresentando a seguinte representação semântico-lexical:

[x PREDICATE]

As autoras defendem que os verbos inacusativos que aceitam alternância causativa (como *break*, ‘quebrar’) são predicadores basicamente diádicos, sendo a forma básica a **transitiva**, e a intransitiva a derivada. Assim, o verbo *break*, nas estruturas:

(32) *Antoni broke the window.*

(Antoni quebrou a janela).

(33) *The window broke.*

(A janela quebrou).

tem a mesma representação semântico-lexical, causativa (cf. Dowty, 1979, *apud* Levin & Hovav, *op. cit*):

break: [[*x* DO-SOMETHING] CAUSE [*y* BECOME *BROKEN*]]
 Sub-evento 1, de causa;
 relacionado a argumento causador
 (agente, instrumento ou força natural) Sub-evento 2, central, especifica a mudança;
 relacionado a argumento que recebe a mudança

As autoras, portanto, defendem a hipótese da detransitivização sob circunstâncias específicas: a forma intransitiva surge de uma operação que impede que o argumento de causa (*x*, na representação acima) seja projetado para a representação sintático-lexical. Nessa perspectiva, a forma intransitiva, na representação semântico-lexical básica, é causativa e diádica, mas na estrutura argumental é monádica. Para as autoras, o que ocorre é o bloqueio do argumento de causa (*x*) no mapeamento da representação semântico-lexical para a estrutura argumental, o que impede que tal posição seja projetada para a estrutura argumental (*e*, conseqüentemente para a sintaxe).

Para as autoras, a inacusatividade de um verbo como *quebrar*, por exemplo, advém do fato de que a mesma *Regra de Ligação* (que faz o mapeamento entre a representação semântico-lexical e a estrutura argumental) se aplica ao “participante passivo” do evento (*y*, na representação acima), independentemente do argumento causador (*x*) ser ou não projetado na estrutura argumental. A relação, proposta pelas autoras, entre a representação semântico-lexical (RSL) de *quebrar* e sua estrutura argumental, em sua versão intransitiva e transitiva, pode ser assim esquematizada:

• “break” intransitivo:

RSL:	[[<i>x</i> DO-SOMETHING] CAUSE [<i>y</i> BECOME <i>BROKEN</i>]]
	↓
Bloqueio lexical:	∅
Regras de Ligação:	↓
Estrutura argumental:	< <i>y</i> >

- “*break*” transitivo:

RSL: $[[x \text{ DO-SOMETHING}] \text{ CAUSE } [y \text{ BECOME } \textit{BROKEN}]]$

Regras de Ligação:

Estrutura argumental:

 x  $\langle y \rangle$

(Levin & Hovav, *op. cit.*: 108)

No caso de verbos intransitivos não-alternantes, o que se tem, segundo as autoras, é uma representação que não envolve o predicado CAUSE, apresentando apenas um sub-evento, sendo, portanto, basicamente monádica, como exemplificado abaixo:

laugh: [x LAUGH]

Os argumentos apontados por Levin & Hovav em defesa da hipótese de que a versão transitiva dos verbos que admitem alternância causativa é a forma básica são: a) a forma transitiva desses verbos apresenta menos *restrições de seleção* do que a forma intransitiva⁵⁰; b) a pesquisa de Nedjalkov (1969, *in* Levin & Hovav, *op. cit.*) aponta que em 60 línguas diferentes a versão transitiva do verbo *quebrar* é morfologicamente não-marcada, sendo a versão intransitiva ou igual à transitiva ou dela derivada.

Embora tal argumentação se mostre bastante razoável, uma questão certamente se levanta em relação à hipótese de que a versão inacusativa de um verbo como *quebrar*, por exemplo, deriva da forma transitivo-causativa. Ao propor que o bloqueio lexical impede que o argumento de causa seja projetado para a estrutura argumental, essa hipótese acaba por atribuir ao inacusativo a mesma representação da passiva. As autoras procuram ressaltar as diferenças

⁵⁰ Veja-se, por exemplo:

- Ele quebrou a promessa
- * A promessa quebrou

sintáticas entre tais formas, e defendem que, no caso dos inacusativos, o que se tem é o bloqueio do argumento externo ANTES da estrutura argumental e, no caso da passiva, NA própria estrutura argumental. Mesmo assim, em ambos os casos, o argumento de causa estaria presente na representação semântico-lexical do verbo, o que poderia levar à conclusão de que nenhuma diferença de significado deveria existir entre frases como *O menino quebrou a janela* / *A janela quebrou*, o que certamente não é verdadeiro.

A partir da análise dos verbos que aceitam a alternância causativa, as autoras apresentam três possibilidades de verbos intransitivos:

- verbos que descrevem causação interna: verbos monádicos em sua representação semântico-lexical; correspondem aos verbos inergativos (*falar, brincar, dormir*);
- verbos que descrevem causação externa (a grande maioria, de mudança de estado): causativos diádicos que, sob certas circunstâncias, não precisam expressar seu argumento de causa; correspondem aos verbos inacusativos (*quebrar, cozinhar, amarelar*);
- verbos que descrevem existência e aparecimento (também inacusativos): verbos diádicos, com dois argumentos internos (*there* V NP PP).

Analisando não só a alternância causativa, como também as construções resultativas, as autoras propõem 4 Regras de Ligação responsáveis por determinar as estruturas argumentais de uma grande quantidade de verbos intransitivos e, conseqüentemente, a expressão sintática de seus argumentos:

1. *Regra de Ligação de Causa Imediata*: “o argumento do verbo que denota causa imediata do evento descrito por esse verbo é o seu argumento externo”;
2. *Regra de Ligação de Mudança Dirigida*: “o argumento do verbo que corresponde à entidade subjacente à *mudança de estado* descrita pelo verbo é seu argumento interno direto”;
3. *Regra de Ligação de Existência*: “o argumento de um verbo cuja existência é asseverada ou negada é seu argumento interno direto”;
4. *Regra de Ligação “default”*: “um argumento de um verbo que não está sob o escopo de nenhuma outra regra de ligação é seu argumento interno direto”.

(Levin & Hovav, *op. cit.*: *passim*)

Se, por um lado, a teoria apresentada pelas autoras representa um avanço na análise do fenômeno em questão, por outro lado algumas questões devem ser levantadas.

Em primeiro lugar – e talvez esse seja o ponto mais crítico em relação à teoria de Levin & Hovav (*op. cit.*) – deve-se questionar, no interior da teoria da gramática, a adequação das chamadas *regras de ligação*⁵¹ que fariam o mapeamento da semântica para a sintaxe.

No modelo de Princípios e Parâmetros, o Critério Temático postulado por Chomsky (1981), já estipula que as informações temáticas especificadas lexicalmente terão que receber uma manifestação na estrutura frasal que seja não ambígua: para cada papel- θ , corresponde um e um só constituinte na frase. Isto já equivale a dizer que existe uma relação sistemática entre categorias semânticas e categorias sintáticas.

Além disso, assumindo que as estruturas sintáticas são a representação das propriedades de seleção semântica e de subcategorização dos núcleos do léxico, ou seja, são o reflexo integral das propriedades temáticas (de seleção externa e interna) dos itens lexicais, qual seria a necessidade de regras de

⁵¹ As autoras baseiam-se no trabalho de Carter (1988, *apud* Levin & Hovav, *op. cit.*).

ligação que mapeiem estrutura semântica em estrutura sintática, como postulam as autoras?

A este respeito, a abordagem de Hale & Keyser (1993) parece-me muito mais adequada. Procurando explorar as implicações da tese chomskiana (Chomsky, 1981) de que a sintaxe é projetada a partir do léxico, Hale e Keyser (*op. cit.*) investigam as relações entre os itens lexicais – particularmente os verbos – e as estruturas sintáticas em que entram.

Segundo esses autores, cada cabeça lexical X projeta sua categoria para um nível sintagmático XP e determina, em tal projeção, um sistema não-ambíguo de relações estruturais entre a cabeça, suas projeções categoriais e seus argumentos. Os autores referem-se a tais projeções como estrutura argumental lexical ou estrutura relacional lexical (doravante, LRS⁵²) das cabeças lexicais.

Segundo Hale e Keyser (*op. cit.*),

“the lexical entry of an item consists in the syntactic structure that expresses the full system of lexical grammatical relations inherent in the item.”

Hale e Keyser (1993:96)

Partindo da análise dos processos lexicais de formação dos denominais (pelo processo de *incorporação*⁵³), os autores defendem que a representação da estrutura argumental de um predador deve ser vista em si mesma como “uma sintaxe”, estando, como tal, sujeita às leis da sintaxe.

Dessa forma, a projeção sintática das categorias lexicais e dos argumentos pode ser explicada exclusivamente a partir dos princípios da *Projeção Não-*

⁵² Mantendo, aqui, a notação dos autores para a expressão inglesa *Lexical Relational Structure*.

⁵³ Segundo os autores, verbos formados a partir de nomes, como *shelve* e *sadle*, são formados através do processo de *incorporação*, uma variante “head movement” de Move- α : a representação da estrutura lexical de tais verbos envolve a incorporação, para um V abstrato, da cabeça nominal N de seu complemento NP. Remeto o leitor para Hale e Keyser (1993: p. 54-55) para uma explicação mais detalhada de tal processo.

*ambígua*⁵⁴ (Kayne, 1984; *apud* Hale e Keyser, 1993) e da *Interpretação Plena*⁵⁵ (Chomsky, 1986). Conseqüentemente, confirma-se que não se fazem necessárias as tais regras de ligação defendidas por Levin & Hovav (op. cit).

Esses autores defendem ainda que não existem outros mecanismos lingüísticos específicos à estrutura argumental, nem mesmo o conhecido processo de “atribuição de papéis-temáticos”. Aliás, para os autores, não existem “papéis-temáticos”. O que existem são apenas relações determinadas por categorias e suas projeções, e estas são limitadas pelo restrito conjunto de categorias lexicais e pelo princípio da *Projeção Não-ambígua*.

Nessa perspectiva, os papéis- θ são o resultado dos argumentos entrarem em relações estruturais com categorias e a terminologia temática tipicamente empregada simplesmente reflete o *status* relacional dos elementos. Assim, para um NP “agente”, por exemplo, tal rótulo apenas reflete o *status* relacional deste NP na posição de Spec de VP, sendo que esse *status* gramatical é inteiramente determinado pelas relações que o NP carrega na estrutura relacional projetada pela cabeça lexical V.

O uso do termo “agente”, neste caso, somente se mostra apropriado, segundo os autores, em função das relações semânticas associadas com uma dada projeção, o que advém dos elementos que entram em tal estrutura. Cada item lexical tem um conteúdo nocional elementar e as estruturas relacionais que projetam definem um sistema associado de relações semânticas. A categoria V, por exemplo, está associada com o conteúdo nocional elementar de “evento”. Assim, para os autores, a uma projeção estão associadas: a) relações estruturais de c-comando e complementação e b) relações semânticas

⁵⁴ Segundo o princípio da *Projeção Não-ambígua*, as projeções não são ambíguas porque: a) as ramificações são binárias em todos os nódulos e b) estão em conformidade com a teoria X-barra de “types”, segundo a qual os níveis em uma projeção categorial (ou seja, nível lexical, intermediário e sintagmático) são distintos entre si. Por não fazerem parte de nosso interesse central aqui, não nos aprofundaremos nestas noções. Para tal, remetemos o leitor para Hale e Keyser (1993).

⁵⁵ Segundo o qual as estruturas lingüísticas têm que ser plenamente interpretadas.

elementares não-ambíguas e completamente determinadas pelas projeções das LRS das categorias.

Vê-se, portanto, que, da perspectiva desses autores, os papéis- θ derivam das relações sintático-lexicais, estando as estruturas semânticas básicas associadas às estruturas sintáticas de formação não-ambígua.

Um outro aspecto interessante do trabalho de Hale & Keyser (op. cit.), é a hipótese de que o sujeito sintático não receberia seu ‘papel- θ ’⁵⁶ do verbo e sim indiretamente, via predicação. Em outras palavras, o sujeito sintático receberia seu papel temático construcionalmente, como efeito de uma configuração sintática definida⁵⁷. Já o objeto sintático, por outro lado, seria um elemento já presente na projeção da LRS definida pelo verbo.

Esse é um ponto importante na teoria desses autores, que se mostra interessante para a diferenciação entre verbos inacusativos e verbos inergativos. Verbo como *thin (the gravy)*, *tighten (the cinch)*, *loosen (the girth)* – membros da classe dos inacusativos – em sua versão monoargumental⁵⁸, apresentam um argumento que é *interno* à representação de sua LRS, recebendo seu papel- θ diretamente de V. Já os verbos inergativos, diferentemente, apresentam um argumento que é *externo* à LRS, e que recebe seu papel- θ indiretamente, de VP e não de V, via predicação.

Note-se que, no caso dos inacusativos, o NP que é interno à representação da LRS corresponde ao chamado “argumento afetado” apontado em estudos como o de Jaegli (1986⁵⁹, *apud* Hale e Keyser, 1993). Dessa forma, segundo os autores, a noção semântica “afetado” estaria relacionada a uma

⁵⁶ Entenda-se ‘papel- θ ’, neste quadro teórico, como equivalente à relação lexical definida a partir da projeção LRS.

⁵⁷ Tal visão está de acordo com a de Chomsky (1981) de que o sujeito recebe seu papel semântico de VP e não de V.

⁵⁸ Em frases como, por exemplo:

(i) The gravy is thinning nicely.
(ii) The cinch finally tightened.
(iii) The girth loosened.

(Hale e Keyser, op. cit.: 82)

⁵⁹ Jaegli, O. (1986). Passive. *Linguistic Inquiry* 17: 587-622.

posição estrutural nas representações dos verbos, hipótese esta que se mostra adequada à interpretação dos dados infantis, conforme será visto no capítulo IV.

Com relação, ainda, ao trabalho de Levin & Hovav (*op. cit*), um outro aspecto que pode ser aqui levantado diz respeito ao próprio conceito de ‘*mapeamento*’ utilizado pelas autoras na formulação de sua teoria. A meu ver, propor um mapeamento da Semântica para a Sintaxe revela uma visão que, de certa forma, assume um certo distanciamento entre estes dois domínios.

A esta altura, é importante voltarmos-nos para um aspecto central na teoria lingüística chomskiana: a perspectiva modular de Língua-I. Postular que a faculdade da linguagem é específica e especializada, implica a afirmação da modularidade da mente. E, neste ponto, concordo com Lopes (1995) que propõe que, a partir do Programa Minimalista, os módulos não mais devem ser vistos como específicos a cada domínio, ou ‘encapsulados’, isto é, incapazes de lidar com outras fontes de informação, uma vez que isso limitaria bastante o âmbito da GU. Segundo a autora, trabalhar no âmbito das interfaces

“significa expandir o domínio de um componente, buscando estabelecer quais ‘pedaços’ dos demais devem ser trazidos para dentro do domínio da sintaxe”.

(Lopes, 1995: 87-88)

Par finalizar este capítulo, retomemos Levin & Hovav (*op. cit*), que defendem que o fenômeno da inacusatividade é um fenômeno semanticamente determinado. Quais seriam, então, os traços semânticos de fato relevantes na determinação da inacusatividade? As chamadas noções de ‘causação interna e externa’, tal como sugerem as autoras para os dados do inglês, seriam noções também úteis para a distinção entre os intransitivos que regularmente

apresentam uma contraparte transitivo-causativa e os que não apresentam, no caso do PB?

Além das noções de ‘causação interna e externa’, a noção semântica “afetado” - tal qual apontado por Jaegli (1986⁶⁰, *apud* Hale e Keyser, 1993) - também seria um traço semântico relevante na determinação da inacusatividade, uma vez que a mesma estaria relacionada a uma posição estrutural nas representações dos verbos?

No próximo capítulo, à luz da análise de alguns dados do PB adulto, espero trazer algumas contribuições para o esclarecimento destas questões, embora meu principal objetivo, neste trabalho, não seja dar conta de todo o fenômeno da inacusatividade no PB, mas sim investigar como se dá a aquisição de verbos inacusativos por crianças brasileiras, procurando compreender melhor o próprio processo de aquisição da linguagem pela criança a partir do modelo de Princípios e Parâmetros.

Ainda uma última questão merece destaque. Ao cotejarmos os diferentes trabalhos - aqui contemplados⁶¹ - que se dedicam ao estudo da inacusatividade, percebemos que nem sempre o que um autor caracteriza como fenômeno *lexical*, *semântico* ou *sintático* coincide com o que os outros autores concebem como *lexical*, *semântico* ou *sintático*. Essa é uma questão que deve ser ressaltada, uma vez que algumas das divergências existentes entre diferentes análises do fenômeno da inacusatividade poderiam ser relativizadas ou ganhar menor peso à medida que se pontue o que cada teoria concebe por “semântico”, por exemplo.

Além disso, até que ponto o semântico e o lexical podem ser equiparados, como aparece sugerido em vários trabalhos? Tal equiparação configura-se como um reducionismo dentro de qualquer teoria. Como se sabe,

⁶⁰ Jaegli, O. (1986). Passive. *Linguistic Inquiry* 17: 587-622.

⁶¹ Excetuando-se o trabalho de Van Valin (op. cit.), uma vez que o mesmo adota uma perspectiva teórica distinta dos outros autores contemplados, o que inviabiliza sua comparação com os demais autores.

a semântica não se restringe exclusivamente ao léxico da língua, sendo que tem papel crucial também nas unidades maiores como sintagmas e sentenças, sem mencionar texto ou discurso. Além disso, vale ressaltar que na versão atual da teoria gerativa (Chomsky, 1995), a semântica ocupa uma posição importante na constituição da Forma Lógica (FL) – a interface com o sistema de *performance* conceitual/intencional. Os itens lexicais que entram numa Numeração contêm um conjunto de traços – fonológicos, formais e semânticos. Os traços semânticos são “carregados” durante a computação e têm importância para a FL. E esta tem um papel importante na aquisição da linguagem pela criança.

De qualquer forma, a partir de todos os trabalhos aqui analisados, parece ficar evidente que, para uma caracterização mais abrangente dos verbos inacusativos, é necessário que se faça uma abordagem tanto sintática quanto semântica do fenômeno, visto ser este um fenômeno que de fato se coloca na interface Sintaxe/Semântica.

Embora Levin & Hovav (1995) pareçam defender a existência de módulos ‘encapsulados’ específicos a cada domínio – o que não se mostra adequado à versão mais atual da teoria sintática, como já apontado – o fato das autoras colocarem a inacusatividade nesta interface é o que torna seu trabalho um dos mais atraentes ao caracterizar o fenômeno:

“The complexity of the unaccusative phenomena coupled with the fact that unaccusative phenomena involve the interface between lexical semantics and syntax means that care is especially necessary in this respect. In particular, it is difficult to make claims about unaccusativity in a given language unless both the syntax and the lexical semantics of the language are well understood.”

No capítulo seguinte, procuro verificar, tomando por base os trabalhos anteriormente analisados, quais as propriedades fundamentais - tanto sintáticas, quanto semânticas – dos verbos inacusativos do PB e, conseqüentemente, quais os “testes” relevantes para sua caracterização.

III – A CARACTERIZAÇÃO DOS VERBOS INACUSATIVOS DO PB

III.1. Uma abordagem dos verbos inacusativos do PB

Como se viu, os verbos inacusativos têm sido abordados sob diferentes perspectivas, quer sintática, quer semanticamente, ou, ainda, a partir de abordagens que se colocam na interface Sintaxe-Semântica. Como apontado ao longo do capítulo II, para uma caracterização abrangente e adequada dessa classe verbal, faz-se necessário que se investiguem tanto os traços sintáticos quanto semânticos dos verbos inacusativos.

Neste capítulo, tomando por base a análise desse tipo de verbos traçada por diferentes autores¹, procuro ressaltar quais seriam as propriedades fundamentais dos verbos inacusativos – tanto sintáticas, quanto semânticas – que julgo relevantes para a caracterização dessa classe verbal no PB, bem como para a distinção inergativos/inacusativos. Tais propriedades serão investigadas a partir do comportamento diferenciado dos verbos inacusativos em determinadas estruturas. O levantamento dessas propriedades não será feito de forma exaustiva, visto que não me proponho a dar conta do fenômeno em todas as suas particularidades no PB adulto, mas será feito como um passo anterior – e necessário – à análise dos dados de N. e T., escopo central deste trabalho.

Antes disso, a título de ilustração, apresentarei um trabalho que analisa alguns verbos inacusativos do PB. Embora em tal estudo aspectos semânticos do fenômeno sejam priorizados, tal trabalho não poderia deixar de ser aqui contemplado, por sua contribuição à análise de dados do PB adulto.

¹ Restrinjo-me, aqui, a alguns autores que tratam do tema a partir da perspectiva da teoria gerativa.

Trata-se do trabalho de Whitaker-Franchi (1989), que se concentra essencialmente na análise das construções ergativas² em sua correlação com as construções causativas, ou seja, na análise dos verbos que ocorrem em pares xVy / yV .

Segundo essa autora, a possibilidade ou não da ocorrência da correlação entre construções inacusativas e causativas é *determinada principalmente por condições semânticas*, mas fatores sintáticos e lexicais³ mostram-se também relevantes, ressaltando a autora que a análise de tal fenômeno não pode estar restrita a apenas um determinado nível de análise lingüística.

Assim, a autora propõe que certas condições semânticas, em termos de representação temática dos enunciados, determinam a possibilidade ou não da correlação entre inacusativos e causativos (particularmente, excluindo dessa correlação uma certa classe de representações). Além disso, as propriedades do léxico estabelecem condições suplementares: segundo a autora, certas construções, em princípio possíveis, no que diz respeito às relações temáticas envolvidas, são excluídas por razões mais internas ao léxico da língua considerada (como será posteriormente apontado). Finalmente, Whitaker-Franchi considera também que diferentes manifestações dessas estruturas em expressões da língua dependem de princípios gerais da sintaxe, a saber, o princípio da projeção e o princípio da visibilidade. É importante ressaltar que esta é uma abordagem que, embora defenda ser este um fenômeno determinado semanticamente, considera-o também sintaticamente codificado.

No plano semântico, que é o ponto central do referido trabalho, a descrição das propriedades e o estabelecimento, com base nessas propriedades, das condições gramaticais das construções inacusativas envolve crucialmente a

² Por uma questão de padronização da terminologia adotada em meu trabalho, substituirei o termo “ergativo”, utilizado por Whitaker-Franchi, por “inacusativo”, apesar de que, no âmbito do trabalho dessa autora, “ergativo” é um termo que descreve bem os verbos que toma como objeto de análise.

rede temática dos verbos, segundo a autora. Partindo de algumas adaptações da teoria das relações temáticas⁴, a autora defende que tal teoria mostra-se extremamente relevante para a caracterização das construções inacusativas. Dessa perspectiva, tais construções caracterizam-se por projetar uma relação AFET (descrita a seguir) e podem ser mais adequadamente delimitadas se se fizer uma distinção cuidadosa entre as relações ACT (agentivo) e CAUSE (causa, como diferenciado a seguir).

Com relação ao primeiro aspecto levantado acima, a autora considera que as construções inacusativas caracterizam-se pela representação semântica envolvendo a relação denominada AFET. Segundo ela, a relação AFET é aquela que associa estados a processos (correspondendo ao chamado “operador de incoativização”). Observem-se alguns exemplos, apontados pela autora:

(10) a. *As águas do Atibaia estão bem baixas (em Sousas)*

[(QUAL⁵ <estar>) <baixas>] <Sousas>

b. *As águas do Atibaia baixaram (em Sousas)*

[(AFET [QUAL] <baixar>) <águas>] <Sousas>

(Whitaker-Franchi, *op. cit.*: 123)

Outro fator relevante para a determinação das construções inacusativas, segundo a autora, é fazer-se a diferenciação entre as relações agentivo e causa (ACT e CAUSE). Tal distinção é justificada, primeiramente, pelo fato de que a relação de causa se estende não somente a processos ativos, mas a estados e descrições, conforme ilustram os exemplos arrolados pela autora:

(11) a. *O assaltante matou o motorista por uns míseros cruzados.*

b. *Uns míseros cruzados fizeram o assaltante matar o motorista.*

³ Mantenho, aqui, a divisão tal qual feita pela autora, que opõe aspectos lexicais a aspectos semânticos e sintáticos, o que pode ser apontado como um ponto a ser questionado em seu trabalho.

⁴ A autora utiliza-se sobretudo de Jackendoff (1972, 1983, 1989) e Franchi (1975, 1987, *apud* Whitaker-Franchi, *op. cit.*).

(12) a. *A receita está ilegível por causa da letra do médico.*

b. *A letra do médico torna a receita ilegível.*

(13) a. *A casa é linda mais pela paisagem do que pelo estilo.*

b. *A paisagem, mais que o estilo, fazem linda a casa.*

(Whitaker-Franchi, *op. cit.*: 63, 64)

Além desse aspecto, a presença do agentivo impede a construção da oração em uma perspectiva puramente causativa (causa na posição de sujeito) e nas construções inacusativas o agentivo é excluído, mas não a causa:

(14) a. **Uns míseros cruzados mataram o motorista pelo assaltante.*

b. *O motorista morreu por uns míseros cruzados.*

c. **O motorista morreu pelo assaltante.*

Whitaker-Franchi (*op. cit.*) cita que vários autores, entre eles Jackendoff, Dowty e Franchi, tratam a relação de *causa* como uma relação entre eventos ou processos e não como uma relação entre um verbo e seu argumento. Trata-se, segundo a autora, de uma causação mediata, não manipulativa, que seleciona elementos não animados, ao contrário do agentivo.

Nessa perspectiva, a relação de CAUSE deve ser considerada como uma relação de segunda ordem, que toma sempre eventos, processos ou, excepcionalmente, estados como argumentos, mesmo quando um deles se deve inferir pela explicitação de um só termo. Segundo Whitaker-Franchi, é inadequada a análise semântica de CAUSE que trata o efeito de uma causa como resultado de uma ação, visto que tal análise não se aplica a frases como:

⁵ Segundo a autora, a relação QUAL é uma relação estativa, característica de orações descritivas.

(15) a. *O mendigo assustou as crianças.* (no sentido de: sua aparência, seu cheiro, seu aspecto, etc. serem a razão das crianças terem se assustado)

b. *O dinheiro liquidou com as virtudes.*

c. *A fome matou os animais.*

(Whitaker-Franchi, *op. cit.*: 105)

Segundo a autora, frases como essas demonstram que não se pode generalizar que “causações” diretas envolvam realmente um agentivo. Em outras palavras, CAUSE não implica necessariamente ACT, e CAUSE_[ACT] é apenas uma possibilidade entre outras composições de relação em que entra CAUSE.

Segundo Whitaker-Franchi (*op. cit.*), essa distinção é importante, pois a relação CAUSE pode estar ou não presente na correlação entre inacusativas e causativas, visto que se trata de uma “relação periférica”, no sentido de que não faz parte da subcategorização desse item lexical. A relação ACT, por outro lado, é uma relação inerente e específica, que caracteriza e especifica claramente a “diátese interna” (nas palavras da autora) do verbo causativo, e as orações com ACT não admitem a ergativização.

Tal fato - a chamada “detematização do agentivo”, presente nas construções inacusativas - é ilustrado pela autora ao fazer a diferenciação entre essas construções e as passivas, que sempre mantêm um agentivo implícito. Observem-se os seguintes exemplos:

(16) a. *Pedro abriu a porta para [e] fazer⁶ passar o piano.*

b. *A porta foi aberta para [e] fazer passar o piano.*

c. *Abriu-se a porta para [e] fazer passar o piano.*

d. * *A porta abriu para [e] fazer passar o piano.*

(Whitaker-Franchi, *op. cit.*: 28)

Segundo a autora, a aceitabilidade das frases *a*, *b* e *c*, acima, é decorrente do fato de que o *PRO* da encaixada infinitiva final é controlado pelo sujeito agentivo da oração principal (ainda que implícito) - o que possibilitaria a interpretação correferente. Assim, nas formas passivas de *b* e *c*, pode-se dizer que quem abriu a porta, seja lá quem for, o fez para poder fazer passar o piano. Em *d*, por outro lado, não há meios de estabelecer a referência de *pro*, visto que não há um agentivo na oração principal, o que explica a agramaticalidade da frase.

Whitaker-Franchi (*op. cit.*) ressalta que as construções causativas resultam simplesmente da inclusão de uma relação CAUSE. Dada a caracterização das construções inacusativas, a correlação entre estas e as causativas somente se dá quando o primeiro argumento (evento) de CAUSE se constrói com AFET [X]. Processos como os expressos em (10 a, b) podem entrar em construções mais complexas em que entra a relação CAUSE:

(17) *c. As águas do Atibaia baixaram por causa da seca.*

A seca demorada baixou as águas do Atibaia.

CAUSE [(AFET [QUAL] <baixar>) <águas>] <seca>

(Whitaker-Franchi, *op. cit.*: 123)

Esses elementos, de acordo com Whitaker-Franchi, constituem as condições semânticas fundamentais da correlação entre as construções inacusativas e as causativas, condições essas necessárias e preliminares, mas não suficientes.

Como já apontado anteriormente, a autora considera também algumas condições lexicais e sintáticas (mantendo-se, aqui, a divisão das áreas tal qual por ela estabelecida) para a caracterização dos verbos inacusativos, embora

⁶ Se os exemplos fossem construídos com o verbo *deixar* (e não *fazer*), soariam melhor as explicações dadas pela autora, visto que, da forma como estão, as frases permitem também uma leitura em que não

ressalte a prevalência dos aspectos semânticos. Com relação aos fatores lexicais⁷ que se mostram relevantes para a análise do fenômeno em questão, a autora explora apenas o fato de que existe uma regra lexical pela qual um item verbal inacusativo está associado a um item causativo. Em outras palavras, tal regra associa dois diferentes empregos da mesma forma lexical, um deles em contextos semânticos que incluem a relação CAUSE (AFET) e outro limitando-se à relação AFET.

No que diz respeito aos aspectos sintáticos que se mostram relevantes para a análise do fenômeno em questão, a autora aponta, no âmbito da teoria gerativa, o Princípio da Projeção, o Critério-Theta (denominado pela autora como “Princípio das Funções Temáticas”) e o Princípio da Visibilidade, porém muito pouco é dito sobre o papel que tais princípios desempenham no fenômeno da inacusatividade. A autora dedica-se mais ao Princípio da Projeção, ressaltando que a estrutura X-barra reflete diretamente a “estrutura relacional semântica”: a estrutura léxico-semântica deve ser representada categorialmente em todos os níveis sintáticos sucessivos de derivação. Em outras palavras, as relações temáticas especificadoras do sentido dos itens lexicais *devem ser projetadas* sucessivamente sobre os demais níveis de representação. Segundo ela, a atribuição de um ou outro papel temático a uma ou outra posição sintática depende desse princípio.

Ao explorar aspectos sintáticos das construções ergativas, a autora aponta que, em construções desse tipo, o argumento nuclear, determinado pela relação AFET, é alçado para a posição de sujeito, onde recebe caso nominativo. Segundo ela, esse movimento é motivado pelo Princípio da Projeção Estendida. Este é um ponto que pode ser questionado na análise dessa autora, visto que, como já apontado no capítulo II, tal movimento, bem como a

existe a correferencialidade.

⁷ Mantendo-se, aqui a distinção entre o âmbito lexical, o semântico e o sintático tal qual apresentada pela autora, o que pode ser questionado, como já anteriormente apontado.

atribuição de caso nominativo, no referido contexto, nem sempre ocorrem em PB (e em outras línguas).

Assim, vê-se que, embora o trabalho dessa autora privilegie uma análise semântica do fenômeno em questão, não deixa de considerá-lo como também sintaticamente codificado/representado. Infelizmente, outros aspectos sintáticos dessas construções – além dos já apontados – não são explorados pela autora, que centraliza sua análise principalmente nas características semânticas das construções inacusativas.

É importante salientar que, mesmo oferecendo uma análise que enfatiza a importância de fatores semânticos da inacusatividade, o trabalho de Whitaker-Franchi (*op. cit.*) não defende uma abordagem *exclusivamente* semântica do fenômeno, o que contrasta com os trabalhos de Van Valin (1990) e Napoli (1988), anteriormente analisados. Em outras palavras, a possibilidade de uma análise *puramente* semântica da inacusatividade, que se mostre adequada e satisfatória para a caracterização deste fenômeno, não é sugerida no trabalho dessa autora.

Resta verificar se os aspectos semânticos dos verbos inacusativos apontados por Whitaker-Franchi (*op. cit.*) são realmente característicos de todos esses verbos – configurando-se, assim, como propriedades relevantes para sua caracterização – ou se tais aspectos restringem-se apenas àqueles verbos que entram em correlação com os causativos (ou, ainda, a somente alguns deles).

III.2. Caracterização dos verbos inacusativos do PB

Tomando por base a análise dos verbos inacusativos traçada por diferentes autores vistos nas seções anteriores⁸, passo, agora, a fazer um balanço de quais seriam as propriedades fundamentais dos verbos inacusativos que julgo relevantes para uma caracterização mais completa e abrangente dessa classe verbal no PB.

Inicialmente, pode-se dizer que a propriedade sintática geral definidora dos verbos inacusativos, consensualmente apontada por diferentes autores, é:

a) verbos inacusativos apresentam apenas um argumento, que é interno ao VP.

Em outras palavras, os verbos inacusativos selecionam apenas um argumento interno, e não selecionam argumento externo. Conseqüentemente, como mostra o trabalho de Eliseu (*op. cit.*), já mencionado anteriormente, tais verbos podem ser objetos de determinados processos que afetam igualmente o argumento interno dos verbos transitivos, a saber, formas participiais que podem ocorrer em posição atributiva e predicativa.

O fato dos verbos inacusativos apresentarem formas de particípio em tais posições (tal qual os transitivos e diferentemente dos intransitivos) possibilita definir se seu argumento é interno ou não. Assim, considero que verificar se a forma participial de um verbo monoargumental pode ocorrer em posição atributiva e predicativa constitui-se um teste relevante para a caracterização de tal verbo como inacusativo ou não.

⁸ Contemplando apenas alguns dos que adotam a teoria gerativa.

Alguns verbos inacusativos, no entanto, apresentam um comportamento diferenciado, não admitindo formas de particípio em tais posições. Como já apontado anteriormente, alguns exemplos dessas exceções são:

i) verbos inacusativos que não apresentam formas participiais em posição predicativa:

a) *acontecer* (**O fato está acontecido*);

b) *aparecer* (* *O cachorro está aparecido*; por outro lado, é aceitável com “*desaparecido*”);*

c) *chegar* (* *O avião está chegado*);

d) *decorrer* (* *Duas horas estão decorridas desde que ele partiu*);

e) *decrecer* (* *A inflação está decrescida*);

f) *emagrecer* (* *Joana está emagrecida*; entretanto, parece ser possível em outras estruturas, tais como: *Joana está muito emagrecida./ Joana está emagrecida demais./ Ficando nesta clínica, você estará emagrecida em poucos dias./ Com este tratamento, você estará emagrecida em poucos dias.*)

g) *encher* (* *A piscina está enchida.*)

h) *esfriar* (* *A comida está esfriada.*)

i) *falecer* (* *A vítima está falecida*);

j) *nascer* (* *Seu filho está nascido*);

l) *ocorrer* (* *O fato está ocorrido*);

m) *sucedder* (* *O fato está sucedido*);

n) *surgir* (* *O problema está surgido*);

o) *secar* (* *A roupa está secada.*)

p) *sujar* (* *A parede está sujada.*)

ii) verbos inacusativos que não apresentam formas participiais em posição atributiva:

- a) *chegar* (**Os passageiros chegados dirigiram-se para o balcão de informações*⁹.)
- b) *emagrecer* (**A mulher emagrecida deixa a clínica sorridente*¹⁰.)
- c) *esfriar* (**Comida esfriada não é boa.*)

A meu ver, algumas das exceções acima apontadas parecem ter como explicação restrições de natureza morfológica. No caso de alguns verbos derivados de adjetivos, é provável que estes adjetivos “bloqueiem” a construção predicativa ou atributiva com a forma participial do verbo deles derivados, uma vez que parece haver uma grande preferência para a construção com o próprio adjetivo. É o caso, por exemplo, dos verbos *emagrecer*, *encher*, *esfriar*, *secar*, *sujar*. Assim, é possível que formas como *emagrecido*, *enchido*, *esfriado*, *secado*, *sujado*, em construções predicativas (e, em alguns casos, atributivas), sejam bloqueadas pelos adjetivos *magro*, *cheio*, *frio*, *seco* e *sujo*, respectivamente. Uma explicação similar talvez também possa ser dada para as formas *decrescido* e *falecido*, que poderiam estar sendo bloqueadas, nas construções predicativas, por adjetivos como *baixo* e *morto*, respectivamente, embora não se trate, nestes casos, de verbos derivados de tais adjetivos. É importante salientar que tal comportamento não é extensivo a todos os verbos inacusativos formados a partir de adjetivos. Veja-se, por exemplo, que verbos como *amarelar*, *branquear*, *azular*, *esverdear*, *empobrecer*, *esvaziar*, etc.,

⁹ Entretanto, observe-se que se a forma participial evidencia não tanto o resultado do *processo*, mas uma condição, estado ou propriedade do NP, tal forma é possível: “*Os passageiros recém chegados dirigiram-se para o balcão de informações.*”

¹⁰ A mesma observação feita no item anterior cabe também aqui: essa frase parece ser possível com pausas, marcando “emagrecida” como predicativo, em que se ressalta o estado em si e não o resultado do *processo* de emagrecer – embora este componente do significado não deixe de estar presente, o que faz a diferença de sentido entre esta frase e “*A mulher magra deixa a clínica sorridente.*”

apresentam formas participiais em posições predicativas e atributivas, como os demais verbos inacusativos.

Restrições de outra natureza – que não sintática nem semântica – parecem explicar algumas das demais exceções anteriormente apontadas. Pode-se dizer que, por motivos ligados ao grau de relevância ou adequação de enunciados como “**O cachorro está aparecido.*” ou “**Seu filho está nascido.*”, os falantes simplesmente não julguem tais frases aceitáveis. Trata-se, portanto, de uma questão de aceitabilidade e não de gramaticalidade propriamente dita.

Esses fatores, na verdade, têm origem pragmática, e poderiam ser explorados à luz de teorias que trabalhem com condições de produção de frases aceitáveis e/ou relevantes nas línguas naturais. Este é um aspecto que carece de maior investigação, que não será aqui abordado, por não fazer parte do interesse central deste trabalho.

Parece-me, então, ser possível levantar algumas explicações para as exceções anteriormente referidas, de tal forma que a existência delas não nos impede de apontar como uma das propriedades básicas dos verbos inacusativos o fato destes apresentarem formas de participio em posição atributiva e predicativa.

Voltando às propriedades fundamentais dos verbos inacusativos, outra característica sintática desses verbos, já apontada por Kato *et al.* (1996), é o fato de que

(b) apresentam o contexto mais favorável à ordem VS, sendo muito comum seu argumento único aparecer em posição pós-verbal.

Em outras palavras, são comuns frases apresentativas (no sentido usado por Nascimento, 1984) construídas com verbos inacusativos, tais como:

- (43) a. *Chegou/ Chegaram as cartas que eu estava esperando.*
 b. *Sujou os vidros de novo.*
 c. *Surgiu um novo problema.*
 d. *Apagou a luz.*

Note-se que muitos intransitivos (inergativos) não aceitam em PB seu argumento único na posição pós-verbal, o que se configura, muitas vezes, como um elemento diferenciador entre esse tipo de verbo e os inacusativos:

- (44) a. * *Correu o menino.*
 b. * *Almoçaram as crianças.*

Voltarei a abordar os trabalhos de Kato *et al.* (*op. cit.*) e Nascimento (*op. cit.*) durante a análise dos dados das crianças-sujeito, particularmente na seção IV.2.2, em que tratarei da ordem dos constituintes nos enunciados com verbos monoargumentais dessas crianças.

Outra característica sintática dos verbos inacusativos – talvez mais útil para definir quando um verbo *não é* inacusativo – é apontada por Rodrigues (1998). Segundo esta autora,

Uma outra característica dos verbos inacusativos, apontada por Eliseu (*op. cit.*), entre outros, é:

c) alguns verbos inacusativos ocorrem em pares do tipo xVy / yV .

A partir disso, pode-se dizer que, se um verbo monoargumental apresenta uma versão transitivo-causativa, o mesmo é inacusativo. Assim, mesmo não sendo a alternância com um causativo uma característica de todos os verbos inacusativos, considero que, a partir dela é possível: i) estabelecer

como critério de caracterização de alguns desses verbos a possibilidade de aceitarem a alternância causativo/incoativo e ii) comprovar a existência de (pelos menos) dois tipos de verbos inacusativos .

Com relação aos verbos inacusativos que apresentam a contraparte transitivo-causativa, a análise de Levin & Hovav (*op. cit*) para os dados do inglês mostra-se adequada também para os dados do PB. Como já apresentado na seção II.3.3, para elas, o elemento de significado que diferencia verbos inacusativos alternantes (como *quebrar*) de inergativos não alternantes (como *falar*) é a diferença entre evento externa/internamente causado.

Segundo as autoras, os verbos monoargumentais que regularmente apresentam a versão causativa são verbos **inacusativos** que descrevem uma eventualidade causada **externamente**, ou seja, implicando a existência de uma “causa externa” com controle imediato sobre a ocorrência do evento que o verbo descreve, mas que não vem expressa. Essa pode ser um agente, um instrumento, uma força natural ou uma circunstância, como já ressaltado.

Isso vale também para os verbos inacusativos do PB que apresentam a contraparte causativa. Abaixo, apresento um lista não exaustiva de alguns verbos desse tipo no PB. Note-se que todos descrevem eventos causados **externamente**, tal qual proposto pelas referidas autoras:

Alguns verbos inacusativos que admitem a alternância com causativos:

abrir	cozinhar	entupir	franzir	naufragar	sarar
acelerar	derreter	estalar	fundir	queimar	secar
acender	desmanchar	estourar	incendiar	quebrar	sujar
apagar	distrair	estragar	iniciar	rachar	terminar
aquecer	dobrar	explodir	irritar	rasgar	travar
aumentar	encher	falir	manchar	reprovar	virar
atrasar	enjoar	fechar	molhar	rodar	
cessar	enxugar	ferver	mudar	rolar	

Em contrapartida, os verbos **inergativos** – que não apresentam a versão causativa - descrevem eventualidades causadas **internamente**, sendo que

alguma propriedade interna/inerente do argumento do verbo é ‘responsável’ por concretizar o evento. Vejam-se, por exemplo, alguns verbos desse tipo: *andar, correr, dormir, telefonar, espirrar, viajar*, entre outros, que descrevem eventos internamente causados.

Ressalte-se que as noções semânticas de “eventualidades causadas externamente” e “eventualidades causadas internamente” só valem para diferenciar os verbos inergativos dos inacusativos **que apresentam a versão transitivo-causativa**. Tais noções, no entanto, não dão conta de diferenciar inergativos dos inacusativos não alternantes, tais como *cair, chegar, degenerar, naufragar, desmaiar, falecer, morrer*. Aliás, com relação a estes três últimos exemplos - *desmaiar, falecer, morrer* - seria até possível admitir que os mesmos – embora não agentivos – descrevem eventualidades causadas internamente, que advêm de propriedades internas/inerentes do argumento desses verbos.

As próprias autoras reconhecem que esta “análise causativa” dos verbos inacusativos não pode ser estendida a toda a classe dos inacusativos, o que, segundo elas, só confirma algo já esperado – a não existência de uma representação semântico-lexical única para todos os verbos dessa classe, dado o “mapeamento muitos-para-um” entre semântica e sintaxe (Levin & Hovav, *op. cit.*: 81).

Tal característica de alguns verbos inacusativos - apresentar a versão causativa - mostra-se também interessante para a análise de verbos monoargumentais que geralmente se comportam como intransitivos (inergativos). É o que ocorre, por exemplo, com o verbo *correr*, que, em construções específicas, parece admitir uma contraparte causativa. Nesses casos, pode-se, então, dizer que esse verbo apresenta-se numa versão inacusativa, em que seu NP único seria um argumento interno básico. É o que se pode observar no exemplo a seguir:

- (46) a. A cortina correu para a direita.
 b. O garçom correu a cortina para a direita.

A análise de (46) é interessante na verificação de um aspecto semântico aqui em questão. Veja-se que o que caracteriza a contraparte não-causativa nesse caso é a interpretação não-agentiva do argumento único do verbo - *cortina*. Veja-se, por exemplo, que uma “interpretação inacusativa” do verbo *correr* parece ser mais aceitável em frases como 46a, acima, do que em 47a, abaixo, uma vez que é também mais natural interpretar o NP *a cortina* (em oposição a *os alunos*) como não-agentivo¹¹.

- (47) a. Os alunos correram da sala. (numa leitura equivalente a: *Os alunos foram corridos da sala (pelo diretor)*).
 b. O diretor correu (com) os alunos da sala.

Essa característica parece ser extensiva também aos inacusativos que não entram em correlação com causativos. Vejam-se, por exemplo, as seguintes construções, com verbos monoargumentais, em que fica “implícito” um agente, o que impede que um verbo inacusativo apareça nesse tipo de construção – considerando-se, em todos esses exemplos, a existência de *pro* na posição de sujeito:

- (48) a. *Espirraram na sala ao lado.*
 b. *Telefonaram na sala ao lado.*
 c. * *Quebraram na sala ao lado.*
 d. * *Chegaram na sala ao lado.*

¹¹ Um outro aspecto que pode também estar envolvido é a caracterização do NP em termos do traço [$\pm$ animado].

Veja-se que as frases (48) c, d só poderiam ser interpretadas (e, portanto, aceitas) se houver no contexto um sujeito referencial específico, em respostas imediatas a perguntas do tipo “*Onde eles quebraram os copos?*”.

Entretanto, como já salientado por Levin & Hovav (op. cit) e apontado na seção II.3.3. deste trabalho, mesmo estando a noção de agentividade relacionada à inacusatividade, não é suficiente para a caracterização do fenômeno, mesmo porque verbos inergativos – “internamente causados” – também podem ser não-agentivos (como *blush* e *tremble* – exemplos apresentados pelas autoras).

Assim, faz-se necessário levantarmos outros traços semânticos que se mostrem relevantes na inacusatividade. Considerando tanto os verbos inacusativos que aceitam a contraparte causativa quanto os que não aceitam, posso apontar como característica comum desses verbos:

d) os verbos inacusativos descrevem um evento em que o mais saliente é o efeito resultante, ou o resultado do processo: a saber, uma mudança, sem que haja a indicação do agente ou causa¹² da mudança.

O que parece estar em questão aqui são os traços semânticos de mudança e de argumento afetado¹³: os verbos inacusativos descrevem eventos que resultam em algum tipo de *mudança* (que pode ser de *estado* ou *lugar*), sem expressar a causa/o agente da mudança.

Examinemos alguns exemplos¹⁴, inicialmente com verbos inacusativos que apresentam a versão causativa. Parece ser possível parafrasearmos as estruturas que apresentam verbos inacusativos, de forma que o resultado do processo de mudança se mostre evidenciado:

¹² Esta, como se viu, normalmente uma causa externa - pelo menos quanto aos verbos inacusativos que apresentam a contraparte transitivo-causativa. Como já ressaltado, esta ‘causa’ pode ser: agente, instrumento, força natural ou circunstância.

¹³ Como já apontado por Jaegli (apud Hale & Keyser, op. cit.).

- (49) a. *O vaso quebrou.* (= está quebrado; mudança de estado)
 b. *Sujou os vidros de novo.* (= estão sujos; mudança de estado)
 c. *Apagou a luz.* (= está apagada; mudança de estado)
 d. *O motor do carro aqueceu* (= está quente; mudança de estado)
 e. *O gelo derrete fora da geladeira.* (= fica derretido; mudança de estado)
 f. *Papel queima.* (= fica queimado; mudança de estado)

O mesmo vale para os verbos inacusativos que só apresentam a versão monoargumental: os mesmos descrevem eventos que resultam em algum tipo de *mudança* (que, como veremos, pode ser de *lugar ou existência*), sem expressar a causa/o agente da mudança:

- (50) a. *Chegow/ Chegaram as cartas que eu estava esperando.* (mudança de lugar)
 b. *Caiu o papel no chão.* (mudança de lugar)
 c. *O navio partiu.* (mudança de lugar)
 d. *A mulher emagraceu.* (mudança de estado)
 e. *A criança nasceu.* (mudança de estado)
 f. *Todos morrem.* (mudança de estado)
 g. *O cachorro apareceu.* (mudança de lugar)

No que diz respeito a estes traços semânticos dos inacusativos, é possível que os mesmos sejam também analisados à luz da classificação dos tipos de eventos proposta por Vendler(1967). Como já apontado no capítulo II, este autor considera quatro classes verbais: a) a classe dos *states*, constituída

¹⁴ Alguns deles já anteriormente apontados.

por verbos que indicam estado; b) a classe dos *achievements*¹⁵, verbos que indicam mudança de estado sem implicação de um agente; c) a classe dos *accomplishments*, que indicam mudança de estado com implicação de um agente e d) a classe dos *activities*, verbos que indicam atividade.

Os verbos inacusativos são tipicamente *achievements*. A esse respeito, veja-se, por exemplo o que dizem Levin & Hovav (*op. cit.*):

“(...) unaccusative verbs, such as ‘freeze’ are typically achievement verbs that code a result state predicated of an undergoer.”

Levin & Hovav (*op. cit.*:71)

Já os verbos inergativos são tipicamente *activities*, na classificação vendleriana. Como se verá no capítulo 4, estes traços semânticos dos inacusativos e inergativos mostram-se relevantes no processo de aquisição da linguagem pela criança.

É também essa característica dos inacusativos – descreverem o resultado do processo de objeto afetado, não selecionando um argumento com papel temático de agente e sim tema – que justifica:

i) não aceitarem nominalização com a agentivo *-or*, como já apontado por Eliseu (*op. cit.*):

(51) *chegador

*crescedor

*falidor

¹⁵ Opto, aqui, por manter a nomenclatura em inglês, tal qual apresentada pelo autor. Traduções possíveis para tais classes verbais poderiam ser: *estados*, *completamentos*, *realizações* e *atividades*, respectivamente.

ii) não admitirem co-ocorrência com advérbios (ou expressões adverbiais) que expressam volição, que permitem uma interpretação agentiva¹⁶:

- (52) a. * *O caldo engrossou por engano.*
 b. * *O copo quebrou deliberadamente.*
 c. * *A porta abriu intencionalmente.*
 d. * *A carne cozinhou metodicamente.*

iii) não admitirem co-ocorrência com uma oração adverbial final, como já apontado por Whitaker-Franchi (*op. cit.*), que também leva a uma interpretação agentiva:

- (53) a. * *A porta fechou para fazer passar o piano.*
 b. * *O caldo engrossou para a comida ficar boa.*

Como já anteriormente apontado (na seção II.2), o traço [$\pm$ volição] parece ser também relevante na caracterização dos verbos inacusativos, embora não se possa elegê-lo como critério essencial nesta tarefa, tal como postulado por Perlmutter (*op. cit.*). Esse traço mostra-se extremamente relacionado com o aspecto anterior, ou seja, com o traço [$\pm$ agente]do NP selecionado pelo verbo: como já foi dito (na referida seção deste trabalho), quando se tem uma ação voluntária, faz-se presente (ainda que implicitamente) um argumento com papel temático de agente, o que caracteriza uma construção não-inacusativa. Por outro lado, não se pode dizer que toda construção

¹⁶ Note-se que o mesmo já não ocorre com relação a uma expressão de causa externa (ou mesmo interna) não intencional, como apontado por Mateus *et. al.* (*op. cit.*: p. 216):

A barco afundou com o temporal.
A vasilha quebrou com o calor excessivo.
O vidro quebrou sozinho.

inacusativa descreve uma ação involuntária. Retomemos, aqui, um exemplo já apontado em II.2.:

(52) a. *Eu cheguei perto da parede.*

Neste caso, tem-se um verbo inacusativo (cujo argumento único é inicialmente interno, com papel-temático de tema) descrevendo uma ação voluntária. Assim, o que é possível dizer, com relação a tal aspecto, é que muitos dos verbos inacusativos trazem o traço [- volição], mas essa não pode ser apontada como uma característica essencial a todos eles, em todas as construções em que aparecem.

Tais considerações me levam a, mais uma vez, concordar com Levin & Hovav (1995), quando defendem que, embora “agentividade” e “volição” estejam, de alguma forma, relacionadas ao fenômeno da inacusatividade, não parece que sejam componentes de significado que necessariamente impliquem a determinação da inacusatividade. Como já apontado, os traços semânticos que parecem estar de fato relacionados à inacusatividade são **mudança** (de estado ou lugar) e **argumento afetado**.

Todas essas propriedades dos verbos inacusativos anteriormente apontadas parecem ser relevantes para uma abordagem adequada e abrangente dessa classe verbal no PB adulto. Assim, minha proposta para a caracterização dos verbos inacusativos do PB é que tais verbos:

- a) apresentam apenas um argumento que é interno ao VP (por isso podem ser objetos de processos que afetam igualmente o argumento interno dos verbos transitivos: formas participiais que podem ocorrer em posição atributiva e predicativa);

- b) apresentam o contexto mais favorável à ordem VS;
- c) descrevem um evento em que o mais saliente é o *efeito resultante*, ou o *resultado do processo*: a saber, uma **mudança** (de estado ou lugar), sem que haja a indicação do agente ou causa da mudança (em decorrência disso, não aceitam nominalização com a agentivo *-or*, não admitem advérbios - ou expressões adverbiais - que expressam volição, bem como não admitem uma oração adverbial final).

Parece-me possível, a partir de tais propriedades, fazer algumas considerações a respeito do fenômeno da inacusatividade. Em primeiro lugar, pode-se distinguir entre dois tipos distintos de verbos inacusativos, como se verá posteriormente. Além disso, diante de outros dados do PB que serão ainda apresentados, parece ser também possível afirmar que a inacusatividade pode ser expressa não só por *verbos inacusativos*, mas também por *construções inacusativas*.

Com relação ao primeiro dos aspectos acima mencionados, os dois tipos possíveis de verbos inacusativos são: os verbos inacusativos que não admitem a alternância com causativos, por um lado, e os que admitem tal alternância, por outro. Em ambos os casos, entretanto, estaríamos diante de **verbos inacusativos**, ou seja, verbos que já seriam marcados no léxico como tais. Neste caso, teríamos uma inacusatividade que poderia ser denominada “inacusatividade lexical”, e aqui estaríamos concordando com Levin & Hovav (1995) no sentido de ser a inacusatividade um fenômeno codificado sintaticamente, mas determinado semanticamente, uma vez que as informações relevantes já viriam do próprio léxico.

Por outro lado, diante de alguns dados do PB, defendo também que a inacusatividade pode ser um fenômeno estrutural, expresso não por verbos inacusativos, mas por **construções inacusativas**. Em outras palavras, a inacusatividade pode ser expressa também por determinadas estruturas

específicas nas quais verbos que ordinariamente não se caracterizam como inacusativos comportam-se como tais. A este tipo de inacusatividade, estou denominando “inacusatividade estrutural”, aspecto este não contemplado na teoria de Levin & Hovav (1995).

Sumarizando o ponto de vista aqui defendido, temos que a inacusatividade pode ser de dois tipos:

a) *Inacusatividade Lexical*, expressa por verbos inacusativos, que podem ser de dois tipos:

1. Verbos que não admitem a alternância com causativos;
2. Verbos que admitem a alternância com causativos;

b) *Inacusatividade Estrutural*, expressa por construções inacusativas.

A seguir, nas últimas seções deste capítulo, passo a analisar um pouco mais de perto as distinções acima apontadas. Será apresentada uma mostra de alguns verbos inacusativos do PB, e vale desde já salientar que tal mostra é feita de forma aleatória e não exaustiva, sendo que o principal interesse, aqui, é apenas ilustrar alguns casos ocorrentes no PB adulto, bem como as distinções aqui propostas. No capítulo IV, retomarei alguns critérios de identificação de tais verbos que se mostram úteis para a análise de dados empíricos da aquisição da linguagem.

III.2.1. Inacusatividade Lexical

O que estou chamando aqui de “Inacusatividade Lexical”, como já apontado, diz respeito àqueles verbos que já são marcados no léxico como **verbos inacusativos**. Alguns deles, como se viu, apresentam também uma versão transitivo-causativa, enquanto outros apresentam-se como exclusivamente monoargumentais.

Nesse ponto, estou assumindo a proposta de Levin & Hovav (1995) de que a inacusatividade – fenômeno codificado sintaticamente - é também um fenômeno semanticamente determinado, uma vez que as informações relevantes já estão no próprio léxico.

A seguir, apresenta-se uma lista não exaustiva de verbos inacusativos que não admitem a alternância com causativos, com alguns exemplos do PB:

Alguns verbos inacusativos que não admitem a alternância com causativos

acontecer	a. Os fatos aconteceram desta forma. b. * Os homens aconteceram os fatos desta forma.
aparecer	a. O cachorro apareceu. b. * O dono apareceu o cachorro.
caducar	a. O contrato caducou. b. * O inquilino caducou o contrato.
cair	a. O vaso caiu. b. * O menino caiu o vaso.
chegar	a. As cartas chegaram. b. * O carteiro chegou as cartas.

Outros verbos desse tipo são: *acontecer*; *crescer*; *decorrer*; *decrecer*; *desmaiar*; *falecer*; *morrer*; *nascer*; *ocorrer*; *suced*; *sucumbir*; *surgir*; *partir*; entre outros.

Passando, agora, aos verbos inacusativos que admitem a alternância com causativos, vejamos alguns exemplo do PB:

Alguns verbos inacusativos que admitem a alternância com causativos:

Abrir ¹⁷	cozinhar	entupir	franzir	naufragar	sarar
Acelerar	derreter	estalar	fundir	queimar	secar
Acender	desmanchar	estourar	incendiar	quebrar	sujar
Apagar	distrair	estragar	iniciar	rachar	terminar
Aquecer	dobrar	explodir	irritar	rasgar	travar
aumentar	encher	falir	manchar	reprovar	virar
atrasar	enjoar	fechar	molhar	rodar	
cessar	enxugar	ferver	mudar	rolar	

Note-se que muitos dos verbos inacusativos que admitem a alternância com causativos resultam de processos de derivação morfológica, a saber:

- a) derivados de substantivos ou adjetivos a partir do prefixo EN-;
- b) derivados de substantivos ou adjetivos a partir do prefixo A-;
- c) derivados de adjetivos, por formação parassintética, a partir dos prefixos EN- ou A- e do sufixo -ECER;
- d) derivados de adjetivos a partir do prefixo ES-;
- e) derivados de verbos (normalmente também inacusativos)

A seguir, apresento alguns exemplos de verbos desse tipo.

a) Verbos inacusativos derivados de substantivos ou adjetivos a partir do prefixo EN-

encaixar	a. As peças encaixaram. b. O mecânico encaixou as peças.
encalhar	a. O carro encalhou. b. O motorista encalhou o carro na lama.
entortar	a. A chave entortou. b. O calor entortou a chave.

¹⁷ Para não me estender demais, ilustrarei com apenas alguns exemplos a alternância com verbos desse tipo:

- a. *A porta abriu. / O menino abriu a porta.*
- b. *O vaso quebrou. / Eu quebrei o vaso.*
- c. *A luz acendeu. / O dono da casa acendeu a luz.*

b) Verbos inacusativos derivados de substantivos ou adjetivos a partir do prefixo A-

afundar	a. O navio afundou. b. A tempestade afundou o navio.
amansar	a. Os animais amansaram. b. O domador amansou os animais.
amarelar	a. As folhas amarelaram. b. O sol forte amarelou as folhas.
assustar	a. As crianças assustaram. b. Aquele filme assustou as crianças.
avermelhar	a. Sua face avermelhou. b. O calor intenso avermelhou sua face.

c) Verbos inacusativos derivados de adjetivos, por formação parassintética, a partir dos prefixos EN- ou A- e do sufixo -ECER

amolecer	a. A carne amoleceu. b. O cozimento amoleceu a carne.
adoecer	a. Em vez de curar, o médico adoeceu ainda mais os pacientes. b. Os pacientes adoeceram.

Outros verbos desse tipo são: *endurecer*; *emagrecer*; *embranquecer*; *empobrecer*; *emudecer*; *enegrecer*; *enlouquecer*; *enrijecer*; *enriquecer*; *ensurdecer*; *entristecer*; *envelhecer*, entre outros.

d) Verbos inacusativos derivados de adjetivos a partir do prefixo ES-

esfriar	a. A comida esfriou. b. O ventilador esfriou a comida.
esvaziar	a. O copo esvaziou. b. O menino rapidamente esvaziou o copo.

e) Verbos inacusativos derivados de outros verbos (normalmente também inacusativos)

desacelerar	a. O carro desacelerou. b. O motorista desacelerou o carro.
desdobrar	a. A camisa desdobrou. b. O marido desdobrou a camisa.
desencalhar	a. O carro já desencalhou. b. O motorista já conseguiu desencalhar o carro.

Outros verbos desse tipo: *degelar*; *desenrolar*; *desentortar*; *desentupir*; *desmontar*; *destravar*; *desvirar*; entre outros.

Duas possibilidades poderiam ser levantadas para explicar o comportamento ora transitivo, ora inacusativo deste segundo tipo de verbos inacusativos, ou seja, os que admitem a aternância com causativos. Em primeiro lugar, poder-se-ia dizer que se tratam de verbos que apresentam duas entradas lexicais diferentes, uma transitiva, uma inacusativa. A essa hipótese, um possível contra-argumento poderia ser levantado a partir de algumas línguas indígenas brasileiras¹⁸ em que se observam processos, marcados morfologicamente, tanto de causativização a partir de uma entrada lexical inacusativa, quanto de “redução de valência” a partir de uma entrada lexical transitiva.

Evidências como essa, por exemplo, poderiam embasar uma segunda possibilidade de explicação para os verbos inacusativos deste segundo tipo: trata-se de verbos basicamente transitivos ou inacusativos que, em determinadas *construções*, têm sua estrutura argumental modificada. Nesta segunda perspectiva, haveria, então, verbos originalmente inacusativos que sofreriam um processo de “causativização”, bem como verbos basicamente transitivos que receberiam uma “reanálise inacusativa”, ou “detransitivização”, nas palavras de Levin & Hovav (1995), como já anteriormente citado na seção II.3.3 deste trabalho.

¹⁸ Conforme a mim apontado em comunicação pessoal pela Prof.a. Charlotte Galves.

III.2.2. Inacusatividade Estrutural: construções inacusativas

Como já anteriormente apontado, parece-me ser possível admitir que, pelo menos em alguns casos, a inacusatividade não se constitui uma propriedade determinada puramente por fatores semântico-lexicais, mas fatores de ordem estrutural também se mostram relevantes.

Observem-se, por exemplo, os seguintes dados do PB adulto:

(34) A revista xerocou.

(35) A modelo fotografou.

(36) a. * A saia encurtou.

b. Nos anos 70, a saia encurtou.

(37) a. A cortina correu para a direita.

b. O garçom correu a cortina para a direita.

Em (34), (35), (36b) e (37a), verbos que normalmente não se comportam como inacusativos (ou seja, apresentando argumento único interno ao VP) comportam-se como tais em construções específicas. Veja-se, por exemplo, os verbos *xerocar* e *fotografar* que, normalmente transitivos ou inergativos, comportam-se como inacusativos em (34) e (35): em ambos os casos, o NP pré-verbal não é argumento externo, sendo que este não está presente lexicalmente.

A estrutura como (31), acima, já foi analisada por Galves (1998, 2001), que chama a atenção para o fato de que este tipo de estrutura revela que, no PB, existe a possibilidade de reanálise de um tópico como sujeito. Esta autora salienta que, diferentemente do que ocorre em sentenças passivas, neste tipo de

construção o argumento agente é completamente inativo. Para ilustrar, a autora apresenta as seguintes sentenças:

- i. *A revista foi xerocada para ganhar tempo.*
- ii. *?? A revista xerocou para ganhar tempo.*

Galves (2001:244)

A autora ressalta que em *i.* o sujeito de ‘ganhar tempo’ é controlado pelo agente implícito de ‘foi xerocada’, enquanto em *ii.* essa interpretação não está disponível.

Segundo a autora, sentenças como (34) e (35) são possíveis pelo fato de ser o PB uma língua *orientada para o tópico*. A esse respeito, a autora ressalta que:

“Línguas orientadas para o tópico caracterizam-se pela possibilidade de o sujeito da sentença não ser o argumento externo do verbo, sem que haja qualquer marcação morfológica no verbo. Em outras palavras, são línguas em que os tópicos são tratados como sujeitos, independentemente de seu status argumental.”

Galves (2001:244)

Já na construção (36b), em que se tem a expressão temporal e a marcação de plural (que colaboram para que “*saia*” apresente sentido mais genérico e menos definido¹⁹), a versão inacusativa do verbo *encurtar* é

¹⁹ Não se fala, aqui, de uma saia específica, mas do fato das saias terem ficado mais curtas em tal período.

possível, o mesmo não acontecendo na construção (36)²⁰. Também o verbo *correr*, que normalmente apresenta-se como inergativo e não aceita uma contraparte causativa, apresenta-se como inacusativo em (37 a), aceitando a contraparte causativa (37b).

O que os dados (34) a (37) parecem mostrar é que a inacusatividade de um verbo ou construção pode também ser vista como um fenômeno, pelo menos em parte, originado estruturalmente, sob certas circunstâncias específicas²¹.

Por não ser este o escopo central deste trabalho, não desenvolverei mais aprofundadamente estas questões aqui. A finalidade deste capítulo era ressaltar as características dos **verbos** inacusativos²², que foram aqui apresentadas a partir do trabalho de outros autores e também analisando-se alguns dados do PB adulto.

Com base em tal caracterização aqui estabelecida, passo, então, a tratar do fenômeno da inacusatividade na aquisição da linguagem. O próximo capítulo é dedicado à análise dos dados infantis mencionados na Metodologia (capítulo I, seção I.2), buscando identificar os fatores determinantes na manifestação deste fenômeno lingüístico na gramática da criança.

²⁰ (34 a) só seria uma frase aceitável sob certas condições muito específicas, como, por exemplo, se enunciada após a lavagem de uma determinada saia.

²¹ Não entrarei em detalhes sobre sua natureza, mas vale ressaltar que o aspecto perfectivo parece ser um fator importante aqui, como os dados das crianças aqui analisadas parecem confirmar (cf. capítulo IV).

²² E não das *construções inacusativas*, o que envolve fenômenos de linearização de diversos constituintes.

IV – A INACUSATIVIDADE NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

IV.1. Os primeiros verbos

De acordo com o Princípio de Projeção do modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981), como já mencionado no capítulo I, a estrutura sintática da frase já é projetada a partir das informações lexicais de seus elementos. A estrutura argumental dos itens lexicais já estipula quantos argumentos um item exige e o tipo de relação que se estabelece entre eles.

Apesar da proposta de “harmonia” transcategorial de Stowell (1982), segundo a qual não só os verbos mas também todas as categorias maiores (N, A e P) têm sujeito e complemento, podemos dizer que o **verbo** ocupa um papel fundamental para o início da sintaxe na linguagem da criança. Isso porque, no que diz respeito ao léxico inicial (pelo menos no caso dos sujeitos desse estudo), são bastante raras as ocorrências de Adjetivos e Preposições em fases iniciais de aquisição da linguagem. Quanto aos Nomes, limitam-se, no início, aos ‘concretos’, (ou de primeira ordem, segundo Lyons, 1977) com referência unívoca no ‘aqui-agora’, que, diferentemente dos abstratos originários de nominalizações, em geral não selecionam argumentos P. Assim, investigar a aquisição dos primeiros verbos, adotando-se a perspectiva teórica de Princípios e Parâmetros, pode ter uma papel fundamental para que se possa compreender um pouco mais a aquisição da sintaxe pela criança pequena.

Neste capítulo, apresento, em primeiro lugar, o resultado da análise dos primeiros verbos observados nos dados de Natália e Tiago (doravante N. e T.) - entre os 2;0 e os 2;6 de idade. Algumas questões norteiam o interesse da investigação dessa primeira etapa: a) Que tipos de verbos são os primeiros usados pela criança? b) A estrutura argumental dos primeiros verbos da criança coincide com a do adulto? c) Os dados aqui analisados poderiam, de alguma

forma, trazer contribuições para uma opção entre hipóteses continuístas e descontinuístas do desenvolvimento?

A análise do período inicial do desenvolvimento das nossas crianças-sujeito, entre 2;0 2;6 de idade¹, evidenciou uma grande abundância de verbos: aproximadamente 80 diferentes verbos no caso de N. e 60 no caso de T. A grande variedade de verbos diferentes nesse período contrasta, como já foi dito, com as poucas ocorrências de itens lexicais como preposições e mesmo adjetivos, apontando para o fato de que a produção inicial dessas crianças é significativamente caracterizada pelo uso de nomes e verbos, conforme já mencionado no trabalho clássico de Brown (1973).

Esses verbos iniciais são empregados, pelas duas crianças, em frases que não violam o emprego do adulto. Ao contrário do que já foi constatado por diversos autores com relação à morfologia verbal, não foi encontrado, pelo menos no período dos 2;0 aos 2;6, nenhum erro em relação ao padrão adulto quanto à estrutura argumental nos verbos das crianças. Assim, observa-se que a estrutura argumental dos verbos da fala inicial dessas crianças corresponde à do adulto; elas não acrescentam argumentos que não são subcategorizados pelo verbo, e a omissão de argumentos requeridos pelo verbo, como veremos a seguir, reflete o não preenchimento fonético desses argumentos, sendo que os mesmos podem ser facilmente identificados na fala do adulto ou os seus referentes no contexto imediato. Isso demonstra que as crianças, na fase analisada, parecem “respeitar” o chamado Critério- θ de Chomsky (1981), segundo o qual existe uma relação biunívoca entre os papéis- θ atribuídos pelo verbo (e que fazem parte de sua entrada lexical) e os argumentos da representação sintática.

¹ Nessa abordagem inicial dos verbos enunciados por N. e T., em que considero todos os tipos verbais, limito-me ao período entre 2;0 e 2;6 de idade. Já na análise dos verbos inacusativos propriamente ditos, que será apresentada nas seções seguintes, o período considerado é entre 2;0 e 3;0 para T. e 2;0 e 4;0 para N.

Além disso, não se observa nos dados de N. e T., no período analisado, nenhum erro envolvendo o parâmetro de ordem dos constituintes. Os dados mostram que o parâmetro de ordem do Português - *head first* - parece já estar devidamente fixado, sendo que nenhuma ocorrência da ordem OV, por exemplo, foi encontrada (excetuando-se os casos de topicalizações²). Com relação à posposição do sujeito (ordem VS), esta ocorre exclusivamente em construções com verbos inacusativos (cf. exemplo 1a, a seguir), espelhando o que também ocorre na fala do adulto, como atestam os dados do Projeto NURC (Kato *et al.*, 1996). Tal aspecto será melhor explorado na seção IV.2.2 deste trabalho.

Pode-se dizer, então, que a gramática dessas crianças, no que diz respeito à estrutura argumental e ao parâmetro de ordem dos constituintes, é idêntica à do adulto. Tal fato poderia favorecer hipóteses continuístas do desenvolvimento que, de acordo com Kato (1995a: 69), “advogam que desde o início a criança apresenta uma estrutura sintática que se conforma com os princípios e/ou categorias que regem a gramática do adulto”.

Com relação ao tipo sintático do verbo, predominam, nos dados de T., as estruturas monoargumentais (83%, em oposição aos 17% de construções com verbos de dois lugares). Do total de verbos de um lugar nos dados de T (alguns exemplos estão listados em (1), a seguir), **72% são verbos inacusativos** e apenas 28%, inergativos.

(1) a) *chegô carrinhu* (T: 2;0.18)

b) *passô* (depois de T. empurrar ônibus de brinquedo) (T: 2;0.18)

d) *u gatu subiu* (T: 2;3.04)

Essa abundância de verbos inacusativos nos dados iniciais dessa criança, somada ao fato de que os únicos casos de ordem VS correspondem às

² Cf., a respeito, a dissertação de Grolla, 2000.

construções com este tipo de verbo (como se verá mais adiante), pareceu-me intrigante e despertou-me o interesse de investigar a questão da inacusatividade na aquisição da linguagem, o que será feito a partir da seção seguinte deste trabalho. No momento, parece-me que descrever características mais gerais das primeiras construções verbais das duas crianças-sujeito mostra-se relevante para traçar um panorama da gramática inicial dessas crianças.

Ainda com relação ao tipo sintático de verbo predominante nesse período inicial da fala de T., no que diz respeito aos enunciados com verbos de **dois lugares** que se fazem presentes nos dados dessa criança, 96% são construções do tipo NP V NP, e apenas 4% correspondem a NP V PP. Apenas uma ocorrência de verbo de três lugares é encontrada na fala de T. na fase analisada, aos 2;6.

Já nos dados de N., existe um certo equilíbrio entre as ocorrências de verbos de um e de dois lugares (44.5% e 53.4%, respectivamente). Em (2), listm-se alguns exemplos:

- (2) a) *a beéquinha anda* (N: 2;1.13)
- b) (a boneca) *cordô* (N: 2;3.16)
- c) (o gato) *bebeu leitinho* (N: 2;3.16)
- d) (alguém no livro de histórias) *'purranô carroça* (N:2;5.03)

As poucas ocorrências de verbos de três lugares (2.1%) são com o verbo *dar* (exemplificado em (3)).

- (3) a) *dá pa mim essa* (N:2;2.08)

Com relação aos verbos monoargumentais na fala de N., diferentemente do que se verifica nos dados T., 25% são verbos inacusativos, em oposição a 75% de inergativos. Na seção seguinte deste trabalho, voltarei a este aspecto,

apontando uma possível explicação para tal diferença entre os dados de T. e de N.. Quanto aos verbos de dois lugares observados nos dados da menina, 92% são do tipo NP V NP, e apenas 8% do tipo NP V PP.

No que diz respeito ao preenchimento dos argumentos especificados pelo verbo, no período aqui em questão – entre 2;0 e 2;6 - verifica-se nos dados das duas crianças que, tanto para as ocorrências de verbos monoargumentais quanto de verbos de dois lugares, predominam as estruturas com sujeito nulo, ou seja, com argumentos externos não preenchidos foneticamente, podendo estes serem identificados ou no contexto imediato, ou na fala do adulto (cf. (1) e (2)).

Com relação a tal padrão de predicação, verifica-se que a fala dessas crianças diferencia-se quantitativamente, neste aspecto, da fala do adulto. Vários autores têm mostrado que no PB observa-se o uso cada vez menos freqüente de sujeito nulo (Tarallo e Kato, 1989; Berlink, 1988; Duarte, 1993, 1995; Torres Moraes, 1993, *apud* Kato *et al.*, 1996).

Entretanto, não se pode dizer que os dados de N. e T. podem ser tomados como evidência de que essas crianças não se mostram “sensíveis” a esta mudança em curso no PB. O fato de que usam predominantemente o argumento externo não preenchido foneticamente pode ser facilmente explicado pela própria situação de coleta dos dados: considerando-se que adulto e criança falavam maioritariamente sobre o aqui e agora, sendo que o referente do sujeito é facilmente reconhecido no contexto, nomear os referentes do discurso mostra-se muitas vezes desnecessário. O mesmo notou Simões (1999) em seu trabalho sobre o uso de sujeitos nulos por uma criança brasileira.

Diferentemente do que ocorre com o preenchimento do argumento externo, com relação às ocorrências de verbos de dois lugares, predominam as estruturas com argumento interno realizado foneticamente, independentemente do argumento externo estar ou não preenchido (cf. 4 e 5):

- (4) a) (?) *pegô u livru* (T: 2;4.11)
 b) *moço pegô u livru* (T: 2;4.11)
 c) *nariz tá molhando u travesseiro* (T: 2;5.16)
- (5) a) (o gato) *bebeu leitinho* (N: 2;3.16)
 b) *papai matô a 'tixa* (N: 2;1.13)
 c) (observando algum animal no livro de história)
tá peganu bichinho (N: 2;5.13)
 d) *a bonequinha vai pegá u sapatão* (N: 2;2.08)

Tais resultados coincidem com o que foi relatado por Dillinger et alii (1996) quanto a dados do PB falado por adultos (dados do NURC). De acordo com esses autores, com relação ao complemento de verbos de dois ou mais lugares, estes tendem a ser maioritariamente lexicalizados, o que ocorre em 83% das ocorrências, o que fortalece a visão do predicado como trazendo informação nova na frase. Neste aspecto, a gramática das crianças aqui analisadas também assemelha-se à gramática do adulto.

Frente à abundância de verbos diferentes encontrados nos dados de N. e T., havia a necessidade de organizar esses verbos de tal maneira que fosse possível vislumbrar generalizações que, de alguma forma, pudessem apontar para uma determinada análise. Para isso, pareceu-me válido lançar mão do modelo apresentado por Pinker (1989³) no que diz respeito à sua divisão dos verbos em subclasses, divisão esta feita segundo critérios que, segundo ele, são semânticos, mas sintaticamente relevantes.

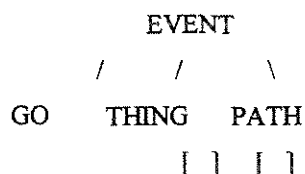
A classificação para os verbos apresentada por Pinker (motivada por sua necessidade de distinguir verbos alternantes dos não alternantes do Inglês) toma como ponto de partida o que ele apresenta como sendo um modelo para a representação semântica dos verbos.

O autor defende a adequação e a importância, para os estudos de aquisição, de uma teoria de significado do verbo que envolva um conjunto relativamente pequeno e precisamente caracterizável de elementos recorrentes e gramaticalmente relevantes. Baseando-se em autores como Jackendoff, Carter, Talmy, Green e outros (*apud* Pinker, 1989), Pinker apresenta uma teoria decomposicional para a representação da estrutura semântica dos verbos.

Pinker propõe a existência de um conjunto de **categorias conceituais básicas** anteriormente já apontadas por Jackendoff (1983, 1987): **THING**, **EVENT**, **STATE**, **ACTION**, **PLACE**, **PATH**, **PROPERTY**. Ao lado dessas categorias, propõe também a existência de regras de formação conceitual que combinariam conceitos básicos em conceitos mais complexos. Para o autor, existem quatro tipos de predicados básicos, ou primitivos, que funcionariam expandindo constituintes conceituais em outros mais complexos: **ACT**, **GO**, **BE** e **HAVE**.

Exemplificando: um evento pode consistir de uma “coisa” movendo-se ao longo de um “caminho”. A função que relaciona, neste caso, os constituintes **THING** e **PATH** é **GO**. Na teoria do autor, o primeiro argumento de **GO** - a entidade que se move - é o que é tradicionalmente chamado de “tema” (em oposição ao primeiro argumento de **ACT**, que corresponde ao papel temático de agente).

A regra de formação conceitual de que um evento pode consistir de uma entidade movendo-se ao longo de um caminho, nessa perspectiva, seria representada como se segue:

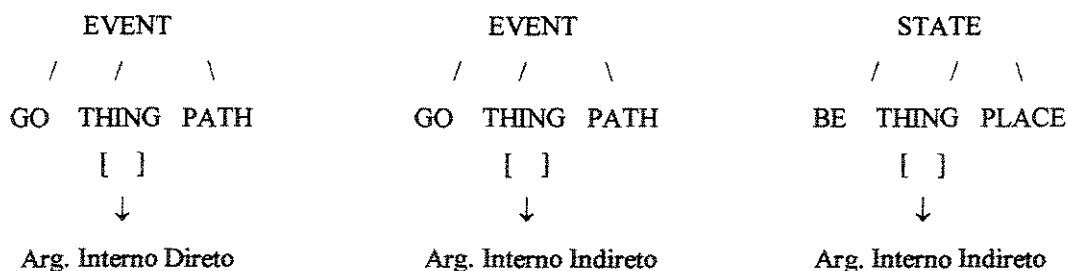


³ Embora algumas críticas possam ser levantadas ao trabalho do autor, como se verá mais adiante.

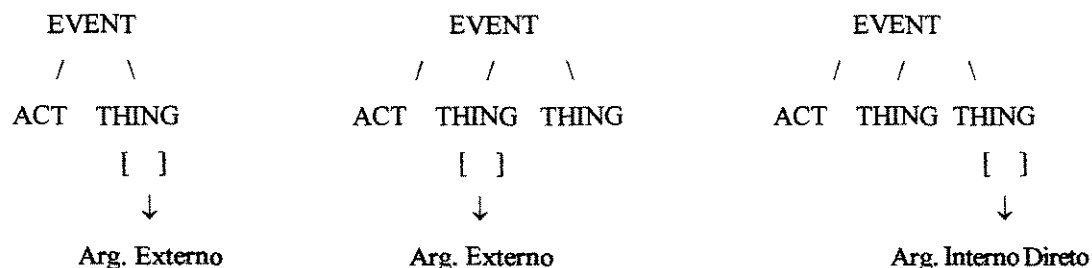
Observe-se que Pinker adota a regra já proposta por Jackendoff (1983), mas, diferentemente deste autor, propõe não mais uma notação linear, mas arbórea, que deve ser interpretada da seguinte forma: o nóculo mãe indica o tipo de constituinte; o primeiro nóculo ramificante à esquerda indica o predicado; os demais, seus argumentos.

Sua preferência pela notação arbórea é justificada pelo fato de que, dessa forma, o que distingue funções, argumentos e modificadores são apenas seus “rótulos” e **posições**, e não outros dispositivos visuais (parênteses, colchetes, etc.), como na notação linear, o que dificultava a leitura de conceitos mais complexos.

Pinker ressalta que para que seja possível passar de uma estrutura conceitual genérica para uma estrutura semântica adequada para a entrada lexical de um verbo que subcategoriza argumentos é necessário indicar, na estrutura semântica do verbo (o que faz através de colchetes) quais constituintes conceituais podem servir como “argumentos abertos” para a sintaxe, ou seja, aqueles **ligados a um papel sintático** na estrutura argumental do verbo. Através das chamadas *Regras de Ligação*⁴, os argumentos abertos são, então, mapeados em argumentos distinguíveis sintaticamente, sendo que tais regras baseiam-se na posição desses argumentos na estrutura semântica. Encontram-se listadas, abaixo, algumas das regras de ligação propostas por Pinker (simbolizadas, nas representações, pelas flechas):



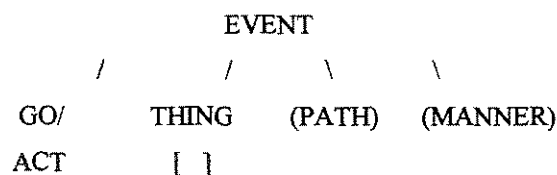
⁴ Voltarei a este aspecto, mais adiante.



Assim, o autor propõe um modelo de representação semântica para os verbos que seja sintaticamente relevante. A partir desse modelo, Pinker procura estabelecer uma classificação para os verbos, baseando-se nas similaridades existentes em sua estrutura semântica e que seriam relevantes para seu comportamento sintático.

No que diz respeito ao tipo semântico do verbo, adotando aqui a distinção traçada por Pinker (1989), podemos observar que nos dados de N. e T. predominam três tipos de verbos: verbos de movimento; verbos de “causa de movimento” e verbos de mudança de estado físico.

Com relação ao primeiro tipo, todos os verbos de movimento decrevem eventos e ações, apresentando, portanto, o traço <+dinâmico>. De acordo com Pinker (1989), tais verbos são descritos como EVENT, apresentando a seguinte representação semântica:



A maior parte desses verbos apresenta em sua estrutura semântica a categoria GO, com o traço <-controle>, como é o caso, por exemplo, de

Todos os verbos desse tipo apresentaram-se com estrutura de dois lugares nos dados de N. e T., predominando, como já apontado anteriormente, os argumentos externos não preenchidos e os internos preenchidos foneticamente. Alguns exemplos desses verbos nos dados dessas crianças são: *carregar, puxar, empurrar, colocar, tirar, levar, trazer*, etc., como mostrado em (8) e (9):

(8) a) (AE:?) *bola, tá puxandu* (T: 2;3.11)

b) *colóca perna* (pedindo para M.) (T: 2;2.00)

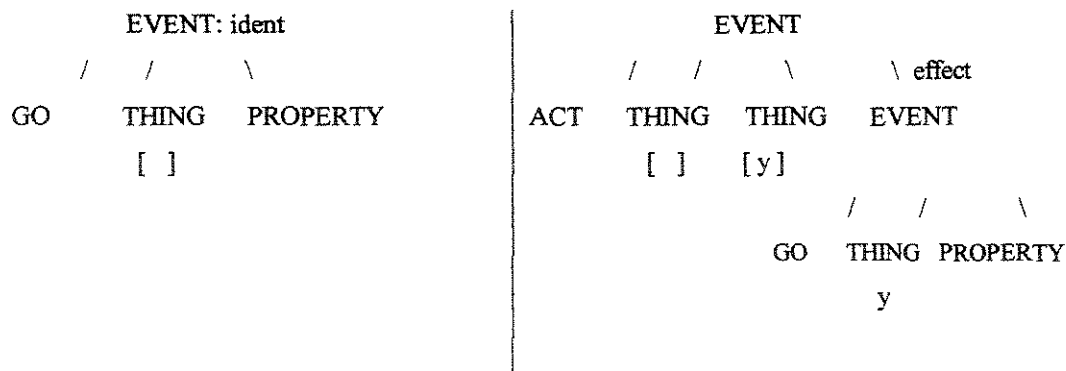
(9) a) (AE:?) *puxa u cabelu* (N: 2;1.13)

b) (vendo livro de histórias) *'purrano carroça* (N:2;5.03)

c) (AE:?) *tirô u sapatu* (N:2;5.03)

d) *vamu trazê binquedu?* (N: 2;1.13)

O terceiro tipo de verbo que predomina nos dados de N. e T. são os de mudança de estado físico. Tais verbos podem ocorrer numa versão intransitiva, com os traços <+dinâmico> e <-controle>, ou numa versão causativa-transitiva, em que se fazem presentes os traços <+dinâmico> e <+controle>, apresentando, respectivamente, as seguintes representações, de acordo com Pinker (*op. cit.*):



Nos dados de N. e T. encontram-se os seguintes verbos de mudança de estado físico: *abrir, fechar, ligar, acender, apagar, quebrar, rasgar, esparramar, estragar, desmanchar, molhar*, entre outros. Predominam, nos dados das duas crianças, ocorrências desse tipo de verbo com estrutura intransitiva, em que a mudança de estado é causada por um agente externo não identificável, como se pode observar em alguns exemplos listados em (10) e (11):

(10) a) *foia quebô* (T: 2;3.04)

b) *istagô u carru, mãe* (T. 2;7.23)

(11) a) *essi* (brinquedo) *abiu* (N: 2;2;08)

b) (a luz) *pagô* (N: 2;1.13)

c) (a luz) *ceudeu* (N: 2;1.13)

d) *quebô* (N: 2;2.08)

e) N.: (a revista) *rasgô* (2;5.03)

Assim, vê-se que, do ponto de vista semântico, o que predomina nos dados dessas crianças são formas verbais que remetem a eventos (descrevendo o observável, no aqui-agora) com o traço <+dinâmico>, sendo que as mais recorrentes quantitativamente são as formas com o traço <-controle>.

Nos dados de N., observa-se, ainda, um grande número de ocorrências de alguns verbos que remetem a estados, com o traço <-dinâmico>, especialmente em contextos de leitura de livros de história infantil, a saber, *ter* (existencial, bastante usado quando N. aponta personagens ou objetos no livrinho), *chamar* (usado para nomear personagens do livro ou brinquedos) e *ver*. Os demais verbos presentes nos *corpora*, em número significativamente mais reduzido, são os verbos de dizer (*falar, contar*), o de posse (*ter*), o de

transferência de posse (*dar*), e apenas dois verbos epistêmicos, mais tardios (*saber, conhecer*).

Neste momento, pode-se colocar em discussão a adequação explicativa do modelo apresentado por Pinker. É importante ressaltar que o ponto fundamental da teoria do autor é a hipótese de que as estruturas argumentais são projeções das estruturas léxico-semânticas via aplicação das chamadas “regras de ligação”. Para ele, cada estrutura argumental está associada a um ou mais núcleos temáticos, que seriam esquematizações de tipos de eventos ou relações que se encontram no centro dos significados de uma classe de verbos possíveis. O mecanismo que cria uma estrutura argumental associada a um determinado núcleo temático, segundo o autor, são as “regras de ligação”, inatas e quase (*sic*) universais⁶. Assim, nessa perspectiva, a estrutura semântica de um verbo é mapeada em estrutura argumental (sintática) graças às regras de ligação.

Para o autor, não é possível explicar a aquisição de estrutura argumental recorrendo-se a representações sintáticas por serem estas abstratas, “*sem cor, sem odor e sem gosto*” (Pinker, 1989:32). A partir disso, procura desenvolver um modelo que, segundo ele, seja “menos abstrato”, tomando como ponto de partida a representação semântica dos verbos, que para ele teria que ser mais “concreta” e, portanto, mais acessível para a criança.

Aqui se mostra um ponto crítico na teoria deste autor: embora muitas vezes afirme que considera o sistema semântico bastante distinto do sistema conceitual, acaba criando a ilusão de uma representação semântica “concreta” demais. Ao procurar tratar a semântica como independente, mais primitivo e “menos abstrato” que a sintaxe, o autor acaba fazendo a contragosto uma aproximação indesejável, em suas próprias palavras, entre o semântico e o conceitual.

⁶ De acordo com Pinker, as regras de ligação são “quase universais” pelo fato das línguas ergativas apresentarem-se como exceções.

As mesmas considerações apresentadas no capítulo II a respeito do trabalho de Levin & Hovav (1995) podem também ser apontadas para o que defende Pinker. Como já salientado, no âmbito do modelo de Princípios e Parâmetros, Chomsky (1981) estipula o Critério Temático, segundo o qual as informações temáticas especificadas lexicalmente terão que receber uma manifestação na estrutura frasal que seja não ambígua. Assim, para cada papel- θ , corresponde um e um só constituinte na frase, havendo uma relação sistemática entre categorias semânticas e categorias sintáticas. Se essa relação sistemática já existe, como é possível, no caso da estrutura argumental dos verbos, separar um componente semântico do sintático, tal como proposto no modelo de Pinker?

Além disso, assumindo que as estruturas sintáticas são a representação das propriedades de seleção semântica e de subcategorização dos núcleos do léxico, ou seja, são o reflexo integral das propriedades temáticas (de seleção externa e interna) dos itens lexicais, qual seria a necessidade de *regras de ligação* que mapeiem estrutura semântica em estrutura sintática, como postula Pinker? Novamente, parece-me que a abordagem de Hale & Keyser (1993) sobre as relações entre os itens lexicais e as estruturas sintáticas – já apresentada no capítulo II – parece ser mais adequada.

Outro ponto a ser questionado no trabalho de Pinker (op. cit.) é o fato das regras de ligação serem, nas próprias palavras do autor, inatas e “quase” universais, o que é problemático. Além disso, se existem casos em que as regras de ligação são violadas – o que ocorre nas línguas ergativas, como aponta o autor – como sustentar que as mesmas são inatas?

Voltando, agora, às considerações preliminares aqui feitas a respeito dos primeiros verbos presentes nos dados das crianças aqui analisadas – N. e T. – as mesmas suscitam algumas questões: Qual é a natureza dos primeiros verbos na estrutura da gramática da criança? Qual a relação entre aspectos

sintáticos e semânticos nas gramáticas iniciais? Como explicar a grande quantidade de verbos inacusativos nos dados das crianças aqui analisadas e o padrão de predicação específico com este tipo de verbo (a saber, a ordem VS nos dados das duas crianças) nesta fase inicial?

Como já foi salientado anteriormente, estas questões colocam-se como extremamente relevantes, e foram estas inquietações que me impulsionaram a investigar mais de perto o fenômeno da inacusatividade na aquisição da linguagem.

As seções seguintes deste capítulo são dedicadas à análise da inacusatividade de forma mais específica, focalizando não somente os dados das crianças aqui já referidas (N. e T.), como também dados de outras crianças, aqui trazidos a título de comparação.

IV.2. Inacusativos e inergativos

A análise dos dados de Natália, entre os 2;0 e 4;0 de idade, bem como dos de Tiago - dos 2;0 aos 3;0 - adquirindo o PB como língua materna revela que os verbos inacusativos estão entre os primeiros verbos dessas crianças⁷. Observa-se também, nesses dados, que os únicos casos de ordem VS correspondem às construções com verbos inacusativos. A partir de tais observações, algumas questões podem ser colocadas. Em primeiro lugar poder-se-ia perguntar (como já diversas vezes enfatizado): por que os verbos inacusativos estão entre os primeiros na fala da criança? Além disso, poder-se-ia dizer que na gramática inicial dessas crianças, diferentemente do que postulam alguns autores (Borer e Wexler, 1987), já se encontra “disponível” a distinção entre verbos inergativos e inacusativos? Que contribuição os dados aqui analisados poderiam trazer para o debate entre hipóteses continuístas X não-continuístas da aquisição da linguagem? Quais contribuições os dados de aquisição do PB trazem para o debate entre as diferentes abordagens do fenômeno da inacusatividade?

Como já apontado no capítulo II, muitas vezes a tarefa de distinção entre verbos inacusativos e inergativos não é fácil, visto que, o argumento único dos primeiros pode comportar-se como sujeito da frase, assim como o argumento único dos inergativos. Por outro lado, a distinção inacusativos X inergativos muitas vezes implica comportamentos sintáticos e semânticos distintos por parte desses verbos, como, por exemplo, no que diz respeito à ordem dos constituintes na estrutura da frase. Assim, embora essa distinção não seja marcada morfologicamente em Português, é uma distinção importante.

Tais aspectos com relação aos verbos inacusativos mostram-se particularmente interessantes no que tange ao processo de aquisição da

⁷ Como será apontado posteriormente, dados de outras crianças adquirindo o Português (Débora, 1;4 - 1;9; e Anamaria, 2;8 - 5;0; *apud* Figueira, 1985), também confirmam tal fato.

linguagem pela criança. Qual o nível de acessibilidade dos verbos inacusativos para a criança? Para alguns autores, como, por exemplo, Borer e Wexler (1987), a distinção entre esses dois tipos de verbos não está disponível na gramática inicial da criança. Para esses autores, as crianças, inicialmente, não são capazes de registrar a possibilidade de que um intransitivo possa ter um objeto na estrutura subjacente visto que ainda não apresentam o dispositivo que ligaria sujeitos finais ao traço do objeto na estrutura-D. Segundo os autores, somente após uma maturação neurológica, quando é instaurado tal dispositivo, é que as crianças poderiam diferenciar verbos inacusativos de inergativos.

Buscando investigar a aquisição dos verbos inacusativos - norteadas pelas questões anteriormente levantadas - pareceu-me importante analisar os enunciados com verbos monoargumentais nos dados das crianças sujeito. Nessa análise, foram considerados os seguintes aspectos:

- a) a frequência de ocorrência de verbos inacusativos e inergativos;
- b) a ordem dos constituintes nesses enunciados;
- c) a realização do NP argumento-único desses verbos.

A observação dos dados das crianças aqui investigadas levou-me, ainda, a considerar como elementos igualmente relevantes na investigação da inacusatividade no processo de aquisição da linguagem:

- d) a relação entre inacusatividade e aspecto;
- e) a noção de parâmetro na teoria gerativa.

As seções subseqüentes deste capítulo serão dedicadas à exploração de cada um desses elementos acima elencados.

IV.2. 1. Frequência de ocorrência de verbos inacusativos e inergativos

Começamos por analisar os enunciados com verbos nos dados de T., no período compreendido entre 2;0 e 2;6⁸. Como já apontado anteriormente, na seção IV.1, predominam, nos dados dessa criança, as estruturas monoargumentais (83%, em oposição aos 17% de construções com verbos de dois lugares), e, do total de verbos de um lugar nos dados de T., 72% são verbos inacusativos e apenas 28% inergativos.

Para diferenciar os verbos inacusativos dos inergativos nos dados de T. – bem como nos de N., posteriormente apresentados – utilizei-me daqueles critérios apresentados no capítulo III para a caracterização dos verbos inacusativos, a saber:

- a) apresentam apenas um argumento que é interno ao VP;
- b) apresentam o contexto mais favorável à ordem VS;
- c) descrevem um evento em que o mais saliente é o *efeito resultante*, ou o *resultado do processo* - uma **mudança** (de estado ou lugar), sem que haja a indicação do agente ou causa da mudança.

Tomando por base, então, esses critérios, pude verificar que os seguintes verbos inacusativos encontram-se abundantemente presentes entre os primeiros verbos de T. no período em questão: *chegar, cair, abrir, fechar, ligar, acender, apagar, quebrar, rasgar, esparramar, desmanchar, molhar*.

O mesmo se verifica nos dados de outra criança, Débora (D.), analisada por mim entre 1;4 e 1;9 de idade: quase 80% dos primeiros verbos enunciados por essa criança equivalem aos inacusativos *cair, fechar, abrir, apagar,*

⁸ Como já ressaltado anteriormente, em IV.1, nesta primeira etapa, em que todos os enunciados com verbos são analisados, limitei-me ao período entre 2;0 e 2;6 de idade.

acender, quebrar, acabar, etc. O *corpus* de D. apresenta-se como um *corpus* adicional que contribui para reforçar e confirmar o que se verifica nos dados de T. Ressalte-se que os mesmos critérios apresentados no capítulo III para caracterização dos verbos inacusativos foram também utilizados na análise dos dados dessa menina.

Tomando-se por base, num primeiro momento, os dados de T.⁹, pode-se afirmar que os verbos inacusativos revelam-se de grande importância entre os primeiros da criança, fazendo-se fortemente marcantes e presentes. Uma possível explicação para tal fato poderia ser elaborada recorrendo-se às noções semânticas dos verbos em questão: como ressaltado, trata-se de verbos que descrevem eventos que resultam em uma mudança de estado ou de lugar, perceptualmente bastante salientes para a criança, e fortemente presentes na interação com o adulto.

Por outro lado, levando-se em conta os dados de N. (uma menina de desenvolvimento lingüístico bastante rápido), também no período entre 2;0 e 2;6, verifica-se que, com relação aos verbos monoargumentais¹⁰, diferentemente do que se verifica nos dados de T., apenas 25% dos verbos enunciados por N. nesse período são verbos inacusativos, em oposição a 75% de inergativos.

Tais resultados, a meu ver, parecem não impedir que se conclua que os verbos inacusativos configuram-se como alguns dos mais “importantes” verbos entre os primeiros produzidos pela criança. Há de se ressaltar que N., aos 2;0 de idade, já apresenta um “repertório lingüístico” bem mais amplo que o de T. na mesma faixa etária, podendo estar, portanto, num momento de desenvolvimento posterior ao do menino. Isso me leva a supor que a análise de fases do desenvolvimento lingüístico de N. anteriores ao referido período poderia revelar um número maior de verbos inacusativos produzidos por essa

⁹ Bem como os dados de D. (1;4-1;9).

¹⁰ Tais verbos correspondem a 44.5% do total de verbos enunciados por N. neste período.

criança. Infelizmente, tais dados não se fazem disponíveis, e minhas considerações com relação ao *status* que se deve atribuir aos verbos inacusativos nas fases iniciais de aquisição da linguagem baseiam-se na significativa porcentagem de ocorrência desses verbos nos dados de T.¹¹ É importante repetir aqui que T. é uma criança com estilo e ritmo extremamente diferentes dos de N.¹², que se mostra mais rápida e precoce que o menino.

Se minhas considerações colocadas anteriormente estiverem corretas, parece ser possível afirmar que a diferença entre N. e T. no que diz respeito à sua produção inicial de verbos coloca-se apenas em termos de ritmo, ou de tempo gasto em cada momento do processo, mas não em termos do percurso seguido por essas crianças na aquisição. De fato, como se verá nas seções seguintes, não existem diferenças qualitativas nos dados dessas duas crianças. Tal fato, aliado à ausência total de construções agramaticais envolvendo a totalidade dos verbos presentes nos dados de ambos os sujeitos, contribui no sentido de que a teoria inatista da aquisição da linguagem seja fortalecida.

Outro aspecto também investigado na análise dos enunciados com verbos monoargumentais nos dados das crianças-sujeito foi a **ordem** dos constituintes nessas sentenças. Tal análise é apresentada na seção a seguir.

¹¹ Fato este que é reforçado pela análise que fiz dos dados de D., entre 1;4 e 1;9 de idade.

¹² Observe-se que este mesmo aspecto foi apontado por Scarpa (1984) a respeito dos dados de T. com relação à fala de outra criança (R., cujo ritmo e estilo muito se assemelham aos de N.).

IV.2.2. Ordem dos constituintes nos enunciados com verbos monoargumentais

No que diz respeito à ordem dos constituintes nos enunciados com verbos monoargumentais, tanto inacusativos quanto inergativos, foram analisados todos os enunciados desse tipo nos dados de N. (dos 2;0 aos 4;0), bem como nos dados de T. (dos 2;0 aos 3;0). Os dados de outras crianças serão eventualmente aqui trazidos a título de comparação.

Foram considerados, na análise, apenas os enunciados em que o NP aparece preenchido foneticamente, desconsiderando-se, por motivos óbvios, os casos em que o mesmo não se encontra preenchido, só podendo ser recuperável a partir do contexto lingüístico ou extra lingüístico. Também ficaram fora da análise os enunciados-eco, que correspondiam a retomadas de enunciados do adulto.

Começamos por analisar os dados de N. Com relação aos enunciados com verbos inergativos¹³, o que se observa nos dados dessa criança é que todas as ocorrências correspondem a estruturas do tipo NP V, ou seja, com NP em posição pré-verbal. Abaixo estão listados alguns exemplos:

- (12) *a. a beéquinha (bonequinha) anda. (N.: 2;1.13)*
b. eli tá andamu pá táis (N.: 3;3.23)
c. u pocu tá duminu na caminha deli. (N.: 2;3.16)
d. e daí, cê tava durmindu? (N.: 3;9.1)
e. essi tá chorandu (N.: 2;7.2)
f. eu corri lá nu quintal (N.: 2;8.19)
h. sacaré tá nanandu (N.: 2;5.13)

i. eli mórdi (N.: 2;7.16)

j. eu vuava. (N.: 3;4.3)

Por outro lado, no que diz respeito às estruturas com verbos inacusativos, a maioria das ocorrências desse tipo nos dados de N. (cerca de 70%) apresenta a ordem V NP, com o argumento único do verbo em sua posição canônica, pós-verbal. Vejam-se alguns exemplos:

(13) *a. acabô u gais dela. (N.: 2;6.25)*

b. po que será caiu banquinho desti? (N.: 2;6.26)

c. caiu a caderona! (N.: 2;7.2)

d. caiu o retratu.

caiu u retratu seu. (N.: 2;8.3)

e. caiu u relógiu. (N.: 3;4.3)

f. ah, quebô essi aqui! (N.: 2;7.19)

g. quebô u cavalu. (N.: 3;3.23)

h. olha, quebô u baçu deli. (N.: 3;5.19)

i. quebô u cavalinhu (N.: 3;9.1)

j. ah, dismanchô tudu a casinha minha. (N.: 2;11.26)

k. tá duendu a minha jeção (N.: 3;4.6)

l. será qui, qui num sai us pintura? (N.: 3;1.23)

É interessante ressaltar que se encontram, nos dados de N., algumas ocorrências da ordem NP V com verbos inacusativos, que correspondem, em geral, a estruturas em que não se tem um NP realizado por um nome, mas sim um *pronome*. Voltarei a este aspecto - a realização do NP argumento-único dos verbos inacusativos – na próxima seção deste trabalho (IV.2.3).

¹³ Nos dados de N., os seguintes verbos inergativos mostram-se fartamente presentes: *andar, acordar, cantar, chorar, correr, dançar, desenhar, deitar, dormir, falar, ficar, enxergar, morder, passear,*

Por ora, vejamos alguns exemplos de ocorrências pronominais com verbos inacusativos na ordem NP V nos dados de N.:

- (14) *a. eu caí nu chão* (N. 2;8.4)
b. essi abiu. (N.: 2;2.8)
c. eu morru tambeim. (N.: 3;1.23)
d. eli morreu. (N.: 2;5.13)

Do total de enunciados com NP's realizados por um nome, 76% correspondem a estruturas com sujeito em posição pós-verbal. Os 24% de casos de ordem NP V com verbos inacusativos nos dados dessa criança equivalem maioritariamente a estruturas com orações encaixadas. Listam-se, a seguir, alguns exemplos:

- (15) *a. pu que será qui o otu bincu quebô?* (N.: 2;7.19)
b. quando u papai chegá
eu vô falá pá eli qui,
qui u papai vai dexá você i na casona deli. (N.: 3;3.23)
c. eu achu qui u papai chegô (N.: 3;3;.23)

Como se vê, tais dados revelam que N. parece tratar diferentemente NP's argumentos de verbos inacusativos e de inergativos, apresentando-os preferencialmente em posição pós-verbal no caso dos verbos do primeiro tipo e exclusivamente em posição pré-verbal no caso dos do segundo tipo. Assim, tem-se que o argumento interno dos verbos inacusativos é mantido, na maioria das vezes, em sua posição canônica, sem que haja movimento. O exemplo a

seguir, em que se vêem um verbo inacusativo e um inergativo sequencialmente, em uma mesma ocorrência, ilustra bem o que se disse:

(16) *cavalu num anda!*

quebô u cavalu! (N.: 3;3.23)

Os dados de T., no período de 2;0 aos 3;0, também refletem o mesmo fenômeno, como ilustram os exemplos abaixo. Em (17), listam-se alguns exemplos de estruturas com verbos inergativos. A seguir, em (18), com verbos inacusativos:

(17) a. *ela fuma (T. 2;1.07)*

b. *u gatu subiu (T. 2;3.04)*

c. *u grande tá nadando, mãe. (T. 2;10.18)*

d. *a Berenice pintô também (T. 2;9.26)*

e. *o homi vai sentá nesse banco (T. 3;0.15)*

Observe-se que, semelhantemente ao que foi apontado para N., todas as ocorrências de enunciados com verbos inergativos nos dados de T. correspondem a estruturas do tipo NP V, ou seja, com NP pré verbal.

O mesmo já não se verifica com relação aos verbos inacusativos, que aparecem quase que exclusivamente em estruturas com argumento pós-verbal também nos dados do menino. Abaixo, listam-se alguns exemplos:

(18) a. *egô cainhu. (T.2;0.18)*

b. *chegô Maliana. (T. 2;3.11)*

c. *chegô u dois (T. 2;4.11)*

d. *cabô cacholu. (T. 2;3.11)*

e. *cabô caminhão, pai (T. 3;0.15)*

- g. caiu passainhu. (T. 2;2.27)*
- h. caiu u carru (T. 2;7.23)*
- i. caiu u carru (T.2;8.29)*
- j. caiu tudo (T. 2;2.27)*
- l. caiu a roda*
 - puque ela caiu. (T. 3;0.15)*
- m. caiu u ganchu (T. 3;0.15)*
- n. istagô u carru, mãe (T. 2;7.23)*
- o. saiu u carru du bomberu (T. 2;10.18)*
- p. saiu roda. (T. 3;0.08)*
- q. esse derrubô*
 - derrubô oto binquedu . (T. 3;0.08)*

É importante ressaltar que, assim como verificado nos dados de N., as poucas ocorrências da ordem NP V com verbos inacusativos nos dados de T. também correspondem à estrutura em que se verifica um pronome e não um NP realizado por um nome.:

- (18) *l. caiu a roda*
 - puque ela caiu. (T. 3;0.15)*
 - q. esse derrubô (T. 3;0.08)*

Os dados de N. e T. podem ser comparados aos de D¹⁴., no período de 1;4 a 1;9, cujas ocorrências de estruturas com verbos inacusativos apresentam todas a ordem V NP. Em (19) , a seguir, listam-se alguns exemplos:

- (19) *a. caiu nenê (D. 1;4.12)*
b. caiu au au (D. 1;5.20)
b. cendeu luiz (D. 1;5.20)
c. abiu porta (D. 1;6.04)
d. fechô porta (D. 1;6.04)
e. pagô luiz (D. 1;6.25)

Os dados de N., T. e D., no que diz respeito à ordem dos NP's argumentos de verbos inacusativos e de inergativos podem ser comparados, ainda, aos de A., sujeito do estudo de Figueira (1985), que analisa a aquisição da classe dos verbos causativos no período compreendido entre 2;8 e 5 anos de idade. Embora os inacusativos não sejam o alvo de análise dessa autora, a mesma tece algumas considerações a respeito de alguns dos verbos pertencentes a essa classe verbal. Para o que nos interessa aqui, é interessante salientar as observações da autora em relação aos verbos inacusativos que admitem a alternância com os causativos (embora a autora não se utilize de tal terminologia): nas estruturas com verbos desse tipo, a ordem mais comumente encontrada nos dados de A. é, segundo a autora, a ordem V NP.

Para uma quantificação mais detalhada dessa estrutura nos dados de A., pode-se recorrer ao trabalho de Whitaker-Franchi (1989), que faz uso dos mesmos dados analisados por Figueira, e centra-se mais especificamente nas ocorrências de estruturas inacusativas com argumento preenchido. A autora aponta que 86% das ocorrências de enunciados com verbos inacusativos nos dados dessa criança correspondem a estruturas com o NP em posição pós-verbal, sendo que o mesmo é realizado por um nome. As poucas ocorrências

¹⁴ Sujeito adicional, como já explicitado na seção 1.2 deste trabalho.

com NP pré-verbal equivalem a construções com tópico ou com pronomes¹⁵ e, nesse sentido, os dados de A. também assemelham-se aos de N., T. e D.

Figueira (*op. cit.*), considera que a predominância da ordem V NP reflete uma tendência da criança em preservar a ordem S V O, quando no evento a ser expresso não existe agente, mas apenas alteração de estado ou lugar de um objeto ou entidade. Haveria, então, uma certa resistência, por parte da criança, em colocar na posição de sujeito um constituinte que não se refere ao agente:

“O sintagma que expressa o objeto afetado não passa para a posição anterior ao verbo, ficando posposto. Pareceria assim que a posição anterior ao verbo é reservada para o papel semântico de agente. Quando este não existe, a tendência é deixar a sua posição vazia.”

Figueira (*op. cit.*: 171).

Observe-se que a autora oferece, portanto, uma explicação semântica para o fenômeno em questão.

Alguns exemplos (apontados por Figueira) de enunciados com verbos inacusativos com NP em posição pós-verbal nos dados de A. são listados abaixo:

- (20) a. *ah... Desdobrou meu shortinho!* (A.: 3;1)
 b. *Chegou uma menininha.* (A.: 3;1.14)
 c. *Encheu a caixa.* (A.: 3;2.1)
 d. *Quebrou todo esse aqui.* (A.: 3;3.27)
 f. *Arrancou o dique (=giz)* (A.: 3;3.27)

¹⁵ Ressalte-se que, segundo a autora, NP's realizados por nomes sempre comportam-se diferentemente daqueles realizados por pronomes.

- g. *Já rasgou a meia.* (A.: 3;6.16)
- h. *Queimou meu dedo!* (A.: 4;1.7)
- i. *Tem verdade que não manchou a calça?* (A.: 4;6.20)
- j. *Cortou isso aqui?* (4;7.22)
- k. *Quebrou a ponta.* (A.: 4;10.8)

Figueira (*op. cit.*, *passim*)

A essa altura, retoma-se a questão: por que a criança sistematicamente mantém o argumento interno dos verbos inacusativos *in situ*?

A explicação para o fato da criança manter o argumento dos verbos inacusativos internamente ao VP parece ser tanto de ordem sintática, quanto semântico. Em primeiro lugar, destaquemos a *natureza sintática* do verbo em questão. Como já ressaltado na seção III.2 deste trabalho, uma das propriedades fundamentais dos verbos inacusativos é o fato dos mesmos apresentarem apenas um argumento que é interno ao VP. Ora, ao manter esse argumento em sua posição canônica - internamente ao VP - a criança estaria simplesmente evitando o movimento de alçar o NP para a posição de especificador de VP.

Destaquemos, ainda, outra característica também apontada anteriormente, em III.2, com relação a dados do PB adulto: os verbos inacusativos apresentam o contexto mais favorável à ordem V NP. Tal propriedade desses verbos mostra-se igualmente relevante na análise dos dados das nossas crianças-sujeito.

Ainda no âmbito de uma *explicação sintática* para a ordem V NP predominante nos enunciados com verbos inacusativos das crianças-sujeito, uma possível explicação advém da hipótese de Lopes (1999), no âmbito do Programa Minimalista, de que a relação básica pela qual a criança se guia em seu processo de aquisição da linguagem é a relação de c-comando. Em outras

palavras, a criança se vale de unidades de comando em seu processo de aquisição.

Tal hipótese toma por base a proposta de Uriagereka¹⁶ sobre os Múltiplos *Spell-outs*. Segundo esse autor, sempre que houver apenas uma unidade de comando, somente uma aplicação de *Spell-out* deve ser feita. Quando se tem mais de uma unidade de comando, mais aplicações devem ser feitas, desde que apenas o número suficiente de vezes para que a derivação venha a convergir. Tal comportamento do sistema seria guiado, então, novamente por princípios de economia.

Nessa visão, Lopes (*op. cit.*) ressalta que os NPs complementos encontram-se sempre na mesma unidade de comando do verbo que os domina, podendo haver, nesses casos, uma única aplicação de *Spell-out*. Por outro lado, os *sujeitos*, por serem especificadores da estrutura, formam uma unidade de comando distinta, forçando aplicações múltiplas de *Spell-out*. Assim, ao manter o argumento interno dos verbos inacusativos *in situ*, a criança estaria fazendo uso de uma estrutura resultante de uma única aplicação de *Spell-out* obedecendo aos princípios de economia do sistema computacional.

As ocorrências de enunciados apresentando a ordem NP V com verbos inacusativos nos dados das crianças-sujeito, em que normalmente se tem um NP realizado por um *pronome*, podem ser também explicadas recorrendo-se a essa mesma proposta. Voltarei à hipótese dessa autora na seção IV.3, a seguir.

Em segundo lugar, ressaltamos a *natureza semântica* dos verbos inacusativos. Como também visto na seção III.2 deste trabalho, uma outra propriedade fundamental desses verbos é o fato dos mesmos descreverem um evento que resulta em uma **mudança** de estado ou lugar, sem que haja a indicação do agente ou causa da mudança, selecionando, assim, um argumento único com papel temático de *tema* e não de *agente*.

¹⁶ In: S. Epstein & N. Hornstein (eds). *Working Minimalism*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

É interessante, a essa altura, trazer aqui o resultado da análise de dados do PB adulto, feita por Kato et. al. (1996). Esses autores salientam que existe um traço comum a todos os casos de V NP: o fato de o NP expressar o papel temático de tema. Em outras palavras, tal estudo revela que os NP's que ocorrem em posição pós-verbal são sempre tema. Assim, de todos os papéis temáticos encontrados nos dados analisados no referido estudo, os autores ressaltam que **tema** é, sem dúvida, o que licencia a ordem V NP.

Tais resultados são compatíveis com o que se observa nos dados das crianças aqui analisadas, uma vez que, nos enunciados com verbos inacusativos – cujo argumento único caracteriza-se por apresentar papel temático de tema – a ordem V NP é a que predomina. Por outro lado, nos enunciados com verbos inergativos, em que se tem um argumento predominantemente agente, a ordem observada é NP V.

Uma explicação possível para o fenômeno é a explicação semântica dada por Figueira (*op. cit.*) de que a posição anterior ao verbo, nos dados de crianças adquirindo o português como língua materna, parece ser reservada para o papel semântico de agente e não de tema. Isso é algo que se comprova nos dados das crianças aqui analisadas.

Por outro lado, o estudo de Kato et. al. (1996) do PB adulto mostra ainda que mesmo com sujeito com papel temático de tema, a ordem NP V é também muito freqüente. Que princípio poderia estar subjacente à escolha entre uma e outra ordem?

Para os autores, faz-se necessário ir além do limite da frase e analisar o contexto discursivo/textual em que aparece a ordem V NP, a partir da oposição feita por Nascimento (1984) entre *frase predicativa* e *frase apresentativa* no que diz respeito a estruturas monoargumentais.

De acordo com Nascimento (*op. cit.*), o NP pré-verbal, nas frases predicativas, é tópico da sentença. Já o NP pós-verbal (nas frases ditas

apresentativas) sempre considerando-se contextos monoargumentais, está no escopo do verbo.

Partindo de tal distinção, Kato et. al. (1996) argumentam que a estrutura V NP é utilizada pelo adulto para introduzir um referente no discurso, sendo que a idéia de introdução não se limita a referentes completamente novos. Esses autores ressaltam que:

a ordem VS constitui uma estratégia de introdução de referente no discurso. Introdução supõe novidade. O que os dados revelam é que essa novidade não deve ser compreendida em termos absolutos. Uma informação nova é toda informação que acrescenta algo 'aquilo que já se conhece. Esse algo a mais não precisa ser necessariamente todo um referente, mas algum traço associado a um referente já conhecido – seja seu novo status no discurso, seja uma nova relação com os demais referentes. Um termo hoje outorgado a esse tipo de constituinte é o de foco não-marcado.”

Kato et. al. (1996:242)

Nos dados das crianças-sujeito, o que se observa com relação às ocorrências de estruturas com verbos inacusativos é exatamente o descrito acima para os dados do PB adulto: tais estruturas se fazem presentes em contextos de introdução de novos traços associados a referentes já conhecidos, particularmente traços resultantes de uma mudança de estado ou de lugar (aparecimento/desaparecimento) sofridos pelo referente.

Em outras palavras, as crianças aqui analisadas utilizam verbos inacusativos em frases apresentativas, sendo que o NP pós-verbal mostra-se como um argumento que corresponde ao referente que sofre ou uma mudança de estado descrita pelo verbo (cf. exemplos novamente listados em 21, a seguir) ou, ainda, uma mudança de lugar (sendo o aparecimento do referente asseverado ou negado, cf. exemplos em 22):

- (21) *f. caiu passainhu. (T. 2;2.27)*
g. caiu tudo (T. 2;2.27)
c. caiu a caderona! (N.: 2;7.2)
d. caiu o retratu.
 caiu u retratu seu. (N.: 2;8.3)
e. caiu u relógiu. (N.: 3;4.3)
f. ah, quebô essi aqui! (N.: 2;7.19)
g. quebô u cavalu. (N.: 3;3.23)
h. olha, quebô u baçu deli. (N.: 3;5.19)
i. quebô u cavalinhu (N.: 3;9.1)
j. ah, dismanchô tudu a casinha minha. (N.: 2;11.26)

- (22) *a. egô cainhu. (T.2;0.18)*
b. chegô Maliana. (T. 2;3.11)
c. chegô u dois (T. 2;4.11)
e. cabô cacholu. (T. 2;3.11)

Esta explicação é compatível com a análise dos verbos inacusativos proposta por Levin & Hovav (1995), já apresentada no Capítulo II deste trabalho. A noção de “causação externa” associada à inacusatividade, como defendem as autoras, mostra-se relevante na análise dos dados das nossas crianças-sujeito, uma vez que os verbos inacusativos presentes nos dados descrevem eventualidades causadas externamente, implicando a existência de uma “causa externa” com controle imediato sobre a ocorrência da eventualidade, que faz com que novos traços – decorrentes de mudança de estado ou de lugar - sejam atribuídos ao referente.

De tudo o que se disse até aqui, vale ressaltar o fato de que a explicação adequada para a emergência da inacusatividade no processo de aquisição da

linguagem em crianças adquirindo o PB advém de uma abordagem que não se restrinja a traços sintáticos ou semânticos ou, ainda, a fatores pragmáticos, isoladamente.

Confirma-se, assim – e amplia-se, de certa forma - o que dissemos no final do capítulo II com relação à caracterização dos verbos inacusativos: para que esta seja abrangente, faz-se necessário uma abordagem do fenômeno que se coloque na interface sintaxe/semântica.. Da mesma forma, no que diz respeito à aquisição desses verbos, a adequada explicação do fenômeno carece de uma abordagem que leve em conta aspectos sintáticos e também semânticos (e mesmo fatores pragmáticos também se mostram relevantes).

Assim, o que afirmamos a respeito da adequação do trabalho de Levin & Hovav (1995) para a caracterização dessa classe verbal serve também para a análise da aquisição dos verbos inacusativos: a abordagem das autoras mostra-se relevante – embora não suficiente – para a análise dos nossos dados.

IV.2.3. A realização do NP argumento-único

A esta altura, é importante mostrar como a criança realiza foneticamente o argumento-único dos verbos inacusativos e inergativos, e qual a relação entre tal realização e a ordem dos constituintes nos enunciados com verbos monoargumentais. É importante ressaltar que a relevância – e mesmo a possibilidade – de tal análise foi primeiramente apontada por Lopes (1999), sendo que, em seu trabalho, essa autora utiliza-se de uma parcela dos dados por mim aqui apresentados¹⁷.

Antes disso, faz-se necessário introduzir, aqui, a distinção feita na teoria da gramática entre NP e DP. De acordo com Fukui e Speas (1986), a categoria D(eterminante) também projeta segundo os princípios da teoria X-barra, o que ficou conhecido como a *hipótese DP*. Assim, os NPs são vistos como Sintagmas Determinantes (DP's), projeções da categoria funcional D e não da categoria N, sendo NP um complemento de D.

Assumindo, aqui, tal hipótese, comecemos por analisar os enunciados com verbos inacusativos de duas crianças, a saber, N. e A.¹⁸, apresentando ordem V DP.

Nos dados dessas duas crianças, a grande maioria dos DP's argumentos dos verbos inacusativos em posição pós-verbal correspondem a **DP's plenos**¹⁹. Para melhor ilustrarmos o ponto aqui em questão, retomemos alguns exemplos já apontados na seção anterior:

¹⁷ Uma primeira versão de meu trabalho foi apresentada no II Congresso Nacional da ABRALIN, em 1999, na UFSC.

¹⁸ A., como já apontado em I.2, é a criança analisada por Figueira (1985).

¹⁹ A questão da marcação de Caso para esses DP's – questão essa bastante controversa, como já salientado na seção II.3.2 deste trabalho – não será aqui discutida. A esse respeito, cito Uriagereka (1997, *apud* Lopes, 1999:156): “We do predict, however, that when a single argument is at stake (unaccusative constructions), grammars should not ascribe much significance to what form of Case is employed”.

- a. *acabô u gais dela.* (N.: 2;6.25)
- b. *caiu a caderona!* (N.: 2;7.2)
- c. *caiu u relógiu.* (N.: 3;4.3)
- d. *quebô u cavalu.* (N.: 3;3.23)
- e. *ah, dismanchô tudu a casinha minha.* (N.: 2;11.26)
- f. *tá duendu a minha jeção* (N.: 3;4.6)
- g. *será qui, qui num sai us pintura?* (N.: 3;1.23)
- h. *ah... Desdobrou meu shortinho!* (A.: 3;1)
- i. *Chegou uma menininha.* (A.: 3;1.14)
- j. *Encheu a caixa.* (A.: 3;2.1)
- l. *Já rasgou a meia.* (A.: 3;6.16)
- m. *Queimou meu dedo!* (A.: 4;1.7)

Nos dados de N. e A., *singletons* (DP's constituídos apenas por um nome) e pronomes também estão presentes em posição pós-verbal com verbos inacusativos, embora sejam bem menos freqüentes:

- a. *ah, quebô essi aqui!* (N.: 2;7.19)
- b. *Quebrou todo esse aqui.* (A.: 3;3.27)

Por outro lado, nas ocorrências em que se encontra a ordem DP V com verbos inacusativos, focalizando-se, agora, apenas os dados de N., observa-se que, em geral, o DP é realizado como *pronome* ou *singleton* e não como um DP pleno. A título de ilustração, retomo, também, alguns dos dados de N. já anteriormente apresentados:

- a. *eu caí nu chão* (N. 2;8.4)

- b. *essi abiu.* (N.: 2;2.8)
- c. *eu morru tambeim.* (N.: 3;1.23)
- d. *eli morreu.* (N.: 2;5.13)

Quanto às ocorrências de enunciados com verbos inergativos, o mesmo fenômeno pode ser verificado nos dados de N.: o DP de tais estruturas, que sempre ocorre antes do verbo, é também normalmente realizado por essa criança como *pronome* ou *singleton*²⁰.

Observemos novamente alguns dados de N.:

- a. *eli tá andamu pá táis* (N.: 3;3.23)
- b. *e daí, cê tava durmindu?* (N.: 3;9.1)
- c. *essi tá chorandu* (N.: 2;7.2)
- d. *eu corri lá nu quintal* (N.: 2;8.19)
- e. *sacaré tá nanandu* (N.: 2;5.13)
- f. *eli mórdi* (N.: 2;7.16)
- g. *eu vuava.* (N.: 3;4.3)

Assim, vê-se uma regularidade importante nos dados da menina aqui analisados: **DP's plenos** são quase que exclusivamente realizados em posição **pós-verbal** - ou seja, como complementos do verbo - e não em posição de especificadores da estrutura.

São muito raros, nos dados de N., os DP's plenos em posição pré-verbal, sendo que as únicas ocorrências deste tipo só foram observadas em duas circunstâncias específicas: i) em enunciados com verbos inergativos ou ii) em enunciados com verbos inacusativos nos quais se faz presente uma

²⁰ Embora alguns poucos casos de DP's plenos em tal posição sejam também observados, como apontarei a seguir.

oração encaixada. Voltarei a esta questão posteriormente. Por ora, reapresento, aqui, alguns exemplos de tais ocorrências:

- a. *a beéquinha (bonequinha) anda.* (N.: 2;1.13)
- b. *u pocu tá duminu na caminha deli.* (N.: 2;3.16)
- c. *quando u papai chegá*
eu vô falá pá eli qui,
qui u papai vai dexá você i na casona deli. (N.: 3;3.23)
- d. *eu achu qui u papai chegô* (N.: 3;3;.23)

O fato de N. realizar **DP's plenos** quase que exclusivamente em posição **pós-verbal** poderia inicialmente ser explicado à luz da hipótese de Lopes (1999), no âmbito do Programa Minimalista. A autora defende que a relação básica pela qual a criança se guia em seu processo de aquisição da linguagem é a relação de c-comando, ou seja, relações locais. Esta seria já uma propriedade fundamental da Faculdade da Linguagem, além da marcação paramétrica.

Apoiando-se na proposta de Multiple *Spell-out* de Uriagereka²¹ e analisando dados de crianças através de unidades de comando, a autora argumenta que DP's plenos precisam ser engendrados paralelamente em função de seus especificadores, enquanto que *singletons* e pronomes não.

Comparando percentuais de preenchimento de sujeitos e objetos em diversos dados infantis, a autora analisa as realizações fonéticas desses argumentos e mostra que **há muito mais DP's plenos usados como complementos do que como sujeitos**. Sua explicação para este fato de aquisição é que os DP's complementos encontram-se sempre na mesma unidade de comando do verbo que os domina, podendo haver uma única aplicação de *Spell-out*. Os sujeitos, diferentemente, são especificadores da

estrutura e, assim, formam uma unidade de comando distinta, forçando aplicações múltiplas de *Spell-out*.

Para a autora, a possibilidade de ocorrência de pronomes e *singletons* em posições pré-verbais explica-se pelo fato desses serem itens lexicais isolados e, como tais, poderem ser engendrados diretamente na derivação, a partir de Seleção na Numeração, não havendo a necessidade de formar um marcador frasal paralelo. Assim, ficando na mesma unidade de comando, demandam apenas uma única aplicação de *Spell-out*.

Entretanto, ao nos depararmos com os dados do menino aqui analisado, T., verifica-se que os mesmos – até certo ponto – divergem dos anteriores neste sentido. Diferentemente do que seria esperado, nos dados de T. observam-se muitos DP's plenos em posição de especificador da estrutura, conforme ilustram os exemplos em (17), novamente aqui apontados, para facilitar a exposição. Mas é importante ressaltar que, em todos os casos, trata-se de verbos inergativos:

- (17) a. *u gatu subiu* (T. 2;3.04)
 b. *u grande tá nadando, mãe.* (T. 2;10.18)
 c. *a Berenice pintô também* (T. 2;9.26)
 d. *o homi vai sentá nesse banco* (T. 3;0.15)

Já com relação aos enunciados de T. com verbos inacusativos, como já anteriormente apontado, os poucos DP's pré-verbais que ocorrem são realizados, como esperado, por um *pronome* e não por um DP pleno (assim como verificado nos dados de N.):

- a.. *caiu a roda*
puque ela caiu. (T. 3;0.15)

²¹ In: S. Epstein & N. Hornstein (eds). *Working Minimalism*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

b. esse derrubô (T. 3;0.08)

Assim como observado nos dados de N. e A., o menino também apresenta *singletons* em posição pós-verbal com verbos inacusativos, embora estes não ocorram com tão pouca frequência quanto nos dados das meninas (algo em torno de 50 %). Reapresento, aqui, os dados já listados anteriormente em (18), que ilustram este aspecto:

- (18) *a. egô cainhu. (T.2;0.18)*
- b. chegô Maliana. (T. 2;3.11)*
- c. cabô cacholu. (T. 2;3.11)*
- d. cabô caminhão, pai (T. 3;0.15)*
- e. caiu passainhu. (T. 2;2.27)*
- f. caiu tudo (T. 2;2.27)*
- g. saiu roda. (T. 3;0.08)*

À primeira vista, os dados de T. parecem nos mostrar um quadro oposto ao previsto se assumirmos a hipótese de Lopes (op. cit.) como correta: o menino mostra-se menos parcimonioso onde se esperava que fosse mais - usando DP's plenos em posição de especificador da estrutura - e vice-versa: ao usar produtivamente *singletons* como complementos, mostra-se até mais parcimonioso do que o esperado.

Também no caso de N., como explicar as ocorrências (ainda que poucas) de DP's plenos em posição de especificador da estrutura? Por que N. e T. não se limitam – pelo menos nessa fase inicial do desenvolvimento – a derivações com um pronome ou um *singleton* em posição de especificador, sendo que as mesmas seriam mais econômicas? Ao fazerem uso de construções menos econômicas do ponto de vista da derivação estariam estas crianças violando o princípio da economia? Se sim, por que estariam optan do

pelo caminho menos econômico? Poderíamos assumir que haveria outros fatores também relevantes nesse processo?

No caso de N., como já salientado, as poucas ocorrências de DP's plenos pré-verbais só foram observadas em duas circunstâncias específicas: em enunciados com verbos inergativos ou em enunciados com verbos inacusativos nos quais se faz presente uma encaixada.

Quanto a este segundo tipo de estrutura, Lopes (*op. cit.*) apresenta um explicação bastante pertinente para o fato da criança alçar o argumento interno, mesmo sendo este um DP pleno: em estruturas que envolvem CP, outras unidades de comando são produzidas para acomodar ciclicamente a entrada de CP na derivação. Nesses casos, nas palavras da autora, a criança “compraria o pacote completo”: aproxima-se mais de LF, fazendo na sintaxe visível os movimentos de que vai necessitar para a interpretação da derivação nesse nível de representação.

Para os outros casos de realização de um DP pleno em posição de especificador, tanto nos dados de N. quanto nos de T., não se tratando de contextos com encaixadas, parece-me que a explicação possível advém da observação de uma regularidade importante em nossos dados. Tanto N. quanto T. produzem DP's plenos em posição de especificador da estrutura – posição em que uma derivação com um pronome ou um *singleton* seria mais econômica - somente quando se trata de construções envolvendo verbos inergativos. O mesmo não ocorre nas estruturas com inacusativos.

Tal regularidade me leva a considerar mais de perto algumas passagens do trabalho de Lopes (*op. cit.*) em que a autora afirma que:

“Crianças pequenas nem sempre – dada a mesma Numeração, para uma mesma derivação – escolhem o caminho mais econômico, podendo se aproximar mais de LF, portanto evidenciando movimentos que de outra feita seriam feitos no componente encoberto.

Lopes (*op. cit.*: 145)

E ainda:

“estamos admitindo que a criança privilegie as unidades de comando e, preferencialmente, uma única aplicação de Spell-out, quando isso não envolver determinados fenômenos de LF²².”

Lopes (*op. cit.*: 166)

É claro que os dados de que dispomos não nos permitem traçar uma explicação que dê conta de esclarecer adequadamente que fenômenos de LF seriam esses aqui envolvidos, a ponto de fazer com que nossas crianças – especialmente T. – não sigam sempre o caminho mais econômico, como esperado. Mas é evidente que esses dados evidenciam um forte correlação entre a produção menos econômica de DP's plenos em posição de especificador e a presença de verbos com traços semânticos específicos, a saber, os inergativos. Certamente, o fenômeno é complexo e não deve haver resposta simples para ele. No entanto, nossos dados ilustram que nem sempre a criança é guiada simplesmente pelos princípios de economia – como a própria Lopes (*op. cit.*) já sinalizava, sendo que determinados fenômenos de LF mostram-se, em alguns momentos, mais fortes.

Com relação aos dados do menino, outra consideração poderia ainda ser feita. Diferentemente do que afirma Lopes (*op. cit.*: p. 163), pelo menos com relação a estruturas com um tipo específico de verbo – os inergativos – os dados de T. mostram-se fortemente ‘influenciados’ pelo *input*. Como se sabe, DP's plenos são abundantes na posição de especificador de uma estrutura no PB adulto. T. mostra-se consideravelmente afetado por esta distribuição do constituinte na língua-alvo, parecendo, portanto, não privilegiar a derivação mais econômica com um único *Spell-out*. Certamente, muitas indagações poderiam ser formuladas a esta altura: uma delas estaria relacionada ao papel

da própria língua-alvo, que, neste caso, suplanta os próprios princípios de economia. Por que o mesmo não ocorre com N.? Infelizmente, nossos dados não são suficientes para equacionarmos uma resposta. Carecemos, ainda, de mais estudos para que as evidências a respeito do papel do *input* no processo de aquisição da linguagem pela criança sejam mais fortes e, conseqüentemente, mais esclarecedoras.

²² Grifos meus.

IV.3. Inacusatividade e Aspecto

Os dados das crianças aqui analisadas (N. e T.) permitem-nos, ainda, observar outra regularidade importante, que diz respeito ao tempo / aspecto verbal em que se encontram flexionados os verbos inacusativos. Em sua grande maioria, os **verbos inacusativos** aparecem flexionados no *pretérito perfeito*, como mostram alguns dos dados anteriormente apontados, aqui reproduzidos para maior facilidade de leitura, além de outros, só agora introduzidos por não apresentarem NP preenchido²³:

Dados de N: verbos inacusativos flexionados no *pretérito perfeito*:

- a. *pagô* (N.:2;1.13)
- b. *cendeu* (N.:2;1.13)
- c. *cabô* (N.:2;1.13)
- d. *cabô* (N.:2;2.01)
- e. *já cabô u fu* (N.:2;5.03)
- f. *abiu* (N.:2;2.01)
- g. *abiu u zóinhu* (N.:2;2.08)
- h. *quebô* (N.:2;2.18)
- i. *(para a revista rasgada) agô* (N.:2;5.03)
- j. *acabô u gais dela*. (N.: 2;6.25)
- l. *po que será caiu banquinho desti?* (N.: 2;6.26)
- m. *caiu a caderona!* (N.: 2;7.2)
- n. *caiu o retratu.*
 caiu u retratu seu. (N.: 2;8.3)
- e. *caiu u relógiu.* (N.: 3;4.3)
- f. *ah, quebô essi aqui!* (N.: 2;7.19)
- g. *quebô u cavalu.* (N.: 3;3.23)
- h. *olha, quebô u baçu deli.* (N.: 3;5.19)
- i. *quebô u cavalinhu* (N.: 3;9.1)
- j. *ah, dismanchô tudu a casinha minha.* (N.: 2;11.26)

²³ Como já ressaltado em IV.2.2., os enunciados de N. e T. sem argumento externo foneticamente preenchido obviamente não foram contemplados para a análise da ordem dos constituintes em tais estruturas.

Dados de T: verbos inacusativos flexionados no *pretérito perfeito*:

- a. *egô cainhu. (T.2;0.18)*
- b. *chegô Maliana. (T. 2;3.11)*
- c. *chegô u dois (T. 2;4.11)*
- d. *cabô cacholu. (T. 2;3.11)*
- e. *cabô caminhão, pai (T. 3;0.15)*
- f. *caiu passainhu. (T. 2;2.27)*
- g. *caiu u carru (T. 2;7.23)*
- h. *caiu u carru (T.2;8.29)*
- i. *caiu tudo (T. 2;2.27)*
- j. *caiu a roda*
puque ela caiu (T. 3;0.15)
- k. *caiu u ganchu (T. 3;0.15)*
- l. *istagô u carru, mãe (T. 2;7.23)*
- m. *saiu u carru du bomberu (T. 2;10.18)*
- n. *. saiu roda. (T. 3;0.08)*
- o. *esse derrubô*
derrubô oto binquedu . (T. 3;0.08)

Mas a flexão no perfeito não é privilégio dos verbos inacusativos. Saliente-se, aqui, que formas verbais flexionadas no pretérito perfeito não correspondem exclusivamente aos verbos inacusativos na fala dessas crianças. N. e T. flexionam também **inergativos**²⁴ no *pretérito perfeito*. Ressalte-se, entretanto, que essa forma flexional não é a mais produtiva para os verbos inergativos na fala dessas crianças, ocorrendo em número bem inferior às formas no *presente do indicativo* e no *progressivo*, como se verá adiante.

Nos quadros a seguir, em que novamente se retomam alguns dados já apresentados, acrescidos de outros, vemos alguns exemplos de inergativos flexionados no pretérito perfeito na fala de N. e T., respectivamente:

²⁴ Bem como verbos de 2 e 3 lugares.

Dados de N: verbos inergativos flexionados no *pretérito perfeito*:

- a. *ela vuô* (N.: 2;2.01)
- b. *eu corri lá nu quintal* (N.: 2;8.19)
- c. *ela durmiu ota veiz* (N.: 2;3.16)
- d. *eu vuava.* (N.: 3;4.3)
- e. *u pinilongu mordeu* (N.: 3;4.6)
- f. *eu chorei* (N.: 2;7.16)

Dados de T: verbos inergativos flexionados no *pretérito perfeito*:

- a. *passô* (T. 2;0.18)
- b. *(empurrando carrinho) descendu*
desceu (T. 2;0.18)
- c. *(vendo o pé machucado da mãe) machocou?* (T. 2;0.18)
- d. *(depois de mamar) zâ mô* (T. 2;0.23)
- e. *u gatu subiu* (T. 2;3.04)
- f. *a Berenice pintô também* (T. 2;9.26)

O pequeno número de exemplos apresentados aqui reflete o que se observa nos dados de nossas crianças-sujeito: no que diz respeito aos verbos inergativos, não são muitas as ocorrências desse tipo verbal flexionadas no pretérito perfeito, diferentemente do observado em relação aos inacusativos.

A forma flexional que predomina no caso dos verbos inergativos são formas flexionadas no *presente do indicativo* e no *progressivo*, sendo que as mesmas são raras com os inacusativos. Listam-se, nos quadros a seguir, alguns exemplos:

Dados de N: verbos inergativos flexionados no presente do indicativo e no progressivo²⁵:

- a. a beéquinha (bonequinha) anda. (N.: 2;1.13)
- b. que que é este aqui correndu? (N.: 2;6.26)
- c. esse tá correndu
- d. ela tá correnu (N.: 3;3.23)
- e. eli deita,
essa também deita (N.: 2;9.21)
- f. u meu também tá vazandu (N.: 3;1.3)
- g. eli tá andanu pá táis (N.: 3;3.23)
- h. agola eli num vanta mais (N.: 3;3.23)
- i. u pocu tá duminu na caminha deli. (N.: 2;3.16)
- j. eli tá dumindu (N.: 2;11.10)
- l. nenê tá nanandu (N.: 2;2.1)
- m. ói cacholu nanandu (N.: 2;2.1)
- n. sacaré tá nanandu (N.: 2;5.13)
- o. essi tá chorandu (N.: 2;7.2)
- p. eli mordi (N.: 2;7.16)
- q. mas eu não enxergu (N.: 3;5.19)
- r. eli mórdi (N.: 2;7.16)
- s. eu sentu na cadelinha (N.: 3;2.4)
- t. ela nun fala,
só eu qui falu (N.: 3;4.20)
- u. eu pintu aqui (N.: 3;1.23)
- v. essi tá chorandu (N.: 2;8.19)
- x. u ursinhu dança (N.: 2;2.8)
- z. ó u ursinhu dançandu (N.: 2;1.13)

Dados de T: verbos inergativos flexionados no presente do indicativo e no progressivo:

- a. ela fuma (T. 2;1.07)
- b. u grande tá nanandu, mãe. (T.:2;10.18)
- c. ela nun cabe, não,
a mãe cabe aqui (T.:2;8.29)

²⁵ Novamente, retomam-se aqui alguns dados já apresentados e introduzem-se novos enunciados, tanto de N. quanto de T.

No que diz respeito aos **verbos transitivos** presentes nos dados de N. e T., existe também a predominância (pelo menos, na faixa etária aqui analisada) de formas flexionadas no *presente do indicativo*, no *progressivo* ou, ainda, no *imperativo*:

Dados de N: verbos transitivos flexionados no *presente do indicativo*, no *progressivo* ou no *imperativo*:

- a. *essi chama zebinha* (N.: 2;3.16)
- b. *essa 'qui chama sapatu* (N.: 2;5.3)
- c. *cóbi ela, cóbi* (N.: 2;2.08)
- d. *num pódi fazer isso, senão...* (N.: 2;5.13)
- e. *fazê bolinha assim* (N.: 2;5.13)
- f. *tá zogandu bola* (N.: 2;5.3)
- g. *ói patinhu na água* (N.: 2;2.1)
- h. *ói casinha* (N.: 2;2.1)
- g. *pega essa* (N.: 2;2.8)
- h. *pega a boneca* (N.: 2;3.16)
- i. *põe aqui zebinha* (N.: 2;2.1)
- j. *põe vitidinho nela* (N.: 2;2.8)
- l. *põe chinelu* (N.: 2;5.13)
- m. *puxa u cabelo, puxa* (N.: 2;1.13)
- n. *qué colinho de voche* (N.: 2;5.3)

Dados de T: verbos transitivos flexionados no *presente do indicativo*, no *progressivo* ou no *imperativo*:

- a. *caminhão tá puxandu* (T.:2;3.11)
- b. *bola tá puxandu* (T.:2;3.11)
- c. *bala cumendu* (T.:2;2.27)
- d. *(pedindo para consertar brinquedo) mãe, coóca* (T.:2;0.18)
- e. *colóca péina (da boneca)* (T.:2;2.0)
- f. *nariz tá molhandu u travesseiru* (T.:2;5.16)

O mesmo fenômeno é confirmado nos dados de D., bem como nos de A., como se pode observar voltando-se aos exemplos (19) e (20) anteriormente apresentados, na seção IV.2.2 deste trabalho²⁶. Os verbos inacusativos observados nos dados dessas outras crianças também apresentam-se predominantemente²⁷ flexionados no *pretérito perfeito*.

A esta altura, é importante ressaltar que não pretendo, aqui, defender a hipótese de que, em momentos iniciais da aquisição da linguagem, o uso de formas verbais no pretérito já evidencie o domínio, pela criança, de conceitos como o contraste entre tempo passado/presente. Essa é uma questão delicada, que envolve a distinção entre *tempo* e *aspecto*.

A distinção entre *tempo* e *aspecto* na aquisição da linguagem foi também intensamente abordada por Lemos (1975), em seu trabalho sobre a oposição *ser / estar* na aquisição do português por duas crianças brasileiras (L. e F., entre 18 e 27 meses e 21 e 28 meses, respectivamente). Neste estudo, a autora também contempla a emergência das flexões de tempo e do sistema aspectual.

Analisando as primeiras ocorrências de verbos flexionados no pretérito, a autora observa uma forma amplamente utilizada pelas crianças-sujeito de seu estudo, por volta de 1;6 de idade: “*bô*”, correspondente à 3ª. pessoa do singular do Pretérito Perfeito de forma verbais como *acabou, quebrou, derrubou*. Para ela, essa forma, nesses momentos iniciais da aquisição da linguagem, funcionaria como uma espécie de “marcador proto-aspectual”.

Prosseguindo em sua análise, Lemos (*op. cit.*) aponta que, de 1;6 aos 2;0 de idade, as formas flexionadas no passado observadas nos dados das crianças foram: *caiu, quebô, pois, achô, apagô, dimanchô, tilô, achei, pegui, bateu*.

Tomando por base a classificação de Vendler (1967) - já apresentada na seção II.3.1 deste trabalho - a autora ressalta que essas primeiras formas

²⁶ Para uma melhor visualização, remeto o leitor à referida sessão do trabalho.

²⁷ No caso de D., *exclusivamente*.

flexionadas no passado correspondem a *achievements* e *accomplishments* indicando **mudança de lugar ou estado**. Segundo ela, este é um fenômeno também observado no processo de aquisição de outras línguas, como inglês, francês e italiano.

Lemos procura enfatizar que os enunciados com formas no pretérito observados nos dados das crianças não parecem ter uma referência ao passado. Ao contrário, na faixa etária entre 1;6 e 2;0, os dois sujeitos ainda se mostram extremamente apegados à situação do ato de fala, ao observável no contexto, não conseguindo abstrair-se da situação imediata.

Para Lemos (op. cit.), na faixa etária em questão, as formas flexionadas no pretérito não são usadas para marcar uma distinção temporal, mas sim distinções **aspectuais**, sugerindo que a emergência do sistema aspectual parece ser anterior ao de **tempo**.

O trabalho dessa autora no revela que as crianças analisadas inicialmente utilizam formas flexionadas no pretérito para marcar:

- a) sua percepção/observação de uma mudança de lugar ou estado no ambiente ou um *achievement* que não pode ser ou não é atribuído a um agente específico. Ex: *quebô*, *rasgô*;
- b) uma mudança de lugar/estado causada por uma ação ‘involuntária’ da qual um objeto ou a própria criança são pacientes e que teve lugar imediatamente antes de chamar a atenção de seu interlocutor para ela. Ex: *caiu* (muito freqüente nos dados, assinalando que a criança deixou cair algo acidentalmente, mas também – e principalmente - sua ação intencional de jogar objetos, por exemplo, de sua cadeira de refeições);

- c) completamento de ações orientadas para um alvo (imediatamente ou pouco depois do alvo ser atingido). Ex: *achô, achei*;
- d) o fim de atividades sem um fim ou objetivo pré-determinado, (imediatamente ou pouco depois de tê-las realizado). Ex: *lavô / bateu*.

Lemos ressalta que as primeiras formas no pretérito

“caiu, quebrô refer to observable results of achievements, that is processes which do not take time to happen: they are non-durative²⁸, and therefore, non-observable, in normal conditions – i.e. in the conditions operating in the contexts of Luciano’s utterances.”

Lemos (1975:362)

Por outro lado, essa autora observa que os verbos usados pelas crianças no presente progressivo (estar + gerúndio), em sua maioria, são os pertencentes à classe verbal dos *activities*²⁹, que codificam processos “sem um ponto terminal”, em que um objetivo definido ou um produto ou resultado explícito não são estabelecidos.

Os dados apresentados por Lemos (op. cit.) confirmam o que se observa nos dados das crianças por mim analisadas: a grande maioria dos verbos inacusativos, nas fases iniciais da aquisição da linguagem, apresenta-se com formas flexionadas no pretérito (e, mais especificamente, no pretérito perfeito). Inergativos, por outro lado, apresentam-se maioritariamente flexionados no progressivo³⁰.

²⁸ Grifos meus.

²⁹ Ressalte-se que os inergativos são verbos de *activities*.

³⁰ Embora a autora não se utilize dos termos “inacusativos” ou “inergativos”.

É interessante que o mesmo fenômeno pode ser observado nos dois estudos, embora ambos sigam direções de análise distintas: a referida autora parte da análise das formas no pretérito e observa a grande ocorrência de verbos do tipo *achievements* assim flexionados, sendo que, nos dados apresentados pela autora, os mesmos correspondem a inacusativos. Aqui, adota-se o caminho inverso: partindo da análise dos inacusativos, o que se observa é a grande ocorrência dessas formas verbais flexionadas no pretérito. Além disso, observa-se também que tais formas são usadas para marcar mudança de lugar ou de estado ou, ainda, para marcar o completamento de ações. Ou seja, não são usadas para marcar uma distinção temporal, mas sim distinções aspectuais.

Esta questão já foi apontada, por Kato (1994), ainda que brevemente, em seu estudo sobre o uso de objetos nulos por crianças brasileiras. Segundo a autora,

“the perfective form seems to be assigned only an aspectual status by the child, with the meaning of ‘completion of action’. I assume that Tense as a category has not been analyzed yet, as there is no contrast between present and perfect.”

Kato (1994:140)

Esta autora afirma que, apesar de INFL ser um categoria presente desde cedo nos dados de crianças brasileiras, a mesma mostra-se inicialmente como

“an aspectual/finitness marker related to its function as the head of assertion (or its pragmatic function of assent), but with no tense value. One could use this fact as a counter-argument for the continuity hypothesis, as the INFL node seems to change its nature. What actually happens, however, is that the INFL node acquires more features. In the beginning it is merely a finitness/aspectual marker; in the second stage it becomes the locus of person; later on tense features are added.”

Kato (op. cit.:151)

A esta altura, faz-se necessário voltarmos a um fato já apontado na seção III.2 deste trabalho. Os verbos inacusativos caracterizam-se por descreverem um evento em que o mais saliente é o *efeito resultante*, ou o *resultado do processo* - a saber, uma **mudança de estado ou lugar** - sem que haja a indicação do agente ou causa³¹ da mudança. Assim, como também já salientado³², os verbos inacusativos são tipicamente *achievements*, na classificação clássica de Vendler (1967)³³.

É interessante que alguns autores, discorrendo sobre tal classificação, deixam ver a relevância da noção *telicidade* na caracterização dos *achievements*. Veja-se, por exemplo:

“An achievement is an event that results in a change of some sort, just as an accomplishment does, but where the change is thought of as occurring instantaneously. (...) the change is not a gradual one³⁴, but something that has a ‘point-like’ quality to it.”

Pustejovsky (1991:50)

E ainda:

“(...) achievement expressa tão somente o clímax, o cumprimento instantâneo³⁵ de algo que não é recortado como ação em que o sujeito esteja ativamente envolvido.³⁶”

Figueira (1996:169)

³¹ Esta, como já salientado, normalmente uma causa externa, que pode ser: agente, instrumento, força natural ou circunstância.

³² Na seção III.2.

³³ Enquanto os ergativos indicam atividade, correspondendo aos *activities* da classificação vandleriana.

³⁴ Grifos meus.

³⁵ Grifos meus.

³⁶ Figueira chega a citar Mendes (1994) que, em artigo publicado na Revista Internacional de Língua Portuguesa, traduz *achievements* por “eventos instantâneos”.

Analisando-se verbos inacusativos e inergativos, podemos assumir que os primeiros caracterizam-se tipicamente como télicos³⁷ (ou “delimitados no tempo”) enquanto os segundos como atélicos (ou sem delimitação temporal específica), e tal distinção possibilita ou não tais verbos co-ocorrerem com sintagmas de duração:

** A janela quebrou por 10 minutos.*

** O homem chegou por 10 minutos.*

Ela correu por 10 minutos.

Resumindo o que se disse até aqui, os verbos inacusativos são tipicamente *achievements*, expressando o resultado do processo - uma mudança, sendo que esta é vista como que ocorrendo instantaneamente. Por outro lado, os inergativos são tipicamente *activities* – descrevendo atividades - e atélicos – de alguma forma envolvendo a noção de duração.

Voltando aos dados das crianças aqui analisadas (N. e T.), bem como aos dados de outras crianças (D., A., L. e F., aqui trazidos a título de comparação), o que se observa é uma estreita relação entre as distinções semânticas acima apontadas com relação aos verbos inacusativos e inergativos e as formas flexionais em que tais verbos aparecem na fala dessas crianças. Aliás, poderíamos mesmo afirmar que tais distinções aparecem quase que ‘concretizadas’ pela flexão temporal/aspectual em que se manifestam:

³⁷ Embora existam alguns inacusativos, por exemplo *rolar* e *cozinhar*, que são atélicos:

A bola rolou por 30 segundos.

A carne cozinhou por uma hora.

- i) verbos *inacusativos*, tipicamente *achievements* e télicos, são empregados pelas crianças no *pretérito perfeito*, indicando que o evento é visto no seu ponto/resultado final;
- ii) *inergativos*, tipicamente *activities* e atélicos, são predominantemente empregados pelas crianças no presente e no progressivo, indicando que o evento não é visto no seu ponto (e, muito menos, no seu resultado) final, mas na duração da ação.

Assim - focalizando agora os verbos *inacusativos* - podemos afirmar que nossos dados revelam uma relação importante entre *inacusativos* e *aspecto*. No PB, o *pretérito perfeito* – forma predominante em que se encontram flexionados os verbos *inacusativos* nos dados infantis, como já salientado - marca tanto o aspecto *perfectivo* como o *acabado*, como revela o vasto estudo de Travaglia (1985) sobre o fenômeno do aspecto nesta língua.

Inicialmente, vale ressaltar como este autor conceitua *aspecto*. Partindo do trabalho de Comrie (1976)³⁸, entre outros, e explorando dados do PB, Travaglia (*op. cit.*) procura expandir o conceito de aspecto, particularmente organizando diferentes subconjuntos de fases de acordo com o ponto de vista a ser considerado com relação às fases da situação. Para esse autor, aspecto se define como

“uma categoria verbal de TEMPO (idéia geral e abstrata de tempo sem consideração de sua indicação pelo verbo ou qualquer outro elemento da frase), não dêitica, através da qual se marca duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista,

³⁸ Segundo Comrie (1976), um autor clássico no tema, aspecto se define como a indicação da ‘constituição temporal interna de uma situação’ ou a indicação da ‘duração do processo’. Para esse autor, *aspecto perfectivo* indica a visão de uma situação como um todo único, completo, sem a distinção das várias fases separadas que compõem tal situação. Por outro lado, o *aspecto imperfectivo* considera a estrutura interna da situação, fazendo referência explícita à sua estrutura temporal interna, tomando-se a situação ‘a partir de dentro’.

a saber: o do *desenvolvimento*³⁹, o do *completamento*⁴⁰ e o da *realização*⁴¹ da situação.”

Travaglia (1985: 53)

Para o que aqui nos interessa, são duas as noções aspectuais apresentadas por esse autor que merecem maior atenção. Segundo ele, no PB o *pretérito perfeito* marca o aspecto acabado e o aspecto perfectivo. O *aspecto acabado*, segundo Travaglia (*op. cit.*), indica uma das fases de *realização* da situação, e opõe-se aos aspectos não-começado e começado. Apresenta a situação após seu momento de término, portanto concluída, acabada, terminada. Já o aspecto *perfectivo*, indica uma das fases de *completamento* da situação, e opõe-se ao aspecto imperfectivo. O perfectivo apresenta a situação como completa, em sua totalidade, inteira, sendo que o todo da situação é apresentado como um todo único, inalisável, com começo, meio e fim englobados juntos. É como se a situação fosse vista de fora, em sua globalidade.

Assim como Comrie (*op. cit.*), Travaglia não equivale perfectivo à resultativo. Para ele, resultatividade é uma noção não-aspectual, mas intensamente dependente do aspecto. Indica que a situação se concluiu com o atingimento de um ponto terminal, às vezes também com a indicação de um estado resultante de uma situação dinâmica que se concluiu. É importante ressaltar que, embora o resultativo não seja uma noção aspectual, está sempre estreitamente ligado ao aspecto acabado e ao perfectivo.

Como se pode perceber, existe uma forte relação entre aquelas noções semânticas dos verbos inacusativos aqui apontadas e as noções aspectuais

³⁹ As fases de desenvolvimento são: início, meio e fim, associadas aos aspectos *inceptivo*, *cursivo* e *terminativo*, respectivamente.

⁴⁰ As de completamento são: completo, incompleto, associados aos aspectos *perfectivo* e *imperfectivo*.

⁴¹ As fases de realização são: não-começado, começado e acabado.

acabado e *perfectivo*, bem como a própria noção de resultatividade, essas três expressas pelo *pretérito perfeito* no PB.

Nosso dados mostram que as crianças são sensíveis a isso, uma vez que usam verbos inacusativos maioritariamente flexionados no *pretérito perfeito*, ‘concretizando’, assim, essa aproximação entre traços semânticos dos verbos inacusativos e noções aspectuais expressas pelo *pretérito perfeito*.

Vejamos, novamente, a título de ilustração, alguns dados já apresentados:

- a. *acabô u gais dela.* (N.: 2;6.25)
- b. *cabô cacholu.* (T. 2;3.11)
- c. *caiu a caderona!* (N.: 2;7.2)
- d. *quebô u cavalu.* (N.: 3;3.23)
- e. *ah, dismanchô tudu a casinha minha.* (N.: 2;11.26)
- f. *egô cainhu.* (T.2;0.18)
- g. *istagô u carru, mãe* (T. 2;7.23)
- h. *saiu roda.* (T. 3;0.08)

Ao enunciarem estruturas tais como as anteriormente elencadas, essas crianças usam verbos inacusativos flexionados no *pretérito perfeito* para marcar o **efeito resultante** de um evento, ou seja, uma **mudança de estado ou de lugar**, sem a indicação de seu agente ou causa, apresentando a situação como *acabada* e *completa*.

Isso parece ficar ainda mais evidenciado ao parafrasearmos os enunciados infantis anteriores, o que poderia ser feito usando-se formas participiais, adjetivos ou, ainda, expressões indicadoras de lugar:

- a. *acabô u gais dela.* (→ “o gás não está mais aqui”)
- b. *cabô cacholu.* (→ “o cachorro não está mais aqui”)

- c. *caiu a caderona!* (→“a cadeira está caída”/ “a cadeira agora está no chão”)
- d. *quebô u cavalu.* (→“o cavalo está quebrado”)
- e. *ah, dismanchô tudu a casinha minha.* (→“a casinha está desmanchada”)
- f. *egô cainhu.* (→“o carrinho agora está aqui”)
- g. *istagô u carru, mãe* (→“o carro está estragado”)
- h. *saiu roda.* (→“a roda está fora – do carrinho-”)

Volto, agora, a uma indagação colocada desde o início deste trabalho: por que os verbos inacusativos estão entre os primeiros na fala da criança? Como várias vezes tenho ressaltado, nossas crianças-sujeito usam verbos inacusativos flexionados no *pretérito perfeito* expressando o **resultado** de um evento, ou seja, uma **mudança**, apresentando a situação como **acabada** e **completa**. Ora, eventos que resultam em uma mudança de estado ou de lugar do referente é algo que se mostra perceptualmente bastante saliente para a criança. Não surpreende que estruturas que contenham verbos que expressam tais eventos encontrem-se abundantemente presentes entre os primeiros verbos utilizados pela criança. Nossa caracterização dos verbos inacusativos no PB e, conseqüentemente, seu papel na fala de N. e T., parece dar conta de responder a esta questão.

É interessante trazermos, aqui, uma forma verbal bastante presente nos nossos dados, a saber: *achô*. Listam-se, a seguir, alguns exemplos:

- a. *achô nenê* (D. 1;4.25)
- b. *achô mamãe* (D. 1;5.18)
- c. *achô au-au* (N. 2;3.11)
- d. *achô cainhu* (T. 2;0.18)

Ao que nos parece, é possível admitir que as construções acima permitem uma certa “interpretação inacusativa”: as mesmas descrevem o *efeito resultante* do evento, ou seja, uma *mudança* (ou de estado ou de lugar), sem a indicação de seu agente ou causa, ilustrando a situação como *acabada* e *completa*. Desse ponto de vista, *achar*, nestes dados, poderia também ser caracterizado como um verbo monoargumental, quase comparável a ‘aparecer’:

- a. *achô nenê* (→ “o nenê apareceu/agora está aqui”)
- b. *achô mamãe* (→ “a mamãe apareceu/agora está aqui”)
- c. *achô au-au* (→ “o au-au apareceu/agora está aqui”)
- d. *achô cainhu* (→ “o carrinho apareceu/agora está aqui”)

Ressaltem-se duas características importantes de todos os enunciados infantis com verbo *achar* anteriormente elencados: todos eles apresentam a ordem V DP, bem como o verbo flexionado no *perfeito*, características também presentes nos enunciados dessas crianças em que se fazem presentes verbos inacusativos, como já amplamente demonstrado.

Vale ressaltar outro ponto importante: o verbo *achar*, não por acaso, é *achievement* (que, aliás, encabeça a lista de exemplos dados pelo próprio Vendler, *op. cit.*) e é télico. A esse respeito, Figueira (1996), afirma que A achou B é a “contraparte télica” de A procurou B, este sim indicando duração do processo.

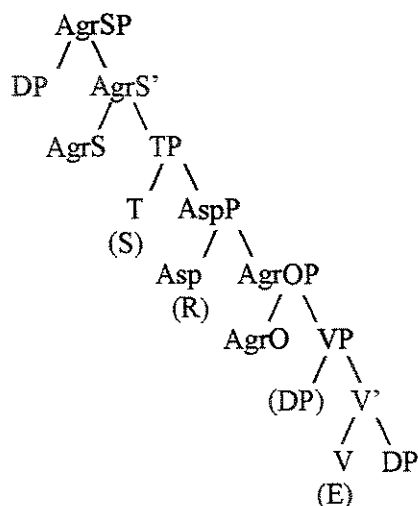
A meu ver, é justamente por compartilhar tais traços semânticos com os verbos inacusativos que *achar* pode, se minha análise estiver correta, comportar-se como inacusativo em algumas construções específicas, caracterizadas pela flexão no *perfeito* e pela ordem V DP.

Essa análise mostra-se consistente com minha proposta – apresentada em III.2.2 – de inacusatividade *estrutural*, para além da lexical: no PB, tem-se

não apenas *verbos* inacusativos, mas também *construções* inacusativas. Esses dados de N. e T. confirmam que a inacusatividade de um verbo pode também ser um fenômeno, pelo menos em parte, originado estruturalmente, sob certas circunstâncias específicas, sendo que os aspectos *perfectivo* e *acabado* – expressos pelo pretérito perfeito – bem como a ordem V DP parecem ser cruciais aqui.

A esta altura, algumas questões relativas à teoria da gramática podem ser colocadas: qual o lugar de *aspecto* dentro da teoria? Haveria uma categoria AspP? E, ainda, seria possível falar-se em um parâmetro de aspecto do mesmo modo que se propõe a existência de outros parâmetros, como o do sujeito nulo?

Alguns autores têm proposto AspP como uma categoria⁴². Thompson (1996, 1999), a partir de Horstein (1990), assume que a inflexão temporal de uma sentença não está sintaticamente associada apenas a TP. Esses autores defendem que o *tempo de evento* (E) associa-se ao VP; o *momento da fala* (S) a TP, enquanto que o *tempo de referência* (R) estaria associado à categoria AspP:



⁴² Cf. Ouhalla (1990).

Chomsky (1993), já dentro do Programa Minimalista, também propõe AspP (ao lado de CP, AgrSP, TP e AgrOP) como categoria funcional. Entretanto, ainda no âmbito do modelo de R&L, muitas foram as críticas a respeito da profusão das categorias funcionais⁴³ e, nas versões atuais de PM, o número dessas categorias reduziu-se consideravelmente. Chomsky (1995) postula que apenas as categorias funcionais que são relevantes para a interpretação nas interfaces – ou seja, aquelas possuidoras de traços legíveis pelos sistemas interpretativos – é que são ‘autorizadas’ no PM. Assim, são quatro as categorias funcionais atualmente propostas: T, C, D e v. Esta última, denominada *verbo leve* (a partir da proposta de Larson, 1988, como já apresentado no capítulo III), é considerada por Chomsky como uma categoria que contribui na atribuição do papel temático a seu especificador.

Sendo assim, não vou assumir, aqui, a existência de uma categoria funcional AspP, optando por endossar as versões mais atuais da teoria, evitando a proliferação de categorias.

É interessante ressaltarmos, aqui, que alguns autores não só assumem uma categoria como AspP como fala-se até em *parâmetro de aspecto*. É o caso, por exemplo, Smith (1997), em seu trabalho sobre o sistema aspectual das línguas naturais.

Inicialmente, vamos apontar alguns elementos principais do trabalho dessa autora, relevantes para a compreensão de seu ponto de vista. A autora – cujo estudo insere-se na “*Discourse Representation Theory*”⁴⁴ – assim define aspecto:

“Aspect is the semantic domain of the temporal structure of situations and their representation.”

Smith (*op. cit.*:1)

⁴³ Cf. já mostrado por Kato (1999c) e Lopes (1999).

⁴⁴ Tal qual postulada em Heim e Kamp (1979, 1981, 1985, apud Smith, *op. cit.*).

Para esta autora, toda sentença apresenta informações sobre o *tipo de situação aspectual*, bem como sobre o que ela chama de “*ponto de vista*”. Com relação ao tipo de situação de um sentença, a autora mostra que isso classifica indiretamente o evento ou estado sobre o qual se fala, dependendo de suas propriedades temporais, sendo que propõe cinco tipos de situação, diferindo em termos de dinamismo, duração⁴⁵ e telicidade:

- *States*: estático, durativo (*‘know the answer’*);
- *Activity*: dinâmico, durativo, atélico (*‘laugh, stroll in the park’*);
- *Accomplishment*: dinâmico, durativo, télico, consistindo de um processo e um “ponto de chegada”⁴⁶ (*‘build a house’, ‘walk to school’*);
- *Semelfactives*: dinâmico, instantâneo, atélico (*‘tap’, ‘knock’*);
- *Achievement*: dinâmico, télico, instantâneo (*‘win a race’, ‘reach the top’*).

Quanto aos tipos de ponto de vista, a autora considera três possibilidades que, segundo ela, são similares entre as línguas, mas não idênticos:

- *Perfectivo*: focaliza uma situação na sua totalidade, incluindo tanto seu ponto inicial quanto final;
- *Imperfectivo*: focaliza apenas parte de uma situação, não incluindo seu ponto inicial ou final;
- *Neutro*: ponto de vista mais flexível, incluindo “*the initial endpoint of a situation and at least one internal stage*”. Smith (*op. cit.*: 3)

⁴⁵ “*Duractivity*”, em inglês.

⁴⁶ “*Outcome*”.

A autora defende que o que ela chama de “*aspecto de ponto de vista*” é sinalizado por morfemas gramaticais⁴⁷ que formam um sistema fechado, enquanto o chamado “*aspecto de situação*”⁴⁸ é expresso pelo verbo e sua relação com seus argumentos.

Não é relevante, aqui, detalhar todo o trabalho da autora. Para nossos objetivos, o que interessa é a relação proposta por Smith (*op. cit.*) entre esses componentes do aspecto por ela propostos e a GU. A esse respeito, a autora propõe “*a Universal Grammar account of aspect*” (Smith, *op. cit.*: 13. Para ela,

“Universal Grammar provides the formal structure of aspectual systems: the components of situation aspect and viewpoint aspect, and their interaction in sentences. The categories of both aspectual components are directly related to the temporal structure of situations. I propose that the temporal structure of situations is the substantive basis for the aspectual categories of language.

(...) Universal Grammar presents the basic categories with defining properties for each category. (...) This approach allows us to claim that aspectual categories have the same basic properties across languages.”

Smith (*op. cit.*: 13)

O trabalho de Smith (*op. cit.*) pode ser questionado sob, pelo menos, dois pontos de vista. Em primeiro lugar, em diversas passagens do texto, como se viu, a autora defende uma “abordagem de aspecto no âmbito da GU”. Por outro lado, a teoria adotada pela autora em seu trabalho não é a teoria da gramática gerativa, mas a chamada “*Discourse Representation Theory*”, teoria esta que, segundo Smith:

⁴⁷ Ressalte-se que a autora faz uso do antigo conceito de morfema gramatical de Sapir (1921).

⁴⁸ No original, “*viewpoint aspect*” e “*situation aspect*”, respectivamente.

“gives a systematic procedure for constructing semantic representations, together with a definition of truth. The constructs of *Discourse Representation Theory* are *intended to represent the receiver’s understanding of a text as discourse*⁴⁹.”

Smith (*op. cit.*:142)

Ora, tal teoria se propõe a dar conta principalmente dos sistemas de *performance* – no caso, a compreensão de um texto ou discurso. Como conciliar posicionamentos teóricos tão distintos?

Ressalte-se, por exemplo, que toda a argumentação elaborada por Smith toma por base uma análise composicional de sentenças, chegando mesmo a propor *regras composicionais* formais que associam o verbo (na sua relação com seus argumentos, a chamada ‘*verb constellation*’) a tipos de situação. A esse respeito, veja-se, por exemplo, o seguinte trecho do trabalho da autora, exemplar por mostrar como esta “transita” tão abruptamente de uma posição teórica para outra:

“Aspectual viewpoints function like the lens of a camera, making objects visible to the receiver. Situations are the objects on which viewpoint lenses are trained. And just as the camera lens is necessary to make the object available for a picture, so viewpoints are necessary to make visible the situation talked about in a sentence.

The main types of aspectual viewpoint are treated here as categories of Universal Grammar. Universal Grammar provides a general schema for each viewpoint. These general schemata undetermine the properties of the viewpoints; along certain dimensions they are realized differently in individual languages. The evidence provided by input from a given language enables the learner to fix the parameter⁵⁰ for that viewpoint.”

Smith (*op. cit.*:93)

Esse trecho leva-nos, ainda (e esta a nossa segunda consideração sobre o referido trabalho) a colocar em questão a hipótese da autora – evidente na

⁴⁹ Grifo meu.

⁵⁰ Grifo meu.

passagem acima - de que haveria um “*parâmetro de aspecto*”. Aliás, o próprio conceito de “parâmetro” sustentado pela autora deve ser questionado. Como se viu no trecho anterior, ela discorre sobre “fixação de parâmetro”; o interessante é que, mesmo fazendo tal afirmação, isto não é explorado pela autora no restante da sua obra. Após o trecho acima transcrito, a mesma limita-se simplesmente a remeter seu leitor para uma nota de rodapé em que cita uma passagem de Chomsky (1988:63; *apud* Smith, *op. cit.*: 95), em que este explicaria a “aquisição de parâmetros” (*sic*).

A meu ver, o uso que a autora faz do conceito de *parâmetro* – mesmo chegando a propor a existência de um parâmetro de aspecto - é simplesmente utilizar uma terminologia mais atual para acomodar, no interior do seu ponto de vista teórico, aquilo que aponta como variável entre as línguas no que diz respeito a aspecto. A autora de fato não explora mais aprofundadamente qual a natureza desse suposto parâmetro, quais os seus valores permitidos pela GU, nem suas implicações disso no processo de aquisição da linguagem pela criança. Isso se reflete, por exemplo, na seguinte passagem:

“Aspect is a parameter along which languages differ. We define in UG a maximally general aspectual system. It has the aspectual categories that generally occur in languages of the world. We predict differences among the aspectual systems of languages, insofar as they vary along the dimensions of the parameter.”

Smith (*op. cit.*:13)

Diante do exposto, não nos parece que esta autora ofereça uma argumentação suficientemente convincente para que se assuma a existência de um parâmetro de aspecto além dos já apontados na literatura da teoria da gramática. Além disso, assumir tal visão também não estaria de acordo com nossa opção de não adotarmos AspP como uma categoria.

Toda esta discussão leva-nos a uma outra – extremamente relevante para os nossos objetivos aqui – que diz respeito ao próprio conceito de parâmetro. Dedicaremos a próxima seção à abordagem deste aspecto.

IV.4. Considerações finais

Como já colocado na introdução deste trabalho, o conceito de parâmetro é de extrema importância no quadro da Teoria Gerativa, uma vez que abre espaço – no interior da teoria - para o tratamento da diversidade existente entre as línguas. A esse respeito, veja-se, por exemplo, o que diz Galves (1995):

“Coerentemente com a preocupação de elaborar ‘um tratamento dos universais’ que não seja ‘refutado pela diversidade efetiva das línguas’, a implementação” de Princípios e Parâmetros “é acompanhada por uma grande diversificação das línguas consideradas. É então que a questão da diferença começa a se articular à da universalidade. Dada a Gramática Universal, como explicar a diferença entre as línguas? A noção de ‘parâmetro’ torna-se assim central no programa de pesquisa (...)”

Galves (1995: 139, 140)

No que diz respeito especificamente à aquisição da linguagem pela criança, este é também um conceito fundamental. Desde o modelo padrão a teoria gerativa tem se colocado dois problemas: a) atingir a adequação *descritiva*, descrevendo adequadamente as línguas naturais e b) atingir a adequação *explicativa*, explicando como o conhecimento lingüístico surge na mente do falante. O conceito de parâmetro abre a possibilidade para a desejada adequação explicativa, pois permite conceber a Gramática Universal como constituída não apenas dos princípios invariantes, mas também de um conjunto finito de parâmetros, procurando dar conta da própria organização da mente humana. Isso traz implicações diretas para a área de aquisição da linguagem, uma vez que a aquisição passa a ser vista como o processo de fixação de parâmetros, de atribuição de valores a esse conjunto finito definido pela GU.

Por isso, compreender melhor a natureza dos parâmetros é fundamental. Kato (1999c) já salientou que existem algumas questões cruciais para a teoria:

- “a) de que natureza são esses parâmetros?*
- b) que propriedades superficiais decorrem de um parâmetro?*
- c) como limitar o número de parâmetros?”*

Kato (1999c:3)

Ressalte-se, no entanto, que desde o modelo de Princípios e Parâmetros, a própria concepção de parâmetro tem sofrido algumas modificações, conforme já apontado por Kato (*op. cit.*). Inicialmente, parâmetros eram concebidos como propriedades associadas a Princípios; numa fase posterior, como conjuntos de propriedades correlatas ou, ainda, como propriedades do léxico funcional.⁵¹ Os diversos questionamentos e reformulações nas concepções sobre parâmetros têm aumentado nos últimos anos, tanto dentro da própria teoria, como na área de aquisição da linguagem.

É importante ressaltar que alguns trabalhos apontam para o fato de que a teoria inatista de aquisição da linguagem de abordagem gramatical tem tentado mostrar que uma série de fenômenos aparentemente não relacionados se desenvolvem ao mesmo tempo, talvez como consequência da fixação de um mesmo parâmetro em particular. Se isto puder ser mostrado, a teoria terá conquistado um caráter explicativo. É o caso, por exemplo, do trabalho de Hyams e Wexler (1993), sobre as bases gramaticais do sujeito nulo na gramática infantil. Estes autores defendem que uma abordagem gramatical do fenômeno pode dar conta de explicar a relação entre a omissão de sujeito e outras estruturas sintáticas. É o caso, por exemplo, de que línguas que possuem sujeito interno ao VP licenciam sujeito nulo.

⁵¹ Por não ser meu objetivo central aqui, não me delongarei nesta exposição. Para um historicização do conceito de parâmetro, remeto o leitor para o trabalho de Kato (1999) e também Lopes (1999).

A esse respeito, veja-se também o que diz Galves (1995):

“O protótipo do parâmetro foi, no início dos anos 80, o chamado Parâmetro Pro-drop, ou Parâmetro do Sujeito Nulo. Ele é um bom exemplo do poder explicativo da noção. Com efeito, mostra-se que a propriedade do sujeito nulo vem associada a um conjunto de outras propriedades, como a possibilidade de inversão livre entre o sujeito e o verbo (...). Vê-se facilmente como a noção de parâmetro vem trazer uma solução à questão da aquisição: a tarefa da criança é fortemente simplificada se a partir de um só parâmetro ela “adquire” várias propriedades da sua língua.”

Galves (1995:140)

Também Ferreira (2000), em seu trabalho sobre argumento nulos em PB, chama a atenção para a mesma questão:

“(...) o estudo das línguas de sujeito nulo mostrou que estas possuem uma série de características que as aproxima entre si e as diferencia das demais línguas, como, por exemplo (...) a possibilidade de inversão sujeito-verbo. Seria portanto interessante associar este conjunto de propriedades a um único parâmetro mais abstrato do qual todas elas (ou pelo menos boa parte delas) se seguiriam.”

Ferreira (2000:28)

Com base no proposto, voltemos, agora, aos nossos dados. Mesmo correndo o risco de ser por demais repetitiva, retomo, aqui, alguns pontos importantes já ressaltados com relação aos dados de N. e T., agora com o intuito de analisá-los à luz da discussão anterior, a partir do próprio conceito de parâmetro.

Em primeiro lugar, voltemos a uma das questões centrais deste trabalho⁵²: a criança adquirindo o PB como língua materna já apresenta a distinção entre verbos inacusativos e inergativos? A resposta só pode ser positiva. Diante da sistemática manutenção do argumento dos verbos inacusativos internamente ao VP, com sua realização na posição de objeto, verificada nos dados das crianças aqui contempladas - diferentemente do que se verifica com os verbos inergativos, pode-se afirmar que na gramática inicial dessas crianças já se encontra “disponível” a distinção entre verbos inergativos e inacusativos.

Nossas crianças, logo de início, parecem já dominar a estrutura argumental desses verbos. Isso se contrapõe à já referida análise de Borer e Wexler (*op. cit.*) de dados de crianças adquirindo o inglês. Como já salientado, para esses autores, a distinção entre verbos inacusativos e inergativos não está disponível na gramática inicial da criança. Os mesmos advogam que as crianças, inicialmente, não são capazes de registrar a possibilidade de que um intransitivo possa ter um objeto na estrutura subjacente, visto que ainda não apresentam o dispositivo que ligaria sujeitos finais ao traço do objeto na estrutura-D. Segundo esses autores, somente após ser instaurado tal dispositivo - o que, segundo eles, dependeria de uma *maturação* neurológica - as crianças poderiam diferenciar inacusativos de inergativos.

Ressalte-se, novamente, que as conclusões desses autores advêm de dados de crianças adquirindo *o inglês* como língua materna. Ora, cabe, aqui uma questão: esta divergência de análise não seria uma função da própria língua que está sendo adquirida, ou seja, não refletiria características do *input* já identificadas através de dados simples? E não estaria este aspecto de alguma forma relacionado também com o parâmetro do sujeito nulo, uma vez que este parâmetro encontra-se fortemente relacionado com a inversão do sujeito, como demonstrado por vários estudos?

⁵² Também relevante para a nossa discussão da noção de parâmetro, como se verá mais adiante.

Ora, o inglês se trata de uma língua não *pro-drop*, diferentemente do PB, que tem se evidenciado como uma língua *pro-drop* (embora parcial⁵³). Assim, o PB, sendo uma língua de sujeito nulo, licencia a inversão sujeito-verbo, característica importante dos verbos inacusativos, que, por apresentarem apenas um argumento único interno a VP, representam contexto muito favorável à ordem V DP. Já no inglês isso não é possível, havendo necessariamente o alçamento do DP para a posição de especificador da estrutura.

Assim, poderíamos dizer que a criança adquirindo o PB como língua materna recebe mais “pistas” do *input* para que diferencie os verbos inacusativos dos inergativos do que a criança adquirindo o inglês⁵⁴.

Some-se a isso outro fator importante mostrado pela análise dos nossos dados: a forte relação entre os verbos inacusativos e os aspectos *acabado* e *perfectivo*. Como vimos, as crianças aqui analisadas sistematicamente usam inacusativos flexionados no perfeito, marcando os referidos aspectos. Com relação a isto, é interessante trazermos, aqui, outra diferença importante entre a criança adquirindo o PB e o inglês, já apontada por Lemos (1975).

Esta autora, comparando seus resultados (a respeito da aquisição do PB, como já salientado anteriormente) com os dados de Brown (1973:271) sobre a aquisição de morfemas gramaticais por Adam, Sarah e Eve (crianças-sujeito do estudo clássico de Brown), mostra uma grande divergência entre as crianças adquirindo o PB e o inglês: a marcação flexional para tempo passado aparece em momento *bem mais tardio* no processo de aquisição do inglês comparativamente à aquisição do português. Sobre isso, a autora conclui:

⁵³ Estudos têm demonstrado que o PB é uma língua *pro-drop* parcial, licenciando sujeitos nulos de terceira pessoa, mas não os de primeira e segunda. A esse respeito, remeto o leitor a Duarte (1993, 1995), Kato (1999).

⁵⁴ Por outro lado, nossos dados não nos permitem afirmar nada de conclusivo no sentido de que crianças adquirindo línguas não *pro-drop* necessariamente não fariam tal distinção.

“Apart from the problem of comparing data which have been analysed with different criteria, the hypothesis that such a divergence is a function of the language acquired, or is language-dependent⁵⁵, seems plausible. The perceptual salience of the unmarked form of the preterite in Portuguese could be considered a factor coadjuvant in the earlier acquisition of such morpheme in Portuguese.”

Lemos (1975:410)

Dessa forma – e aqui permito-me suspender rapidamente a discussão sobre parâmetro para depois a ela retornar – podemos afirmar, com relação às conclusões de Borer e Wexler (*op. cit.*) para as crianças adquirindo o inglês, que não estamos aqui diante de um fenômeno de “maturação neurológica” que ainda não ocorreu, mas sim diante de reflexos ou consequências da própria natureza do *input* a que a criança está exposta em seu processo de aquisição da linguagem.

Tais considerações favorecem a abordagem continuísta do desenvolvimento da linguagem que, de acordo com Kato (1995), advoga que “desde o início a criança apresenta uma estrutura sintática que se conforma com os princípios e/ou categorias que regem a gramática do adulto”, no sentido de que a distinção entre verbos inacusativos e inergativos, que embora para o analista nem sempre seja óbvia, para a criança adquirindo o PB trata-se de uma aquisição instantânea.

De tudo o que se disse até aqui, é possível afirmar que existe uma correlação bastante importante entre: *sujeito nulo / ordem V DP / aspectos perfectivo, acabado* (marcados pela morfologia flexional do perfeito) / *distinção inacusativo X inergativo*. Voltando, finalmente, à questão do parâmetro, talvez fosse possível associar este conjunto de propriedades a um único parâmetro, mais abstrato.

⁵⁵ Grifo meu.

Como já anteriormente apontado, o conceito de parâmetro sofreu alterações ao longo da teoria, sendo que uma das explicações mais plausíveis é conceber parâmetros como um conjunto de propriedades correlatas, visão que ganha bastante força principalmente a partir dos estudos sobre sujeito nulo, como já ressaltado por diversos autores:

“Os estudos sobre Parâmetros que partiram de fenômenos empíricos têm sua trajetória marcada pela preocupação de procurar correlações entre propriedades. Poderíamos dizer que tais estudos buscam não Parâmetros associados a Princípios, mas “princípios” associados a Parâmetros. Assim, uma propriedade singular de uma língua não constitui um Parâmetro, mas sim a manifestação substantiva de alguma propriedade formal abstrata da qual decorrem outras propriedades substantivas da língua.”

Kato (1999c:15)

A verificação deste tipo de fenômeno é bastante interessante não só para a teoria – dado seu caráter preditivo, mas especialmente no que diz respeito ao problema lógico da aquisição, pois, a partir de uma propriedade da língua, a criança poderia inferir dedutivamente várias outras propriedades, mesmo sem estar exposta a elas.

Essa concepção de parâmetro é bastante interessante para a análise dos nossos dados, uma vez que – como já se disse – a aquisição dos verbos inacusativos pelas crianças adquirindo o PB mostra-se fortemente relacionada a outras propriedades do PB, entre elas, a de sujeito nulo. Isto, de certa forma, explicaria também as distinções observadas entre a criança aprendendo o PB e o inglês com relação aos verbos inacusativos.

Por outro lado, embora tal concepção paramétrica se mostre bastante interessante para a descrição dos nossos dados, a mesma tem sido questionada no interior da teoria da gramática, principalmente no que concerne à relação

entre o valor do parâmetro e as propriedades a ele ligadas⁵⁶. Atualmente, a noção de parâmetro cada vez mais aceita pela teoria é aquela que o considera como propriedade de categorias funcionais, procurando explicar de modo mais elegante a variação entre as línguas, uma vez que o número de parâmetros estaria bem mais limitado, dada a limitação das categoria funcionais e a variação binária nelas encontrada. (cf. Kato, 1999c:21). Assim, a variação entre as línguas passa a ser vista como algo restrito às categorias funcionais; mais particularmente, às suas propriedades morfológicas.

Por um lado, tal visão trouxe um ganho descritivo, uma vez que possibilita explicar uma série de fenômenos através das categorias funcionais, como ordem dos elementos nas diferentes línguas, movimento de elementos, etc. Por outro, trouxe também consigo uma proliferação indesejável das categorias funcionais. Numa das versões atuais do Programa Minimalista, esta questão tem ganhado um novo enfoque, à medida em que se considera a variação entre as línguas como fruto exclusivo da variação de itens lexicais específicos, codificada na forma de *traços formais*⁵⁷. Assim, as diferenças inter-lingüísticas advêm dos diferentes traços que as categorias funcionais possam ter nas diferentes línguas. É a necessidade de verificação/checagem desses traços que força o movimento, o que estaria na origem das diferenças paramétricas. Certamente, esta é uma visão bem mais elegante e bastante promissora do conceito de parâmetro, mas que não explorarei aqui mais detalhadamente.

O pouco que se disse aqui a respeito das reformulações da concepção paramétrica dentro da teoria mostra o quanto este conceito – embora fundamental – está longe de estar resolvido. Certamente, o fenômeno é complexo, e não me proponho, aqui, a dar conta dele. Por hora, assumo que a

⁵⁶ A esse respeito, remeto o leitor para os trabalhos de Kato (1999c) e Lopes (1999).

⁵⁷ No PM, postula-se que os itens lexicais contêm traços fonológicos (interpretáveis em Forma Fonética), traços formais (acessíveis ao sistema computacional) e traços semânticos (relevantes apenas para a interface com o sistema conceitual-intencional).

concepção de parâmetro como um conjunto de propriedades parece se prestar bem à descrição dos nossos dados. A questão de saber como a criança as identificaria no input, ou seja, o que seria o dado detonador, é resolvida considerando as sentenças simples, abundantes na fala dos pais, como: “Caiu nenê.”, em que há um inacusativo, com seu argumento único *in situ*, que não precisa ser alçado para a posição de especificador, pelo fato do PB ser uma língua de sujeito nulo. Isto não seria possível no inglês, em que uma sentença como “*Fell baby” não é gramatical, devendo o argumento interno ser obrigatoriamente movido para a posição de sujeito, já que a língua alvo não é de sujeito nulo.

Concluindo, a este respeito o PB contrasta bastante com o inglês nesse fenômeno específico e sem dúvida tal fato tem um efeito crucial na identificação, pela criança pequena, da estrutura frasal da língua a que está exposta.

Finalmente, retomemos aqui também outra das questões que nortearam este trabalho: que contribuições nossa análise traz para o debate entre as diferentes abordagens do fenômeno da inacusatividade? A este respeito, examinemos, inicialmente, a seguinte afirmação de Levin & Hovav (*op. cit*):

*“There are language acquisition considerations that raise clear problems for the syntactic approach. Assuming that a language such as English, **which lacks morphological clues** that could distinguish between unaccusative and unergative verbs, does encode this distinction syntactically, then learnability considerations dictate that the distinction must be fully determined by the semantics.*

(...) If Universal Grammar allows both unaccusative and unergative D-Structure configurations for intransitive verbs, then how does the language learner know how to classify newly learned verbs? There are two options: either (i) the choice is predictable on the basis of the meaning of the verb being acquired, or (ii) there must be some way, on the basis of simple data, to determine what class a given verb belongs to. Since option (ii) appears not to be correct for English, then, if the Unaccusative Hypothesis holds, a verb's class membership must be completely determined on the basis of its meaning. It is possible, however, that in

languages with overt morphological markers of unaccusative or inergative class may be grammaticalized; since there are overt indicators of class membership, the members of the classes may show some deviation⁵⁸ from the semantic criteria for class membership."

Levin & Hovav (*op. cit.*:8,9)

Embora o PB não apresente marcação morfológica específica que distinga verbos inacusativos de inergativos, a ordem V DP, associada à estreita relação entre os verbos inacusativos e a marcação morfológica do perfeito, poderiam ser consideradas como indicadores da distinção inergativos X inacusativos. Dessa forma, nossos dados de aquisição do PB parecem lançar luz sobre o fato de que – para além de uma determinação a partir de traços semânticos do verbo, a distinção entre estas duas classes verbais é também determinada por traços formais. Assim, inacusatividade é um fenômeno que só pode ser adequadamente compreendido na interface Sintaxe/Semântica.

⁵⁸ Grifos meus.

Conclusão

Este trabalho se constitui de um estudo sobre a emergência dos verbos inacusativos nos dados de duas crianças adquirindo o Português Brasileiro como língua materna no âmbito da teoria gerativa, no modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981 e obras posteriores). A inacusatividade na aquisição da linguagem, pelo menos no que diz respeito aos dados do PB, é um tema até então inexplorado - daí o interesse por seu estudo. Some-se a isso a possibilidade de que, ao explorar este fenômeno específico, bem como suas relações com outros subsistemas lingüísticos na gramática da criança, os resultados sejam úteis não só para a área de Aquisição da Linguagem, como também para retroalimentar a própria teoria adotada.

No capítulo I fiz uma introdução do tema, mostrando o interesse do estudo, os objetivos e a metodologia adotada.

No capítulo II, apresentei as muitas classificações dos verbos inacusativos na Lingüística, algumas privilegiando uma abordagem semântica do fenômeno, outras, uma abordagem sintática e outras, ainda, que se colocam na interface Sintaxe/Semântica. Vimos que para uma caracterização mais abrangente dos verbos inacusativos, é necessário que se faça uma abordagem tanto sintática quanto semântica do fenômeno, visto ser este um fenômeno que de fato se coloca na interface Sintaxe/Semântica. O trabalho de Levin e Hovav (1995) - que se insere nesta abordagem - foi apontado como o que apresenta a análise mais abrangente e - até certo ponto - adequada da inacusatividade, embora alguns questionamentos possam ser feitos, como mostrado.

No capítulo III - a partir dos trabalhos analisados no capítulo II, bem como a partir da análise de alguns dados do PB adulto - procurei verificar quais as propriedades fundamentais - tanto sintáticas, quanto semânticas - dos verbos inacusativos do PB, bem como quais os "testes" relevantes para sua caracterização. Propus a seguinte caracterização para os verbos inacusativos do PB:

- a) apresentam apenas um argumento que é interno ao VP (por isso podem ser objetos de processos que afetam igualmente o argumento interno dos verbos transitivos: formas participiais que podem ocorrer em posição atributiva e predicativa);
- b) apresentam o contexto mais favorável à ordem VS;
- c) descrevem um evento em que se focaliza o *efeito resultante*, ou o *resultado do processo*: a saber, uma **mudança** (de estado ou lugar), sem que haja a indicação do agente ou causa da mudança (em decorrência disso, não aceitam nominalização com a agentivo *-or*, não admitem advérbios - ou expressões adverbiais - que expressam volição, bem como não admitem uma oração adverbial final).

Ainda no capítulo III, vimos que se pode distinguir entre dois tipos distintos de verbos inacusativos: os que apresentam e os que não apresentam uma versão transitivo-causativa. Além disso, parece ser também possível afirmar que a inacusatividade no PB pode ser expressa não só por *verbos inacusativos*, mas também por *construções inacusativas*. Assim, a inacusatividade de um verbo ou construção poderia também ser vista como um fenômeno, pelo menos em parte, originado estruturalmente, sob certas circunstâncias específicas. Por fugir do meu objetivo central neste trabalho, este aspecto não foi mais profundamente explorado, colocando-se como espaço possível para futuras pesquisas.

No capítulo IV, o fenômeno da inacusatividade foi estudado na área de aquisição da linguagem, com dados das crianças-sujeito adquirindo o PB como língua materna. Apresentei, inicialmente, o levantamento dos primeiros verbos dessas crianças, o que revelou que os verbos inacusativos estão entre os primeiros verbos dessas crianças, sendo que os únicos casos de ordem V DP correspondem às construções com verbos desse tipo. A partir dessas constatações, algumas questões foram colocadas como norteadoras da análise, a saber:

1. Por que os verbos inacusativos estão entre os primeiros na fala da criança?
2. Que contribuições os dados aqui analisados trazem para o debate entre as diferentes abordagens do fenômeno da inacusatividade?
3. Na gramática inicial de nossas crianças-sujeito a distinção entre verbos inergativos e inacusativos já se encontra “disponível”?
4. Que contribuições os dados aqui analisados trazem para a teoria, inclusive para o debate entre hipóteses continuístas X não-continuístas da aquisição da linguagem?

Norteadas, então, por essas questões, analisei os enunciados com verbos monoargumentais nos dados das crianças-sujeito, entre 2;0 e 4;0 de idade, considerando os seguintes aspectos:

- a) a frequência de ocorrência de verbos inacusativos e inergativos (utilizando-me, nesta diferenciação, dos critérios apresentados no capítulo III para a caracterização dos inacusativos);
- b) a ordem dos constituintes nesses enunciados;
- c) a realização do DP argumento-único desses verbos;
- d) a relação entre inacusatividade e aspecto;
- e) a noção de parâmetro da teoria gerativa.

Com relação ao primeiro aspecto acima apontado, a análise revelou que os verbos inacusativos revelam-se de grande importância entre os primeiros da criança, fazendo-se fortemente marcantes e presentes. Além disso, viu-se que os mesmos encontravam-se flexionados no *pretérito perfeito* expressando o **resultado** de um evento, ou seja, uma **mudança**, apresentando a situação como **acabada** e **completa**. Uma vez que eventos que resultam em uma mudança de estado ou de lugar do referente configuram-se como algo perceptualmente bastante saliente para a criança, não é de surpreender que estruturas com verbos que expressam tais eventos sejam abundantes na fala inicial da criança. Nossa

caracterização dos verbos inacusativos no PB e, conseqüentemente, seu papel na fala de N. e T., parece dar conta de responder à nossa primeira questão central.

No que diz respeito à ordem dos constituintes nos enunciados com verbos monoargumentais, nossos dados mostraram que as crianças-sujeito tratam diferentemente NP's argumentos de verbos inacusativos e de inergativos, apresentando-os preferencialmente em posição pós-verbal no caso dos verbos do primeiro tipo e exclusivamente em posição pré-verbal no caso dos do segundo tipo. Assim, viu-se que o argumento interno dos verbos inacusativos, na maioria das vezes, é mantido *in situ*, sem que haja movimento, à semelhança do que ocorre no PB adulto.

As explicações que apresentei para isso foram tanto de caráter sintático quanto semântico. A explicação sintática apresentada advém da hipótese de Lopes (1999), no âmbito do Programa Minimalista, de que a relação básica pela qual a criança se guia em seu processo de aquisição da linguagem é a relação de c-comando: ao manter o argumento interno dos verbos inacusativos *in situ*, a criança estaria fazendo uso de uma estrutura resultante de uma única aplicação de *Spell-out* obedecendo aos princípios de economia do sistema computacional. A outra explicação advém dos traços semânticos dos verbos inacusativos: as crianças aqui analisadas utilizam verbos inacusativos em frases apresentativas, em contextos de introdução de novos traços associados a referentes já conhecidos, particularmente traços resultantes de uma mudança de estado ou de lugar sofridos pelo referente. Assim, procurei mostrar que, no que diz respeito à aquisição dos verbos inacusativos, a adequada explicação do fenômeno carece de uma abordagem que se coloque na interface sintaxe/semântica, o que se configura como uma contribuição deste trabalho para o debate entre as direfentes abordagens do fenômeno – o que responde à nossa segunda questão norteadora do trabalho, anteriormente colocada.

A sistemática manutenção do argumento dos verbos inacusativos internamente ao VP, com sua realização na posição de objeto, verificada nos dados das crianças aqui contempladas - diferentemente do que se verifica com os verbos inergativos, nos mostrou que na gramática inicial dessas crianças a distinção entre verbos inergativos e inacusativos já se encontra disponível, o que responde à nossa terceira questão central.

Quanto à a realização do DP argumento-único desses verbos, vimos que existe uma certa discrepância entre os dados das duas crianças aqui analisadas. Nos dados de N., **DP's plenos** são quase que exclusivamente realizados em posição **pós-verbal** - ou seja, como complementos do verbo - enquanto que em posição de especificadores da estrutura encontram-se *singletons* e pronomes. A explicação para este fenômeno advém de Lopes (1999): princípios de economia privilegiam uma única aplicação de *Spell-out*. Já T., mostra-se menos parcimonioso onde se esperava que fosse mais - usando DP's plenos em posição de especificador da estrutura - e até mais parcimonioso onde o esperado é que já fosse menos - ao usar produtivamente *singletons* como complementos. Vimos que esses resultados evidenciam uma forte correlação entre a produção menos econômica de DP's plenos em posição de especificador e a presença de verbos com traços semânticos específicos, a saber, os inergativos, ilustrando que nem sempre a criança é guiada simplesmente pelos princípios de economia, sendo que determinados fenômenos de LF podem mostrar-se, em alguns momentos, mais fortes. Foi o caso da necessidade de estabelecimento da referência no diálogo, o que obriga o preenchimento da posição de sujeito com DP's plenos.

No que diz respeito à relação entre inacusatividade e aspecto, nossa análise revelou uma estreita relação entre os diferentes traços semânticos de inacusativos e inergativos e as formas flexionais em que tais verbos aparecem na fala dessas crianças: a) verbos *inacusativos* (tipicamente *achievements* e télicos) são empregados no *pretérito perfeito*, indicando que o evento é visto no seu ponto/resultado final; b) inergativos (tipicamente *activities* e atélicos) são predominantemente empregados no presente e no progressivo, indicando que o evento não é visto no seu ponto (e, muito menos, no seu resultado) final, mas na duração da ação. Assim pudemos afirmar que nossos dados revelam uma relação importante entre as categorias lexicais que são os verbos inacusativos e os aspectos perfectivo e acabado, como parte da categoria funcional T.

Vimos também que, por ser o PB uma língua de sujeito nulo, licencia a ordem V DP, característica importante dos verbos inacusativos. Já no inglês isso não é possível, havendo necessariamente o alçamento do DP para a posição de especificador da estrutura.

Assim, mostramos que nos nossos dados existe uma co-relação importante entre: *sujeito nulo / ordem V DP / aspectos perfectivo, acabado* (marcados pela morfologia flexional do perfeito) e distinção no léxico entre *inacusativo X inergativo*, o que nos levou a considerar uma provável associação deste conjunto de propriedades a um único parâmetro, mais abstrato, que as englobaria. Dessa forma, a noção de parâmetro como um conjunto de propriedades mostra-se bastante interessante para a análise dos nossos dados.

Finalmente, mostramos que a criança adquirindo o PB como língua materna recebe mais “pistas” do *input* para que diferencie os verbos inacusativos dos inergativos do que a criança adquirindo, por exemplo, o inglês. Isso me leva a questionar a visão de Borer e Wexler (*op. cit.*), no que diz respeito a crianças adquirindo o inglês, que as mesmas ainda não apresentariam a maturação necessária para a diferenciação entre tais verbos. Diferentemente desses autores, estou assumindo aqui que não estamos diante de um fenômeno de “maturação neurológica” que ainda não ocorreu, mas sim diante de reflexos ou consequências da própria natureza do *input* a que a criança está exposta em seu processo de aquisição da linguagem, ou seja, o papel da própria língua que está sendo adquirida. Tais considerações, aliadas à grande convergência dos dados infantis com os dos adultos falantes do PB, favorecem a abordagem continuísta do desenvolvimento da linguagem, o que responde à nossa quarta e última questão.

Espero que este estudo seja também útil para inspirar mais pesquisas futuras sobre a aquisição do PB como língua materna, de forma que as perguntas ou questões que ficaram ainda em aberto possam vir a receber outros tratamentos, e talvez iluminar um pouco mais a rápida e eficiente aquisição de uma língua natural pela criança em tão curto espaço de tempo.

BIBLIOGRAFIA

BELLETTI, A. (1988). "The case of unaccusatives". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 19, no. 1:1-34.

BORER, H. (1986). "I-Subjects". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 17, no. 3: 375-416.

BORER, H. & WEXLER, K. (1987). The maturation of syntax. In Roeper, T. *et al.* (eds.) *Parameter-setting and language acquisition*. Dordrecht: Reidel.

BROWN, R. (1973). *A first language. The early stages*. Cambridge: Cambridge University Press.

BURZIO (1981). *Intransitive Verbs and Italian Auxiliaries*. Tese de Doutoramento, MIT, Cambridge.

_____ (1986). *Italian Syntax: a government and binding approach*. Dordrecht, D. Reisel Pb. Co.

CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of theory of syntax*. Cambridge: MIT Press.

_____ (1986). *Knowledge os language*. New York: Praeger.

_____ (1988). *Language and problems of knowledge*. Cambridge: MIT Press.

_____ (1995). *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press.

_____ (1997). New horizons in the study of language. *DELTA*, vol.13, n. especial:1-20.

COMRIE, B. (1976) *Aspect; an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. London: Cambridge University Press.

CORREA, L. S. (1996). Dificuldades e potencialidades do uso do método experimental no estudo da aquisição da linguagem. In Castro, M. F. P. (org.) *O método e o dado na aquisição da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp.

DILLINGER, M.; GALVES, C.; PAGOTTO, E. e CERQUEIRA, V. (1996). Padrões de Complementação no Português Falado. in *Gramática do Português Falado - vol. V: Convergências*. Campinas: Ed. da Unicamp/Fapesp.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press.

DUARTE, Y. (1993). "A hipótese inacusativa e as evidências do Português". In: *D.E.L.T.A.* vol 9, no. 1: 31-58.

DUARTE, E. (1995). *A perda do princípio "Evite Pronome"*. Tese de doutorado, Unicamp.

ELISEU, A. (1984). *Verbos Ergativos do Português: descrição e análise*. Lisboa (ms.).

FERREIRA, M. B. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996). *A posição sujeito no Português Brasileiro. Frases finitas e infinitivas*. Campinas: Editora da Unicamp.

FIGUEIRA, R. A. (1985). *Causatividade: um estudo longitudinal de suas principais manifestações no processo de aquisição do português por uma criança*. Unicamp: Tese de Doutorado.

_____ (1996). Uma nota sobre aspecto e transitividade. In: D.E.L.T.A., vol. 12, no. 1.

FUKUI, N. e SPEAS, M. (1986). Specifiers and projections. *MIT Working Papers in Linguistics*, 8:128-172

GALVES, C. M. C. (1995). "Princípios, parâmetros e aquisição da linguagem" in *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, no. 29. IEL-Unicamp.

_____ (1998). Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. In *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, no. 34. IEL-Unicamp.

_____ (2001). *Ensaio sobre as gramáticas do Português*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.

GROLLA, E. B. (2000). *A aquisição da periferia esquerda da sentença em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

HAEGEMAN, L. (1994). *Introduction to Government & Binding theory*. Oxford: Blackwell.

HALE, K. & KEYSER, S. J. (1993) On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: Hale, K. & Keyser, S. J. (eds.) *The view from building 20: Essays in Linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

HORSTEIN, N. (1990). *As time goes by*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

HYAMS, N. (1986). *Language acquisition and the theory of parameters*. Dordrecht: Reidel.

JACKENDOFF, R. (1983). *Semantics and Cognition*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

_____ (1987). The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory. in *Linguistic Inquiry*, 18, 369-411.

_____ (1987). *Semantic Structures*. Cambridge, Mass: MIT Press.

KATO, M. A. (1994). A theory of null objects and the development of a Brazilian child grammar In: Tracy, R. e Lattey, E. (eds.) *How tolerant is universal grammar? Essays on language learnability and language variation*. Max Niemeyer Verlag, Tübingen.

_____ (1995a). "Sintaxe e Aquisição na Teoria de Princípios e Parâmetros" in *Letras de Hoje*, no. 102 - PUC-RS.

_____ (1995b) "Raízes não finitas na criança e a construção do sujeito" in *Cadernos de Estudos Linguísticos*, no. 29. IEL-UNICAMP.

_____ (1999) "Questões atuais da aquisição de L1 na perspectiva da teoria de Princípios e Parâmetros" in *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, no. 36. IEL-UNICAMP.

_____ (1999b) Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *PROBUS*, 11:1-37.

_____ (1999c). A evolução da noção de parâmetro. Unicamp, ms.

_____ et al. (1996). Padrões de predicação no português falado no Brasil. In Kato, M. A (org.) *Gramática do português falado*. Vol V. Editora da Unicamp.

KIBRIK, A. E. (1990). "As línguas semanticamente ergativas na perspectiva da tipologia sintática global" In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas: Unicamp/IEL, no. 18, p. 15-36.

LEMOS, C. T. G. (1975). *The use of 'ser' and 'estar' with particular reference to child language acquisition*. Tese de Doutorado. Universidade de Edimburgo, Escócia.

LEVIN, B. & HOVAV, M. R. (1995). *Unaccusativity. At the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge (MA): MIT.

LIGHTFOOT, D. (1982). *The language lottery: toward a biology of grammars*. Cambridge, Mass: MIT Press.

_____ (1991). *How to set parameters*. Arguments from language change. Cambridge, Mass: MIT Press.

_____. (1989) "The child's trigger experience: Degree 0 and learnability", *Behavioral and Brain Sciences*, 12.

LOPES, R. (1999). *Uma proposta minimalista para o processo de aquisição da linguagem: relações locais*. Tese de Doutorado. Unicamp.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

MATEUS, M. H.; *et al.* (1983). *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

MATEUS, M. H.; BRITO, A. M.; DUARTE, I. e FARIA, I. H. (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho.

NAPOLI, D. J. (1988). Review of L. Burzio: *Italian Syntax*. In *Language* 64:130-142.

NASCIMENTO, M. (1984). *Sur la postposition du sujet dans le portugais du Brésil*. Tese de Doutorado de 3º ciclo, Université de Paris VIII.

OUHALLA, J. (1990). Sentential negation, relativised minimality and the aspectual status of auxiliaries. In *Linguistic Review*:7:183-231.

PERLMUTTER, D. (1989). "Multiattachment and the unaccusative hypothesis: the perfect auxiliary in Italian". In *Probus*, vol 1.1, Foris Pb.

PERRONI, M. C. (1976). Aspectos da gramática portuguesa aos 2;0 de idade. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

_____ (1996). O que é o dado na aquisição da linguagem. In Castro, M. F. P. (org.) *O método e o dado na aquisição da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____ (1997). Primeiras sentenças complexas na linguagem da criança. In *Estudos Lingüísticos XXVI*:709-715.

PINKER, S. (1984). *Language learnability and language development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

_____ (1989). *Learnability and cognition: the acquisition of argument structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

PONTES, E. (1986). *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. SP: Ática.

PUSTEJOVSKY, J. (1991) The syntax of event structure. *Cognition* 41, 47-81.

RADFORD, A. (1990) *Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax*. Oxford: Basil Blackwell.

RAPOSO, E. P. (1981). *A Construção "União de Orações" na Gramática do Português*. Tese de Doutorado em Lingüística Portuguesa, Universidade de Lisboa.

_____ (1992). *Teoria da gramática: a Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Ed. Caminho.

ROSS, J. R. (1967). *Constraints on Variables in Syntax*. Tese de Doutorado, Cambridge, Mass.: MIT Press.

SCARPA, E. M. (1984). *Dialogical processes and the development of intonation in two Brazilian children*. Tese de Doutorado, Universidade de Londres.

SIMÕES, L. J. (1999) Sujeito nulo na aquisição do português do Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 36: 105-130.

SMITH, C. S. (1997). *The parameter of aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

STOWELL, T. (1982). Subjects across categories. *The Linguistic Review*, 2 (3).

THOMPSON, E. (1996) *The syntax of tense*. Doctoral dissertation, University of Maryland.

_____ (1999). The temporal structure of discourse: the syntax and semantics of temporal *then*. In *Natural Language and Linguistic Theory*. 17:1, 123-160.

TRAVAGLIA, L. C. (1985) *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

VAN VALIN, R.D. (1990). "Semantic parameters of split intransitivity". In *Language* 66, 221-260.

VENDLER, Z. (1967). *Linguistics in philosophy*. Ithaca: Cornell University Press.

WHITAKER-FRANCHI, R. C. M. (1989a). *As construções ergativas: um estudo sintático e semântico*. Tese de Mestrado. IEL, Unicamp.

_____ (1989b). "Correlação entre estruturas causativas e estruturas ergativas - Estudo de caso no processo de aquisição." *In: Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas:Unicamp/IEL, no. 17: 163-185.

WILLIAMS, E. (1981). "Argument Structure and Morphology", *The Linguistic Review* 1: 81-114.